UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

***O APÓSTOLO PREGRESSO E AS ALEGORIAS DA FUNDAÇÃO
Anchieta, um mito fundador no IV Centenário da Cidade de São Paulo.***

Ednilson A. Quarenta

Tese apresentada como exigência parcial ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em História Social.
Orientador: Prof. Dr. Júlio César Pimentel Pinto Filho.

São Paulo
2009

Abstract

This paper analysis the debates about the choice of the founder of the City of São Paulo, between 1953 and 1954, when it was celebrated its IV Century Foundation Anniversary. There were many discussions in the media of that time – newspapers and magazines that were published with relative frequency in the city - about the myth of the founder of the City of São Paulo and the attributes that gave sense and meaning to the “paulistanidade”. These manifestations highlighted the countless symbols nominated as the icons of the “paulistana” social memory and its identity. Through the analysis of large media material, we get to the core hypothesis of this paper: the configuration, in this moment, of José de Anchieta as the myth of the founder of the City of São Paulo.

Resumo

O presente trabalho analisa os debates sobre a escolha do fundador da Cidade de São Paulo, entre os anos de 1953 e 1954, quando ocorreram, na capital paulista, as festividades de comemorações de seu IV Centenário de fundação. Pulularam pela imprensa da época – jornais e revistas que naquele momento já circulavam com relativa periodicidade pela Cidade – as discussões sobre o mito fundador paulistano e os atributos que davam sentido e significado à paulistanidade. Tais manifestações realçavam os inúmeros símbolos nomeados como ícones da memória social paulistana e da sua identidade. Através da análise de amplo material midiático, chega-se à hipótese nuclear do trabalho: a configuração, nesse momento, de José de Anchieta como mito fundador da Cidade de São Paulo.

Palavras Chaves: Identidade/Paulistanidade/Mito fundador/Comemoração/Memória

Ao meu pai Antonio Quarenta pelos
seus setenta anos de carinho e
orientação.

Agradecimentos

Ao Prof. Augustin Wernnet (em memória) que orientou os primeiros passos deste trabalho, e que desde os tempos da antiga Moema nos falava dos caminhos da pesquisa na área de História.

Ao Prof. Júlio Pimentel Pinto que em um momento extremamente difícil acolheu generosamente a orientação deste trabalho.

A Nancy e ao Chico, por compartilharem carinhosamente as angústias da pesquisa.

Ao Percy por intermediar a conversa com o Julio e por confirmar que certas coisas a gente resolve com os amigos.

A toda minha família por dividir as angústias de um caminho tão incerto.

Ao Vitor por adiar as partidas de botão ou o acorde mais difícil de um samba antigo.

Ao Trio Porão (André, Filhinho, Jair e Fumaça) por aguardar para que as coisas se resolvam no próximo ensaio.

Ao João Guedes pela bibliografia certa em momentos tão incertos.

Ao Prof. Paulo César Garcez e a Prof.^a Cecília Helena de Salles de Oliveira pelas correções de caminho sugeridas no exame de qualificação.

Ao Nilson e a Regina por resolver os impasses da revisão.

A Andrea pela formatação das imagens e a Nilza pela atenção e o cuidado da revisão final.

Ao Willian pela cuidadosa leitura das primeiras versões e a Flávia pela revisão do Abstract.

Ao Colégio São Luís por abrir as portas de sua biblioteca e nos deixar caminhar com liberdade por seus livros, jornais e revistas.

Por fim, ao Colégio Bialik, professores, funcionários e amigos por acreditarem que não se faz educação sem pesquisa.

Assim como todas as coisas que estão em um irresistível processo de mistura e impurificação perdem sua expressão de essência, e o ambíguo se põe no lugar do autêntico, assim também a cidade. Grandes cidades, cuja potência incomparavelmente tranqüilizadora e corroborante encerra o criador em uma paz de castelo fortificado e é capaz de tirar dele, juntamente com a visão de horizonte, também a consciência das forças elementares sempre vigilantes, mostram-se por toda parte vazadas pelo campo que penetra. Não pela paisagem, mas por aquilo que a livre natureza tem de mais amargo, pela terra arável, por estradas, pelo céu noturno que nenhuma camada vibrante de vermelho esconde mais. A insegurança mesma das regiões animadas acaba reduzindo o cidadão àquela situação opaco e cruel no mais alto grau, em que ele tem de escolher em si, sob as inclemências da planície desolada, os produtos da arquitetura urbana

Walter Benjamin, *Rua de Mão Única*.

Índice

Apresentação.....	08
--------------------------	-----------

Introdução.....	12
------------------------	-----------

Capítulo I

A memória da Cidade aniversariante

1.1. A debutante urbes.....	19
1.2. A Manjedoura do apóstolo.....	37
1.3. O lugar das comemorações e da memória.....	44
1.4. O mito fundador e outros quatrocentos anos.....	61

Capítulo II

Constitucionalistas, bandeirantes, jesuítas e outros paulistas

2.1. O Nove de julho do IV Centenário.....	86
2.2. As Conferências Anchietanas.....	94
2.3. No prenúncio de um conclamado janeiro.....	106

Capítulo III

É proibido sonhar

3.1. O Regresso.....	133
3.2. Prédios, fumaça e neblina.....	145
3.3. Pesadelos urbanos.....	167

Capítulo IV

Quem fundou São Paulo?

4.1. A paternidade da fundação.....	182
4.2. O périplo da tradição.....	207
4.3. Anchieta.....	223

Capítulo V

Cenas, histórias e biografias da fundação

5.1. Cenas e Imagens da Fundação.....	230
5.2. Histórias da Fundação.....	262
5.3. Biografias da fundação.....	275

Considerações finais.....	293
----------------------------------	------------

Fontes e bibliografia.....	313
-----------------------------------	------------

Apresentação

Os caminhos que me levaram ao encontro do tema desta pesquisa perfazem os passos trilhados durante a produção de minha dissertação de mestrado, realizada aqui mesmo nesta universidade em 1992. Discorrendo sobre o processo de demonização das práticas culturais indígenas no Brasil quinhentista, verifiquei com atenção o enredo e a estrutura dos doze autos anchietanos que, no decorrer da redação da pesquisa, foram se clareando como um dos mais importantes e eficazes instrumentos de aculturação então em curso na América portuguesa, durante o processo de colonização.

Num primeiro momento, a pesquisa ficou circunscrita ao século XVI, no entanto aos poucos percebi que as principais publicações relacionadas à produção de Anchieta remontavam ao século XX, em especial à década de 1950, num claro entroncamento com as comemorações do IV Centenário de fundação de São Paulo, em janeiro de 1954. Ao depurar melhor o problema, vislumbrei que a recorrência ao nome de Anchieta se articulava diretamente ao extenuante debate sobre o fundador da Cidade que, em função de seu aniversário de quatrocentos anos, naquele instante claramente se vicejava.

Essa percepção se desnublou um pouco mais, na medida em que começamos a vasculhar os arquivos e as bibliotecas à procura dos principais periódicos que circulavam naquele período na Cidade, para tentarmos dimensionar melhor a perspectiva e a intensidade deste debate. Para tanto, recolhemos uma infinidade de documentos que nos permitiram reaver a linha temática e o significado dessas narrativas e, ao mesmo tempo, observar os elementos simbólicos que deram corpo às inúmeras representações e imagens, veiculadas por empresas e órgãos públicos durante as comemorações do IV Centenário e de que maneira esses registros midiáticos ingressaram ou não no debate do mito fundador paulistano.

Algumas questões estiveram à frente nesse momento. Em primeiro lugar, os artigos, as reportagens e as propagandas editadas entre janeiro de 1953 e julho de 1954 - recorte cronológico que priorizamos na análise dessa documentação - nem sempre possuíam uma unicidade temática. Em outras palavras, o tema da fundação de São Paulo e a elaboração de narrativas e de reportagens que em especial se preocupavam em fundamentar historicamente o gesto fundador da Cidade foram emparelhados a outros signos identitários,

gerados em debates, em épocas anteriores. O mito do bandeirantismo, por exemplo, ecoava, ainda com muita força pela mídia impressa, compondo ao lado das referências ao progresso ao crescimento da capital paulista, os diversos sintomas que eram apresentados como emblema da nova Paulicéia. A ambivalência desses endereçamentos e a prescrição de um elemento identitário em detrimento de outro revelam um tensionado campo de forças marcado por uma série de disputas em torno da memória histórica da Cidade, além de inúmeros impasses e contradições articuladas de forma análoga ao movimento, que procurou fundamentar e afirmar os nexos da paulistanidade e os genuínos traços do seu fundador.

As ranhuras políticas de períodos anteriores emergiram sem nenhuma camuflagem nos jornais da época. Aguçados pelo retorno de Vargas ao poder, muitos jargões ligados ao movimento constitucionalista se desencastelaram e fundiram suas mensagens ao relevo comemorativo do IV Centenário. A intensidade dessas questões nos levou a pesquisar também jornais nos dias que antecederam o 9 de julho, em 1953 e 1954. Ali, com clarividência podemos perceber a intersecção da tradição constitucionalista com os novos elementos que representavam, duas décadas depois, os interesses regionais de São Paulo em relação aos embates políticos no cenário da Federação.

Fig.01. Os jornais divulgaram com entusiasmo as comemorações do aniversário da Revolução Constitucionalista de 32 no ano do IV Centenário da Cidade de São Paulo. Na capa do *Correio Paulistano*, a reportagem destacou: *São Paulo comemorou, como nunca havia feito, a data de 9 de julho.* Jornal *Correio Paulistano*, 10.07.1954.

Dentro desse universo de clivagens identitárias, acompanhamos ainda as incursões dos periódicos na nova moldura populacional que a Cidade contemplava. A incontínência de ordem social disforme, registrada e divulgada como parte inalienável do formato de traços cosmopolita da Capital paulistana, provocou um grande estopim de depoimentos e reportagens, cujas referências passavam, numa rápida tacada, do assombro urbano ao ufanismo desregrado. Nesse momento, algumas narrativas já se apresentavam para nós como primeiros indícios, ainda sem muita aderência, mas aparentemente significativos para que pudéssemos ingressar nos problemas demarcados por muitos cronistas no glamour do IV Centenário. Uma longa reportagem publicada por Jorge Ferreira na edição especial da Revista *O Cruzeiro*, que chegou às bancas na antevéspera do feriado municipal, foi sem dúvida um desses primeiros registros em que conjecturamos essa insurgente complexidade social:

Panorama paulista, com os arranha-céus atrevidos da fabulosa capital bandeirante: os homens fortes e operosos de Piratininga mergulharam fundo nas águas do progresso [...] pelo seu *modus vivendi*, pela sua própria personalidade, São Paulo fugiu inteiramente do padrão tropical, para assemelhar-se às cidades européias e norte-americanas [...]¹.

Outro ponto registrado no processo de absorção e enlaçamento dos problemas que demarcariam o desenvolvimento desta pesquisa foi a insistência com que os discursos dominantes procuraram enovelar as questões de aspecto identitário aos registros de contornos genealógicos. A fixação e o requinte pela elaboração de uma trajetória histórica da Cidade recomposta, minuciosamente e sem entreveros, desde os tempos coloniais até a aurora moderna, se somaram aos outros ingredientes inseridos, estrategicamente e decisivos na conjuntura daquele momento. Por isso, não estranhemos que em paralelo ao desfile moderno, composto por uma infinidade de artefatos e serviços que a Cidade podia oferecer aos seus contribuintes nesse contexto, as referências simbólicas aos indígenas foram igualmente recorrentes e se espalharam, sem exceção, por todos os tablóides.

A circulação de José de Anchieta dentro desse complexo universo midiático nos pareceu de certa maneira definidora para equacionar os impasses que se apresentavam em

¹ FERREIRA, Jorge. Revista *O Cruzeiro*, 23.01.1954, p. 33.

relação aos atributos da paulistanidade. Talvez seja por isso que encontramos constantemente sua imagem entremeada por bandeirantes, índios e outros tantos símbolos da metrópole formada de arranha-céus. A julgar pela quantidade de narrativas que destacaram a função do religioso na transposição das dificuldades que se colocaram do período colonial, a Cidade de São Paulo e seus milhões de paulistanos tinham na figura do apóstolo a memória de um tempo que todos precisavam lembrar, celebrar e comemorar.

A absorção do mito fundador dentro dessas múltiplas variáveis e o confronto de Anchieta com outros candidatos a fundador se colocaram, desde o princípio da pesquisa, como uma questão central que não procuramos amearhar. Quando aproximamos esses registros midiáticos do IV Centenário de algumas narrativas mais recentes, relacionadas ao aniversário de 450 anos da Cidade e a outros 25 de janeiro, ficamos impressionados com a diluição das divergências que, no máximo, reaparecem quando a fila de espera da canonização ainda incomoda algum apaixonado anchietano de plantão.

Fig. 02. Na página de abertura do encarte especial do jornal *Correio Paulistano*, as imagens da Cidade moderna foram sobrepostas ao Monumento das Bandeiras. O texto emoldura os diferentes tempos históricos: *Eis a Cidade de Anchieta e Nóbrega, no dia em que completa 400 anos. Uma das maiores cidades do mundo, a 2ª da América Latina. O mais pujante parque industrial do Continente. Cidade dos arranha-céus, das chaminés e dos viadutos. S. Paulo do trabalho, capital do presente e do futuro...* Jornal *Correio Paulistano*, 24.01.1954.

Introdução

Foi um deslumbramento só. Mas fiquei muito incomodada porque as pessoas começaram a catar os papéis do chão em vez de olhar para o céu.²

Era uma época em que São Paulo construía. E aquela chuva representou o tal milagre paulista. Ali parece que viramos a história.³

O que ninguém esquece é a chuva de prata. Ali estava dado o grande toque da metrópole.⁴

25 de janeiro de 1954: uma cidade reavivada pelo signo da festa. Triângulos prateados caem do céu anunciando o advento da nova urbe preconizada pela aura moderna de sua verticalidade. A chuva de prata opera como o amálgama de um extenuante dia, especialmente preparado, em referência aos símbolos que amplificam o espectro oficial das comemorações do IV Centenário. Inauguram-se prédios e monumentos; travam-se concursos e competições; organizam-se desfiles, espetáculos, homenagens, conferências e coleções especiais com a logomarca da espiral criada para os 400 anos do município de São Paulo, enfim, um meticuloso repertório em referência à Cidade de São Paulo que aniversariava.

Os contornos sociais desse deslumbramento identitário, com forte apelo popular, provocado pela força simbólica da comemoração que os periódicos da época registraram tão intensamente em suas inúmeras páginas, nos interessa, particularmente, no caminho que pretendemos circunscrever ao longo deste trabalho. Eles serão as principais fontes de documentos nos quais investigaremos o processo de outorga de José de Anchieta como mito fundador da Cidade de São Paulo. As inúmeras edições especiais, publicadas nos quatro dias de feriado prolongado de 25 de janeiro, registraram com profusão uma multiplicidade de narrativas e de imagens que atulharam os leitores de informações subsidiárias aos fundamentos da paulistanidade e os particularismos da fundação e do

² Jornal *Folha de São Paulo*, 25.01.2004, p. 8.

³ Idem, p. 8.

⁴ Ibidem, p. 8.

fundador. A reconstituição desses desdobramentos, enquanto forma de apropriação e difusão da memória coletiva pelo discurso dominante, e o elenco de símbolos e de representações que se fundiram ao próprio ato de comemorar, são algumas nuances sociais que procuraremos escarafunchar. O encurtamento temporal que enfeixou e fundiu artificialmente, sem aparentes fraturas ou distensões, o passado colonial e o presente moderno nos remete aos próprios imbricamentos do ato comemorativo e a seu enlace com os atributos do mito fundador. Conseqüentemente, ao retorno das narrativas estribadas nos tempos e nos marcos da fundação da Cidade de São Paulo, utilizadas na época como referência para a legitimação dos quatrocentos anos.

A reabertura das páginas dos tablóides que circularam no período com certa regularidade intenciona, portanto, recuperar no ambiente comemorativo de 1954 a intensidade do debate sobre o fundador da Cidade de São Paulo e os enchimentos institucionais que cristalizaram os significados implícitos à configuração social do mito. As indeterminações e os esquecimentos, além do visível descarte pela história oficial do município de São Paulo desse violento confronto identitário – uma hipótese que se processa na medida em que, após o IV Centenário, ocorreu um verdadeiro apagamento dessa polêmica configurando uma memória coletiva que tem em Anchieta a imagem consensual, uníssona e subliminar do fundador - são alguns dos contornos que complementam as variáveis do problema.

A festa de aniversário e a memória da comemoração

Silvio Luiz Lofego destacou o aniversário de quatrocentos anos da Cidade de São Paulo como um momento central para a afirmação da paulistanidade. Os estertores da festa funcionaram de maneira emblemática no sentido de outorgar toda uma simbologia coletiva que atualizasse, socialmente, em forma de narrativas e imagens, o que o discurso dominante considerava de relevância canônica na história da Cidade. Tratava-se, portanto, de circunscrever os diversos subsídios do passado, reproduzindo para uma dispersa e heterogênea coletividade, os fundamentos de sua memória social. Em outras palavras, o ambiente comemorativo precisava refletir para seus habitantes os elementos que

configurassem os nexos de uma tradição funcionando como um grande espelho em que todos os paulistanos pudessem se reconhecer para assim forjar sua identidade. Nesse caso, segundo Lofego, as cerimônias comemorativas organizadas durante as festas do IV Centenário de fundação de Cidade de São Paulo

[...] aparecem naquele momento com o poder de catalisar uma imagem homogênea da memória; seus rituais articulariam partes de um imaginário comum: o aniversário [...] momento ideal para se concentrarem esforços na busca de uma uniformização dos discursos dos grupos dirigentes.⁵

A configuração do problema na perspectiva que o autor endereçou, reforça a necessidade de uma abordagem analítica que depure, com cuidado, os frágeis limites que se alojaram na tensão entre a memória e a história, consubstanciada nos inúmeros desdobramentos das narrativas dos periódicos que cobriram com determinação cada espaço da festa em 1954. Não é pouco provável o debate sobre o mito fundador da Cidade, que aparece com relativa clarividência na documentação levantada, emaranhar e trançar esses conceitos transpondo sentidos diversos e emoldurando um cenário ambíguo e contraditório.

Nesse sentido, ao longo deste trabalho, e mais especificamente no primeiro capítulo, operaremos com o conceito de memória e seus imbricamentos com a história. Para tanto, tomaremos como referência as consagradas proposições de Jacques Le Goff, seus matizes e, invariavelmente, os desmembramentos teóricos.

Consideramos que as articulações engendradas sobre o campo da memória podem desnublar as análises específicas e intrínsecas ao ato de comemorar e as demarcações sociais as quais perfilarão o núcleo das representações que alimentaram as imagens e narrativas de Anchieta como mito fundador no IV Centenário.

O escopo de nossa documentação indicia esse caminho na medida em que não conseguimos desmembrar as forças constitutivas na moldagem da memória social paulistana,⁶ alicerçada em 1954, de seu matiz laudatório, mensurada e endereçada pelo mito

⁵ LOFEGO, Silvio Luiz. *IV Centenário da Cidade de São Paulo: uma cidade entre o passado e o futuro*. São Paulo, Annablume, 2004, pp.149-150.

⁶ No desenvolvimento deste trabalho priorizaremos a utilização do termo “paulistano” em referência aos moradores da Cidade de São Paulo. Uma expressão, que nas últimas décadas século XX, se transformou em expressão mais recorrente. Nos 450 anos da Cidade, por exemplo, raramente a mídia chamou de “paulista” os aniversariantes desta Cidade. No entanto, sabemos das muitas contradições e variáveis que estão contidas nessas nomenclaturas. Em 1950, a presença do termo é quase imperceptível, na mesma quantidade em que se

fundador. Esses caminhos apresentam-se, a nosso ver, de maneira homóloga. A popularização da *gesta anchietana* capitalizou a maioria dos periódicos da época, alimentando o conteúdo de seus cronistas e ampliando a iconografia da fundação. A concorrência de outros fundadores deu às matérias um corpo abstruso, refletindo os impasses identitários e o curso de sua sistematização.

Por tudo isso, ao tratarmos do conceito de memória como núcleo das nossas problematizações, pensamos em sua função social, pela forma e medida como os homens manejam e reordenam os vestígios do passado e de que maneira a memória se desloca de uma dimensão pessoal para o tecido das sociedades, tornando-se um elemento fundamental na manutenção e na reconstituição das narrativas históricas que brotam, se enraízam no passado e vinculam-se como um discurso dominante.

Ampliando um pouco mais o problema, necessitamos sublinhar as complexas obstruções e manipulações da memória, seus períodos de esquecimentos que, em geral, deságuam no controle da memória enquanto função social:

[...] a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva⁷.

Ao tratarmos da especificidade de nosso objeto de pesquisa – Anchieta: um mito fundador – e na hipótese de que foi no contexto histórico das comemorações do IV Centenário da fundação da Cidade de São Paulo que ocorreu sua hegemonização – estamos muito próximos de abordar as inúmeras relações que se processam e se fundamentam com base no universo social em que se define o controle da memória pelo discurso dominante. Memória essa refletida por uma infinidade de testemunhos, difusos e retorcidos, transformados em monumentos e divulgados numa escala em série.

multiplicaram referências “a gente de São Paulo”, “povo de Piratininga”, “civilização bandeirante”, “gente bandeirante” ou simplesmente, “paulista”. Seja como for, empregaremos todas essas expressões como sinônimos e na medida em que formos avançando em nossas abordagens, procuraremos compreender melhor o entrelaçamento histórico que atestaram a sua modulação. Nas páginas 49 e 50 apresentamos de maneira mais elaborada essa questão, em especial, porque as considerações feitas por Elias Thomé Saliba circulam com profundidade o problema.

⁷ LE GOFF, Jacques. *Memória e História*. Campinas, Ed. da Unicamp, 2003, p. 422.

O desenvolvimento da pesquisa

O primeiro capítulo acompanha a configuração do problema mito fundador anchietano na Cidade de São Paulo, em janeiro de 1954, modulado pelo contexto das comemorações do IV Centenário e os mecanismos utilizados pelo discurso dominante, naquele momento, para oficializar uma narrativa histórica sobre o passado da Cidade. Nesse processo, acompanhamos o entrelaçamento de alguns conceitos que darão subsídios teórico-metodológicos aos outros capítulos que estruturam o trabalho. O cenário que marcou o aniversário de quatrocentos anos da paulicéia reproduziu importantes contradições ao mesmo tempo em que alicerçou, sob diferentes caminhos, os instrumentos políticos que resultaram no controle institucional do passado. Os contornos que se acoplaram a memória social, verificada nos registros midiático impressos, desenvolveram uma recorrência temática com extrema ambivalência simbólica que forrou de elementos identitários tudo o que aparecia como artefatos da Cidade moderna.

A *batalha em torno da imagem*⁸ na paulicéia moderna verificada nos inúmeros excertos transcritos de propagandas, reportagens, crônicas dos periódicos paulistanos, é reveladora para o entendimento do que esteve em jogo na configuração social que daria sentido e significado à idéia da paulistanidade. Essas questões ganham mais sentido na medida em que dimensionamos a clivagem simbólica que aparece na imprensa, intercalando-a aos ritos comemorativos e aos inúmeros eventos organizados pela Comissão oficial do IV Centenário, além do repertório memorialístico da Cidade que se configurava.

⁸ Tomamos aqui o conceito na acepção sugerida por José Murilo de Carvalho. O autor utilizou a expressão em relação à instauração do regime republicano no Brasil. Uma batalha que tinha por finalidade invocar no imaginário popular os símbolos, alegorias rituais, mitos e ideologias do novo regime político. CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, p.10.

As formulações de Roland Barthes em relação à função social das imagens, em sociedades cujas informações são produzidas em massa revelam a complexidade do problema, sobretudo porque não existe uma única mensagem dentro da imagem – especialmente se pensarmos nas imagens publicitárias. Essa ressalva sugere algumas categorias de análise acerca das imagens que encontramos nos periódicos em 1954. Parece-nos que *a mensagem lingüística da imagem* emplaça alguns atributos que procuraremos evidenciar na parafernália comemorativa midiática observada. Vejamos: [...] *o texto é realmente a possibilidade do criador (e, logo, a sociedade) de exercer um controle sobre a imagem: a fixação é um controle, detém uma responsabilidade sobre o uso da imagem, frente ao poder de projeção das ilustrações; o texto tem um valor repressivo em relação à liberdade dos significados da imagem; compreende-se que seja ao nível do texto que se dê o investimento da moral e da ideologia de uma sociedade*. BARTHES, Roland. *O Óbvio e o obtuso*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990, p. 33.

No fragmento abaixo, extraído de uma propaganda da época, encontramos um pequeno exemplo do que ocorreu em 1954:

Da cruz de Anchieta às chaminés que marcam o progresso de São Paulo... Há quatrocentos anos um símbolo de fé e perseverança apontava no planalto piratiningano. Era a cruz que Anchieta plantara onde antes tudo era rude e selvagem. Hoje, gerados por aquele símbolo sublime, outros símbolos também apontam na terra paulistana. São as centenas de chaminés que furam os céus de São Paulo e que simbolizam a força de um povo e a sua fé no trabalho.⁹

No segundo capítulo, apresentamos um recorte temporal para a análise do debate sobre o mito fundador que transcende ao período janeiro de 1954. Para tanto, tomamos como referencial o dia 9 de julho, em que se comemora a Revolução Constitucionalista de 1932. A data foi observada em dois momentos distintos – 1954 e 1953 – e circunscreve alguns problemas que se associaram diretamente ao debate identitário da Cidade. A força simbólica ligada à comemoração da revolução e a proximidade com os quatrocentos anos transformaram esse dia em um momento de rearranjo de forças e afinação de discursos identitários. Ainda nesse capítulo, trataremos das Conferências Anchiéticas, um momento central na difusão do mito fundador anchietano e que também transcende ao ano do IV Centenário.

No terceiro capítulo, percorremos os principais problemas implícitos no processo de modernização da Cidade de São Paulo: as transformações na paisagem urbana e o desencadeamento de um cenário organizado sob a lógica do capital industrial e financeiro que atuou diretamente sobre as relações sociais. Os relatos desse espantoso e violento processo produziram um ritmo temporal em contraposição às demandas pessoais, orquestrado pela nova ordem capitalista.

O debate sobre o fundador de São Paulo aparece como central na estruturação do capítulo quatro. As contendas entre anchietanos e nobreguenses, além das narrativas que endereçavam esse debate se destacam como nuclear para reabertura desse complexo processo em torno da figura do mito fundador. A configuração de Anchieta como uma corrente hegemônica em 1954 engasta-se aos problemas que procuramos recompor com base nos registros midiáticos que intercederam na amplificação e no desfecho do debate.

⁹ Jornal *O Estado de S. Paulo*, 25.01.1954, p. 26.

Finalmente, no quinto e último capítulo, procuramos enfeixar os problemas que elencamos durante toda pesquisa e que densamente vislumbramos com mais transparência no capítulo quatro. O esforço identitário modulado pelo discurso dominante extremou uma grande parafernália simbólica, um verdadeiro arsenal de narrativas históricas que aludiram à memória social da Cidade, apresentada durante as comemorações do IV Centenário como um panteão canônico da paulistanidade e igualmente projetado como ícone da brasilidade. Uma reincidente idéia que, no suplemento especial da revista *O Cruzeiro*, de janeiro de 1954, o jornalista Jorge Ferreira assim estampava:

Milagre do trabalho, surgindo e crescendo exclusivamente pela força da inteligência, adquirindo corpo e se expandindo graças a um determinismo decretado pelo homem, São Paulo é um espelho fiel da grandeza do seu povo. Essa cidade que está comemorando quatrocentos anos de existência e que se projetou como o centro urbano mais trepidante e dinâmico do mundo, parece trazer no peito a mesma vitalidade inesgotável daqueles seus filhos mamelucos, os bandeirantes que empurraram, na boca dos seus bacamartes, o Tratado de Tordesilhas até quase os primeiros contrafortes da Cordilheira dos Andes.¹⁰

Fig. 03. Capa da revista *O Cruzeiro* publicada em homenagem ao IV Centenário, com tela de Portinari. 25.01. 1954. Ver na página 58 a nota 85.

¹⁰ FERREIRA, Jorge. Revista *O Cruzeiro*, 23.01.1954, p. 4.

Capítulo I

A memória da Cidade aniversariante

No grande dia Primeiro de maio, não eram bem seis horas e já o 35 pulara da cama, afobado. Estava bem disposto, até alegre, ele bem afirmara aos companheiros da Estação da Luz que queria celebrar e havia de celebrar.¹¹

Olhemos o passado, aquela hora que assinalou a fundação de São Paulo, o instante em que os bugres empenachados espiavam curiosos a celebração da primeira missa no Planalto. Hoje, transcorridos quatrocentos anos, podemos ajuizar exatamente a significação desse fato. É uma lição que nos ensina que não devemos perder tempo...

Que cada um de nós tem a sua parcela de responsabilidade quanto ao futuro de São Paulo. O segredo do extraordinário progresso de nossa terra não tem sido outro que o trabalho com todas as suas imposições: pontualidade, divisão e aproveitamento máximo do tempo. Prosseguir, pois nesse mesmo critério é contribuir decisivamente para a maior grandeza de São Paulo.¹²

1.1. A debutante urbes

Na edição especial organizada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, publicada em referência aos 450 anos, completados pela Cidade em 2004, encontramos uma rápida matéria em que vislumbraremos os primeiros degraus para nosso ingresso nos registros da memória social que se organizou em torno ao IV Centenário. Na passagem citada na reportagem abaixo, um casal entrelaçou sua história de amor às comemorações do ano de 1954. A chuva de prata aparece aqui como um momento central nas juras de amor que foram seladas entre os dois enamorados:

¹¹ ANDRADE, Mário. Primeiro de Maio. *Contos Novos*. Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1989, p. 39.

¹² Jornal *O Estado de S. Paulo*, 25.01.1954, p. 66.

Os dois nem sonhavam um com o outro quando viram, embasbacados, o cintilar de papéis que caíam do céu [...].

Na mesma noite, o casal trocou os primeiros olhares e iniciou uma paquera que culminaria, em 1956, com o início de uma relação que já dura 48 anos.

Certa vez, em 56, entre os primeiros abraços e juras de amor, os dois se lembraram daquela noite de aniversário da Cidade. “O José Carlos me disse que havia guardado um papel prateado. Ele escreveu uma declaração de amor no verso do papel e me presenteou com ele. Foi uma graça”.

“Escrevi apenas ‘Amor’. Foi uma declaração lacônica”, brinca Siqueira. “Mas o papel virou nosso amuleto”, acredita.¹³

Essa história de amor compõe bem alguns problemas que trabalharemos extenuadamente durante o processo de escrita da pesquisa. Um dos aspectos mais preponderantes nesse ardoroso encontro se relaciona ao notório deslocamento entre a memória individual do casal - a troca de olhares e a grafia da palavra *amor* na filigrana prateada do IV Centenário - para o universo da memória coletiva, em que a dimensão social concentra seus maiores esforços, operando sentidos que traduzem o acontecimento transformado em narrativa histórica da cidade. De certa maneira, esse relato resume a paisagem do caminho que constitui algumas das categorias que estaremos, com recorrência, entremeando às leituras das narrativas registradas nos tablóides do IV Centenário. Vale lembrar, com bem ratificou Julio Pimentel no artigo “Os muitos tempos da História”, a importância de clarificarmos o que, de maneira mais preponderante, difere a memória da história. Ao abordar os aspectos intrínsecos ao conceito de memória histórica, o historiador reconheceu nela a possibilidade de *assegurar permanências* de um passado *sepultado, sempre isolado do presente pelas muitas transformações, pelos cortes que fragmentam o tempo*. Segundo o autor, se destaca, nesse nebuloso caminho, os inúmeros registros que transcendem apenas os relatos textuais, daí a sua constante *tensão entre o indivíduo e o coletivo*¹⁴, como claramente aparece aqui no singelo romance selado entre o casal de namorados, em um dos muitos eventos que marcaram a festa do IV Centenário. Por tudo isso, pensamos que o cenário organizado na Cidade de São Paulo, em janeiro de 1954, seja o melhor lugar para identificarmos esse complexo processo de subtração da memória individual e coletiva pela história. Para tanto, o desenlace das festividades organizadas para

¹³“Paulistano lembra festa e esquece política”. *Jornal Folha de S. Paulo*, 25.01.2004, p. 8

¹⁴PINTO, Julio Pimentel. “Os muitos tempos da memória”. *Projeto História: revista de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. N.17. São Paulo, EDUC, 1981, pp. 208-209.

os 400 anos devem ser observados sob a perspectiva das transformações pelas quais a Cidade passava e seus efeitos sobre os inúmeros registros pessoais que igualmente consubstanciaram uma história particular no aniversário da Cidade. Muitos desses registros provavelmente não tiveram a mesma sorte que o do sexagenário casal, pois foram, de alguma forma, apagados. Os sintomas desse sinuoso trajeto precisam ser dimensionados no interior do campo de forças que configurou o mito fundador anchietano e o intercuro com as questões ligadas à memória da Cidade, sobretudo no espectro de consagração de uma indústria de difusão das informações em uma escala de massas sob o grande véu da metropolização que a paulicéia moderna então arvorava.

Essa grande conurbação urbana se completou em uma velocidade imprevisível, desalojando com frequência os registros diários mais pessoais, dispersos pela própria vulnerabilidade social que, acentuadamente, marcou essas novas aglomerações humanas em que, como bem demonstrou Maurice Halbwachs, todos podem em algum momento ser prontamente esquecidos.¹⁵ O advento dos meios de comunicação em massa e a decantação de informações produzidas em série são alguns vetores desse complexo movimento que reproduziu em São Paulo, com igual intensidade, a violência com que ocorreram esses agudos processos de configuração das cidades modernas, no crepúsculo do século XIX, em outros lugares.¹⁶

O percurso de entrelaçamento e de difusão da memória social pelos veículos de comunicação de massas foi especialmente favorecido na Cidade de São Paulo na década de 30. O rádio, em particular, se transformou subitamente em um objeto de encantamento popular criando e difundindo mitos na mesma medida em que ampliava o rol de ouvintes. Esse cenário foi mapeado com objetividade por Francisco Rocha:

São Paulo, no início dos anos 1930, conta com doze emissoras de rádio. Por outro lado, a indústria fonográfica se beneficia com o impacto do rádio; o público compraria mais discos, pois se multiplicam os astros e estrelas promovidos pelos programas radiofônicos [...]. Nos anos 1950, o rádio há muito já havia se consolidado

¹⁵ HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo, Centauro, 2006, p.100.

¹⁶ Marshall Berman registrou com grande proeza os contornos sociais que se vincularam ao advento do mundo moderno e a difusão e incorporação do conceito de modernidade como uma estreita experiência do século XX. A natureza ambígua e contraditória intrínseca ao momento produziu reflexos estruturantes no universo citadino. Indubitavelmente, esses sobressaltos reproduziram um cenário social de extrema singularidade, tratado por Berman como *turbilhão moderno*. Ver BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1986, pp. 16-24.

como um veículo de comunicação de massas. Em meados desta década havia dezessete emissoras de rádio funcionando em São Paulo, entre elas a Rádio Record, mantendo uma ampla audiência, tendo assim condições para enfrentar a concorrência da TV (funcionando em São Paulo desde 1950 e, no Rio, desde 1951), que começa a atrair grande parte dos recursos da publicidade antes dirigidos para a rádio.¹⁷

Os jornais anunciaram esse grande crescimento da indústria midiática como um acontecimento análogo ao desenvolvimento econômico da Cidade:

Longe estão os “Turunas Paulistas” e os receptores de galena. Agora temos, inclusive, a Televisão, uma criança prodígio de três anos. Na cidade quadrisecular O rádio paulista completa, no IV Centenário, trinta anos de atividades, avulta o símbolo do progresso eletrônico, que são as antenas da PRF3-TV no alto do edifício do Banco do Estado.¹⁸

Nesse nicho perfilaremos as nossas principais problematizações: a formatação de uma memória social que verte e é irrigada pela imprensa escrita, beneficiada pela ampliação dos veículos de comunicação de massas. Essa memória se transforma em discurso hegemônico e oficial sobre a história da Cidade, reelaborando o passado histórico da Cidade de São Paulo e reedificando os alicerces de uma estrutura prostrada em forma de cânon.

Pelo que observamos, a transmissão desse repertório de narrativas teceu uma orgânica teia sem aparentes rupturas, desvios ou contradições, a qual inviabilizou a evolução de dissonâncias ou distorções, na medida em que alimentou o ideal de consenso, amalgamado em recorrentes narrativas do progresso e da modernidade.

Essa assertiva torna-se mais intrigante quando olhamos para os reveses e contradições que acompanharam a difusão da São Paulo moderna. O rápido e intenso crescimento populacional da última década do século XIX e a primeira metade do século XX ampliou sobremaneira as fissuras nas tênues estruturas sociais. A Cidade que decorreu desse processo enveredou *pari passo* na lógica da exclusão, e, por tudo isso, foi impedida de atender com o mesmo requinte todos os seus seletos convidados.

¹⁷ ROCHA, Francisco. *Adoniran Barbosa o poeta da cidade*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2002, p. 34.

¹⁸ RODRIGUES, Airton. “Trinta anos de rádio na cidade de São Paulo”. *Jornal Diário de S. Paulo*. 25 de janeiro de 1954, p. 15.

Em *A identidade da Metrópole*, a geógrafa Maria Adélia Aparecida de Souza nos apresenta os caminhos que configuraram a Cidade de São Paulo como uma urbe de traços modernos. Ao debutar nessa nova lógica cidadina era natural que a capital paulista vivenciasse de maneira sintomática as transformações e os diversos impasses que se incrustavam ao longo desse processo¹⁹.

Para a autora, esse cenário não se fez acompanhar sem o aprofundamento das contradições sociais: *A configuração de uma sociedade predominantemente urbanizada e com acentuado teor burguês implicou, desde o início da fase republicana, uma penalização permanente das classes populares, apesar de todas as revoltas, convulsões e crises [...]*.²⁰

Em uma tentativa de periodizar o processo de metropolização da Cidade de São Paulo, a autora identificou onze fases que foram marcantes neste desenvolvimento. A 7ª e a 8ª fase, que ocorreram entre 1916-1945 e 1945-1954, respectivamente, nos interessa por suas ingerências sociais e seus desmembramentos na elaboração da memória social que afluíram no IV Centenário.²¹

O sentimento de que São Paulo era a cidade que mais crescia no mundo, fenômeno corporificado no *slogan* homônimo, verificava-se por sua própria avalanche populacional.

¹⁹ SOUZA, Maria Adélia Aparecida. *A Identidade da Metrópole*. São Paulo, Hucitec, Edusp, 1994.

Com mais vagar e no avançar de nossa pesquisa, endereçaremos outros trabalhos de autores que também são referências no assunto. Os estudos de Nicolau Sevcenko *Orfeu estático na Metrópole e Pindorama Revisitada* serão referência obrigatória. De igual importância, é o livro de ensaios, *As lutas sociais e a cidade. São Paulo: passado e presente*, organizado por Lúcio Kowarick, especialmente pelo seu rol de autores. Uma grata surpresa é a obra há pouco publicada pela Editora Globo *A História Econômica de São Paulo*, em particular pela tradução do texto do Geógrafo francês Pierre Mombeig. Por fim, os três volumes organizados por Paula Porta e publicados pela editora Paz e Terra em referência aos 450 anos de aniversário da Cidade são igualmente emblemáticos.

²⁰ Idem, p. 43.

²¹ A 7ª fase caracteriza-se por intenso processo migratório estrangeiro. São Paulo é o maior centro industrial da América do Sul. Consolida-se como centro de serviço; criação de universidades, construção de prisões. Há intensa movimentação operária. Ampliam-se as periferias. [...] Inicia-se o processo de verticalização [...]. A 8ª fase, que se aproxima do IV Centenário, foi [...] de enorme caos urbano – símbolo do crescimento incontrolado. São Paulo consolida-se como importante centro sócio-econômico brasileiro. Inaugura-se o prédio do Banco do Estado de São Paulo (1947), indiscutivelmente um marco da cidade. Desenvolvem-se os meios de comunicação (televisão, em 1949). Multiplicam-se os bancos. Intenso desenvolvimento industrial. Inicia-se o processo de incorporação imobiliária. Idem, pp. 50-51.

Outros autores caracterizaram essas duas últimas fases como “A 2ª fundação da Cidade de São Paulo”. Ver SALIBA, Elias Thomé. “História, memória, tramas e dramas da identidade paulistana”. In: PORTA, Paula (org). *História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX*. São Paulo, Editora Paz e Terra, 2004, vol.3, pp. 560-562.

Os números citados por Maria Adélia demarcam um crescimento vertiginoso. Da última década do século XIX até 1950 a população saltou de 64.934 para 2.213.300 habitantes.²²

Nesse sentido, era previsível que tão abrupta transformação não se resolvesse sem problemas:

A metrópole paulista conhece uma enorme efervescência na época. A cidade cresce, a população pobre é jogada para fora do centro, que se valoriza. Consolida-se um processo de especulação imobiliária, iniciado no final do século XIX, acompanhado de uma grande demanda habitacional. A paisagem urbana transforma-se radicalmente.²³

Esse era o cenário urbano previsto para o desmembramento das festividades do aniversário da Cidade e que o IV Centenário precisava de alguma maneira validar. Como vemos, não é uma tarefa muito fácil, tanto pela profundidade da exclusão como por seu caráter multiforme. A busca de uma moldura identitária que acoplasse especiarias tão díspares estava na pedra das narrativas elaboradas pelo discurso dominante no pleno *despertar da metrópole*.²⁴

Para Margareth Rago, o que estava em curso nesse período não era apenas o nascimento de uma nova urbe, mas de um novo regime social, explanando e impondo a toda população um novo padrão comportamental considerado civilizado e constituindo [...] *um novo regime de verdade, a partir do qual foram definidas e ditadas as regras do modo correto de viver, sentir, pensar e agir* [...].²⁵

A profundidade dessas distorções clamava pelo forjar de uma identidade que no mínimo atenuasse as contradições sociais, inviabilizando assim sua ampliação na conjuntura da festa dos quatrocentos anos, daí seu entrelaçamento com a memória coletiva e social.

²²SOUZA, Maria Adélia Aparecida. Obra citada, p. 63.

²³Idem, p. 71.

²⁴ *Indiscutivelmente a ebulição dos anos 20, que redundou numa reformulação da divisão social e internacional do trabalho, provocada pelo grito da modernidade nos países centrais, acarretará, no Brasil, intensas transformações e agitações na sociedade e no espaço – esteio da verticalização. É exatamente aí que surgem os arranha-céus na paulicéia desvairada. Desperta a metrópole*. Ibidem, p. 72.

²⁵ RAGO, Margareth. “A invenção do cotidiano na metrópole: sociabilidade e lazer em São Paulo, 1900 – 1950”. In: PORTA, Paula (org). Obra Citada, pp. 338-339.

Colocada na base das narrativas que emolduram a história da fundação da Cidade, a memória social do período reproduz e inscreve um núcleo de ações que cinge em um mesmo tecido a comemoração – o aniversário de quatrocentos anos da Cidade de São Paulo – e o acontecimento que se comemorava – a fundação da Cidade. Na redundância desse movimento, é natural que o tema do mito fundador Anchieta, pela sua dimensão simbólica, aparecesse como um estribo, entremeando entre um ponto e outro a natureza dos dois acontecimentos. Nos periódicos em que analisamos a densidade do problema, em geral os cronistas subsidiaram as suas argumentações nessa parábola. Os encaminhamentos que trataram do debate sobre o fundador da Cidade quase sempre embasaram suas categorias em uma formulação que tratava a história como um vulto desses dois movimentos. A sincronia de termos que apresentavam a conjuntura moderna como a própria redenção do passado, reproduzido pelas diversas expressões que eram unívocas ao sentido de progresso e civilização, aparecem representadas como moldura para os ícones da paulistanidade.

As roupas do fundador

É claro que todas essas ações não apareceram ordenadas e sistematizadas em um mesmo corpo comemorativo, e muito menos o momento de ampliação desses registros ocorreu em uma mesma escala temporal. O curioso é que esses ingredientes se agregaram e se distanciaram estrategicamente. Também é possível avistá-los em companhia de outros acontecimentos. Nesse sentido, é possível encontrarmos referências a outros marcos históricos da Cidade agregados às comemorações de 1954, ou ainda, narrativas e representações que de certa maneira anteciparam a cronologia das comemorações do IV Centenário. Seguindo essa lógica, não precisamos nos esforçar muito para inquirir, dentro da parafernália comemorativa, marcos históricos, outrora apresentados como porta-vozes da fundação de São Paulo.

Esse fenômeno social foi de fato reincidente na história da Cidade de São Paulo. Guilherme de Almeida, amplificando os ecos da modernização, acompanhados pelas ostensivas inaugurações na área central, já prenunciava em 1943, com uma exatidão singular o problema:

...Ora, outro rio – um novo Ipiranga, largo e túmido de vida - ora pulsa como veia vital no corpo febril da metrópole, rio humano borbulhante de gentes, arfante de motores, brilhante de luzes... E, sobre o leito da grande via paulistana, como a repetir o gesto de Pedro I, na sua tesa altivez de espada vertical, um arranha-céu de mármore fidalgo ergue-se nobre e orgulhoso. As luzes modernas e fortes escrevem sobre a sua fachada: IPIRANGA. Ele é um puro Monumento ao Cinema: à arte mais nova das mais novas civilizações. Na sua ânsia de atualidade, São Paulo recebe hoje o novo IPIRANGA como uma consequência natural de sua grandeza; daquela grandeza nascida nas margens do riacho histórico que verteu, como um seio materno, o leite sagrado que amamentou a Pátria...²⁶

O burburinho dessas inaugurações que tacitamente encaminhavam a Cidade para as novas estruturas da modernidade galgava evolutivamente os degraus constitutivos do passado paulistano em direção à maioria, que só viria em 1954. O Ipiranga, o cinema, ancorado na tradição do outro Ipiranga, o rio, preconizava a vocação original da Cidade e de seu povo, eleita para liderar e ser a vanguarda do progresso e da civilização no Brasil.

Em edição especial comemorativa do IV Centenário da Cidade, o jornal *O Estado de S. Paulo* estampou com infinito rigor o assunto e palmilhou todo o chão da memória paulistana e os fatos que precisavam ser afirmados naquela urgência comemorativa.

É importante destacar que a reconstituição histórica organizada pelo jornal, que outros periódicos também ao seu jeito reverberavam, seguiu os marcos supostamente apresentados como consensuais na tradição de São Paulo. Esses fatos regressavam de tempos em tempos, demarcando uma memória histórica da Cidade que deveria ser comungada por todos os paulistanos. Esses ícones cronológicos foram recorrentes nas narrativas ligadas ao fundador e alimentaram com a mesma intensidade a publicidade evocativa ao IV Centenário. A recorrência dessa nomenclatura comum, que se deslocava temporalmente num período diverso, aparece como subsidiária ao recheio do debate identitário. O estranhamento provocado pela discrepância dessa roupagem se compensava pela recondução da Cidade aos limites da sua formação, vicejado entre ritos e gestos, que transportavam evolutivamente naquela disforme platéia de desterrados urbanos os significados de tempos históricos diferentes, integrando-os temporariamente a seleta genealogia bandeirante.

²⁶ ROCHA, Francisco A. *Figurações do Ritmo. Da sala de Cinema ao Salão de Baile Paulista*. Tese apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. 2006, p. 228. Reportagem publicada no Jornal *Folha da Manhã*, 07.04.1943, p. 13.

A elaboração dos cadernos presentes nessa edição comemorativa do Jornal *O Estado de S. Paulo* seguiram, como acabamos de dizer, esse endereçamento e se organizaram por um critério histórico estritamente linear, passando ano a ano os marcos constitutivos da Cidade, desde seus primeiros tempos como uma simplória, mas promissora, vila colonial, até sua consagração como musa contemporânea do progresso e da modernidade.

Dois longos artigos merecem aqui o nosso destaque, especialmente, porque recompõem, como já dissemos, a obstinada ação de enredar, em torno ao ano de 1954, outros ícones afirmativos da paulistanidade e definidores na fundamentação de sua memória, num processo que poderíamos chamar de *invenção da tradição*, em referência à expressão empregada por Eric Hobsbawm sobre o assunto.²⁷

O primeiro artigo redigido por Octávio Tarquínio de Souza “São Paulo (cidade) e a Independência”, soa como um manifesto em defesa das contribuições históricas da Cidade de São Paulo no processo de Independência do Brasil. O autor enumera, desde a aclamação de Amador Bueno do Ribeira, na primeira metade do século XVII, uma escalada de acontecimentos que resultaram finalmente no fatídico grito de D. Pedro às margens do Ipiranga. Atentemos para o teor dos fragmentos:

De janeiro a setembro de 1822, em menos de oito meses, numa sucessão rápida, os acontecimentos políticos foram se encaminhando inevitavelmente para a Independência. Para o ato inicial, que foi a permanência de D. Pedro no Brasil, consubstanciado no ‘Fico’, de 9 de janeiro, a colaboração paulista assume enorme importância.

Não tardou que logo se espalhasse o que acontecera. Os paulistanos sentiram-se no dever de comemorar sem demora o feito por que todos ansiavam e logo se projetou uma festa no Teatro, à noite D. Pedro desenhou incontinentemente o molde da legenda ‘Independência ou Morte’ [...]

E como primeiro testemunho do que o Brasil ficaria a dever a São Paulo, o príncipe escreveu na sua despedida aos honrados paulistas estas palavras que a História não deixará que se apaguem; “Eu vos asseguro que coisa nenhuma me poderia ser mais sensível do que o golpe que minha alma sofre, separando-me dos meus amigos

²⁷ A expressão aparece no clássico *A Invenção das Tradições* que, em companhia de outros autores, o historiador tratou com profundidade o assunto. A idéia de continuidade histórica dos aspectos contemporâneos com o passado remoto foi desembaralhada pelo estudo do autor. Práticas que procuram *inculcar certos valores e normas de comportamento* em um movimento orquestrado com base na periodicidade da repetição formal imposta na sua ritualização. HOBBSBAWN, Eric e RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997, pp. 9-12.

paulistanos, a quem o Brasil e eu devemos os bens que gozamos e esperamos gozar de uma constituição liberal e judiciosa”.²⁸

Fig.04. Essa edição do jornal *O Estado de S. Paulo* se configurou por uma recorrência aos acontecimentos que engastavam à cidade ao percurso histórico do país. As referências à Independência e à Proclamação da República – que as imagens conclamaram – foram recorrentes para atualizar o caráter precursor da Cidade na consolidação do Estado Nacional. Jornal *O Estado de S. Paulo*, 25.01.1954, p. 71.

²⁸ SOUZA, Octávio Tarquínio de. Jornal *O Estado de S. Paulo*. Edição do IV Centenário. 25 de janeiro de 1954, p. 70-72.

Fig. 05. Aclamação de Amador Bueno, apresentada pelo jornal como um dos acontecimentos que já prenunciavam que a independência do Brasil se iniciaria por São Paulo. Jornal *O Estado de S. Paulo*, 25.01.1954, p.70.

O segundo artigo, que igualmente consideramos revelador dentro desse movimento de fidelização histórica e de reconstrução simbólica dos elementos que foram definidores no passado da Cidade, intitula-se “A República e os Paulistas” escrito por Lourival Gomes Machado.

Ao discorrer sobre a visão predestinada dos paulistas na implantação da república, o autor, tal qual no artigo anterior, recompôs todo o périplo bandeirante na formação do novo regime. Aqui, as idéias estão mais bem fundamentadas e as referências à Cidade de São Paulo se articulam também à tradição econômica do interior paulista. Todavia, o que salta dessa leitura é o destaque atribuído pelos autores ao caráter pioneiro deste povo, capaz de prever, sem radicalismo e dentro da ordem, a necessidade e urgência da mudança de governo:

Uma revisão completa da fase pré-republicana haverá de patentear essa certeza dos paulistas na infalibilidade de um processo histórico que desejavam traduzir em lúcidas manifestações de consciência, mas não se propunham a modelar segundo tais ou quais modelos cerebrinos. A República viria, sabiam eles, e, pois, se prepararam para a vida republicana. Essa firmeza de convicção, que tem menos de fé do que de

conhecimento, só poderíamos esperá-lo de homem vivendo cotidianamente a nova realidade, e, pois, tornando-se paulatinamente incapaz de negar ou sequer duvidar dessa evidencia de todas as horas. O surto da produção em novos padrões fornecia tal oportunidade aos republicanos de São Paulo.

Sem dúvida, a República dos Estados Unidos do Brasil nasceu da conjugação de fatores que uniu numa só corrente as atitudes negativas provocadas pela exaustão do Império e reveladas na questão religiosa, nas reformas eleitorais, no radicalismo, no abolicionismo, e na questão militar [...]. Mas, na avaliação da relativa importância desses elementos [...] nem sempre tem correspondido igual carinho no exame da função principal desempenhada pelos republicanos históricos, entre os quais os paulistas constituem núcleo principal.²⁹

Fig.06 e 07. Essas imagens, publicadas na edição especial do IV Centenário do jornal *O Estado de S. Paulo*, acompanharam o texto de Lourival Gomes Machado, sobre o caráter precursor dos paulistas na idealização do regime republicano. Publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*. 25.01.1954, p.75.

²⁹ MACHADO, Lourival Gomes. *Jornal O Estado de S. Paulo*. Edição do IV Centenário. 25 de janeiro de 1954, pp. 74-76.

Publicada no Jornal *O Estado de S. Paulo*, 25.01.1954, p.76.

Além dos marcos históricos apresentados como ícones da civilização bandeirante, inúmeras personalidades foram também engastadas nesta epopéia. O anúncio publicitário abaixo elencou alguns destes filhos prodígios:

HBU **HBU**

A cidade de São Paulo conta com 4 séculos de existência. No passar dos tempos, São Paulo, que começou forte com a semente de Anchieta, agigantou-se através da realização dos seus filhos. Bandeirantes, como Raposo e Amador Bueno, cheios de denodo e patriótica ambição, alargaram as fronteiras do Brasil. Inventores, como Santos Dumont, dominaram segredos da técnica, prodigalizando maiores confortos e ensejando mais rápido progresso ao mundo inteiro. Políticos, como José Bonifácio e Prudente de Moraes, elevaram bem alto o conceito de altaneira dignidade e de caráter verdadeiro. Músicos, como Carlos Gomes - nos temas clássicos - e Zequinha de Abreu - nos motivos populares - tornaram a música brasileira conhecida em todos os países. Arquitetos, como Ramos de Azevedo, construíram as bases de cimento e granito desta grande metrópole de hoje. E poetas, como Martins Fontes, adocaram a vida intensa de trabalho da gente paulistana com a música e a doçura dos seus versos.

BANCO HOLANDÊS UNIDO rende, neste dia, uma justa homenagem à cidade de São Paulo, pelo seu IV Centenário.

BANCO HOLANDÊS UNIDO

Rua da Quitanda, 101-114 - fone: 32.4106 - São Paulo

Fig.08. No texto, a propaganda explanou os “grandes personagens” do progresso paulista. Iniciando por Anchieta, e passando por bandeirantes ilustres como Raposo Tavares e Amador Bueno. A lista é grande e variada, chegando até Santos Dumont e Ramos de Azevedo. Jornal *O Estado de S. Paulo*, 25.01. 1954, p. 98.

A onda publicitária que inflacionou os periódicos com mensagens de congratulação e euforia à Cidade foi igualmente recorrente nos temas identitários, que apareceram como consenso na abrangência da memória social. No artigo “A Construção da Memória na

Publicidade do IV Centenário da Cidade de São Paulo”, Silvio Luiz Lofego percorreu com clareza o momento. O surto publicitário, articulado pelo crescimento econômico e o avanço do mercado interno, recorrente nas comemorações dos quatrocentos anos de aniversário da Cidade, procurou se associar sistematicamente aos elementos que se apresentavam naquele momento com força canônica para tecer a teia simbólica que respondia aos melhores apelos da memória histórica da Cidade. Dessa maneira, o IV Centenário operou como uma grande alavanca para impulsionar a *força de São Paulo arranhada politicamente desde a década de 30*, e adequou toda essa publicidade ao novo contexto político que a Cidade vivia desde o fim do Estado Novo e aos atores que ambicionavam o reconhecimento no cenário nacional. Por tudo isso, esse movimento identitário só ganhou sentido na medida em que utilizou estrategicamente os símbolos que *se vinculavam a efeméride paulista* transcritos à dimensão pública do seletor *manancial memorialístico*, guardado a toque de caixa pelas classes dominantes ligadas à tradição quatrocentista paulista.³⁰

Na mesma esfera de significações, destacamos também o elenco de monumentos inaugurados no período que exprimiram essas mesmas elaborações identitárias, mas que pelo seu caráter memorialístico, viabilizado na intensidade da sua exposição pública, contemplava uma fixação simbólica, cujas proporções inseriam, no traçado urbano da Cidade, as fronteiras e os caminhos daquilo que precisava ser diariamente lembrado a todos os paulistanos.

Nesse sentido, o crescimento extemporâneo da economia paulista, cantada em prosa e verso por todos os meios de comunicação, era cotejado ao processo de alargamento do território nacional desencadeado pela gente de São Paulo em tempos coloniais. O bandeirante era agora apresentado como a própria locomotiva que cortava todos os dias o Estado, trazendo o café e a riqueza e arrastando os demais estados da Nação, ironicamente tachados de vagões vazios.³¹

A configuração desse *boom* memorialístico emoldurou algumas áreas com relativo destaque, que funcionaram de forma subjacente aos núcleos expansivos da memória

³⁰ LOFEGO, Silvio Luiz. “A Construção da Memória na Publicidade do IV Centenário da Cidade de São Paulo”. *Revista Patrimônio e Memória*, UNESP, São Paulo, n.2, pp. 2-3.

³¹ Ver BORGES, Vavy Pacheco e COHEN, Ilka Stern. “A Cidade como palco: os movimentos armados de 1924, 1930 e 1932”. In: PORTA, Paula. Obra citada, p. 292.

histórica. Locais que pela sua densidade simbólica cravaram no esboço urbanístico inscrito para as festas dos quatrocentos anos, as referências nomeadas como síntese identitárias. A região do Ibirapuera, por exemplo, foi emblemática na reconfiguração dessa cartografia memorialística que desenhou no mapa da Cidade novas significações, se transformando já com a finalização do Parque do Ibirapuera para as comemorações do IV Centenário e a conclusão do Monumento às Bandeiras numa porta de entrada – ou de saída – para a Cidade. A região que iria abrigar, ainda na época, o Mausoléu do Soldado Constituinte e, por último, o Palácio 9 de julho em 1968, sede do poder Legislativo Estadual, transformara-se rapidamente, dentro da hierarquia da simbologia paulista, em uma região socialmente produtora da memória histórica imposta pelo discurso dominante.

Essa estreita relação entre as comemorações do IV Centenário e a ampliação do elenco de monumentos públicos, edificados pelo Estado no perímetro da Cidade, sugere uma reflexão mais apurada acerca da sua representatividade, enquanto veículo transmissor da memória social, em especial, no espectro das grandes metrópoles.

Cristina Freire observou com profundidade o problema, acentuando que os monumentos atuam *Como um referente no tempo, [...] um elo entre o passado (que representam) e o futuro para o qual se dirigem. Ligam ainda o ‘eu’ a todos os outros de uma comunidade ausente.*³²

Para a autora, é notório que as estruturas alimentadas pela modernidade redimensionaram as funções sociais dos monumentos. A concorrência das novas mídias incrementadas pela indústria da comunicação de massas atenuou a sua eficácia simbólica e conseqüentemente redefiniu o estatuto de sua recepção na memória social e coletiva.

Por outro lado, independente de seu poder cognitivo e de sua força simbólica, o fato é que novos monumentos continuaram (e continuam) a ser construídos nos espaços públicos das cidades.

Tal qual a autora, acreditamos que essa recorrência resulte da vocação silenciosa dos monumentos de nomear e ratificar subliminarmente, na cartografia das urbes, uma mensagem codificada e hegemônica. Em outras palavras: eles são ainda *construídos como meio para preservar algo* daí a sua *função comemorativa, ritualista.*³³

³² FREIRE, Cristina. *Além dos mapas; os monumentos no imaginário urbano contemporâneo*. São Paulo, Annablume, 1997, p. 92.

³³ Idem, p. 97.

Dessa maneira, a difusão de tais espaços contribui para demarcar, socialmente, o que precisa ser lembrado e o que precisa ser esquecido. E por tudo isso os monumentos *ligam-se [...] a uma rede de atributos e conteúdos simbólicos que extrapolam sua presença física*,³⁴ de tal forma que, agregados a outros veículos protagonizados na ebulição ritualística da festa, buscam reafirmar um sentimento de consonância social e canônica.

Ao contrário dos registros da mídia impressa onde encontramos com recorrência a silhueta de Nóbrega e Anchieta, curiosamente os principais monumentos inaugurados durante o IV Centenário, não fizeram referência direta aos religiosos como fundadores da Cidade de São Paulo. O único gesto institucional que talvez perfile melhor o sentido dessas anunciações simbólicas foi a devolução do Pátio do Colégio à Companhia de Jesus naquele longínquo feriado, um fato que retomaremos em outro momento. Sabemos que, posteriormente, os dois religiosos também receberam um tratamento monumental, mas a ausência dos dois jesuítas nesses monumentos revela a existência de um campo de forças em um assunto que não era consensual. Nesse aspecto, a verdadeira quarentena simbólica que marcou a confecção memorialística da imagem de Anchieta e de Nóbrega durante a febre estatutária do IV Centenário se contrapõe à intensidade do debate sobre o fundador da Cidade de São Paulo. Esse debate ostensivamente movimentou a mídia que divulgou o IV Centenário e disseminou, por toda parte, as imagens dos dois religiosos. Ao sugerimos a organização de uma determinada hierarquia memorialística, de certa forma nos aproximamos das contradições que marcaram a questão identitária na Cidade de São Paulo e que definiram, como veremos com o avançar da pesquisa, uma geografia simbólica entre a “antiga Cidade” e os símbolos da “cidade nova”. A cisão que aqui aparece, demarcada na construção dos monumentos públicos da Cidade em 1954, proclama alguns dos problemas que resvalaram nos atos institucionalmente outorgados na mixórdia comemorativa – que a inauguração dos monumentos procuraram afirmar. As demais narrativas, reportagens e propagandas que não ingressaram explicitamente no tema também foram tocadas pelo “glamour” das inaugurações.

³⁴ Ibidem, p. 98.

VENHA CONHECER SÃO PAULO

VENHA CONHECER SÃO PAULO – A CIDADE QUE MAIS RÁPIDAMENTE CRESCE NO MUNDO!

Venha conhecer São Paulo – centro de trabalho, onde se ergue o maior parque industrial da América Latina! Venha conhecer São Paulo – cidade de cultura, com seus monumentos, seus museus, suas galerias de obras-primas da arte universal, suas universidades que deram ao Brasil tantos homens ilustres, seus teatros, sua arquitetura monumental!

Venha conhecer São Paulo – onde o destino colocou o arroio do Ipiranga, berço da Independência e da Liberdade!

Venha conhecer São Paulo – orgulho do Brasil!

Monumento às Bandeiras, na Cidade de São Paulo, obra-prima do escultor brasileiro Victor Brecheret.

A Cia. Goodyear do Brasil sente-se orgulhosa de sua contribuição para a grandeza do parque industrial de São Paulo, onde estão localizadas as fábricas Goodyear, ocupando uma área construída de quase 45.000 m² e um total de 2.128 técnicos e operários.

Homenagem da
CIA. GOODYEAR DO BRASIL
Produtos de Borracha
às comemorações do IV Centenário da Cidade de São Paulo

O CRUZEIRO, 23 de janeiro de 1954

25

Fig. 09. Aqui a imagem do monumento se fundiu aos novos marcos que atualizavam o progresso da Cidade no século XX. A arrancada industrial era agora puxada pelos personagens de Brecheret. Revista *O Cruzeiro*, 23.01.1954, p. 25.

1.2. A Manjedoura do apóstolo

São Paulo, terra amada
Cidade imensa de grandeza mil
És tu terra adorada
Progresso e glória do meu Brasil
Oh! Terra bandeirante de quem se orgulha a nação
Deste Brasil gigante
Tu és a alma e coração

Salve o grito do Ipiranga
Que a história consagrou
Foi em ti ó meu São Paulo
Que o Brasil se libertou
O teu Quarto Centenário
Festejamos com amor
Teu trabalho fecundo mostra
Ao mundo inteiro teu valor.

Ó linda terra de Anchieta
Do bandeirante destemido
Um mundo de arte e de beleza
Em ti tem sido construído
Tens tuas noites adornadas
Pela garoa em denso véu
Sobre os edifícios
Que até parecem chegar ao céu.³⁵

Não resta dúvida de que o entrelaçamento simbólico configurado nas comemorações do IV Centenário em 1954 constitui um complexo fenômeno social de um intrincado registro histórico mobilizador de inúmeros elementos que atuaram na memória histórica da Cidade. A detecção de múltiplas representações e narrativas que acentuaram, pela frequência do discurso, um código de coerência, compondo uma tradição conciliadora que, de maneira recorrente, evocou a imagem de José de Anchieta como único arauto da fundação, são algumas variáveis que declinam desse entroncamento.

Nesse sentido, a intencionalidade da cronologia criada e os objetivos operados na elaboração do tecido social da época, constituídos como majoritários na composição da memória coletiva, acabou definindo objetivamente o repertório de fatos, datas, marcos e

³⁵ Letra da Música “IV Centenário” de Mário Zan. A letra dessa canção divulgada com entusiasmo pelas emissoras de rádio na época repassou, tal qual na edição do jornal *O Estado de S. Paulo*, os ícones do desenvolvimento paulista. Nela Anchieta aparece compondo, na última estrofe, ao lado do bandeirante, a tradicional imagem de uma saída histórica conciliada. Ver LOFEGO, Silvio Luiz. Obra citada, pp. 144-145.

acontecimentos que foram com maior densidade relevados. São fresta para esse regresso aos anos 50.³⁶

Uma memória coletiva exaltada *nas palavras, nas imagens, nos gestos, nos ritos e nas festas*³⁷ beneficiada pelo desenvolvimento do processo de urbanização e pela modernização a que a capital paulista assistia desde os primeiros tempos do século XX. Esse desenvolvimento propiciava a incorporação e ampliação de novas linguagens e informações, mas que foram profundamente incapazes de dismantelar todas as contradições implícitas na sua montagem. Atentemos para o importante registro de Lúcio Kowarick e Nabil Bonduki em referência à violência encarnada nesse processo:

São Paulo [...] consolida-se como pólo industrial mais importante do país, escolhido para ser a sede da indústria automobilística e dos setores fabris dinâmicos. O ufanismo das classes dominantes, industriais, comerciantes, políticos, contagia os meios de comunicação e ganha a classe média. ‘São Paulo não pode parar’, ‘São Paulo é a cidade que mais cresce no mundo’, ‘São Paulo, o maior centro industrial da América Latina’ são slogans que estão em toda parte e que justificam qualquer iniciativa tida como progressista. Demolir, passar as picaretas no que é velho – mesmo que só tivesse 20 anos – é progresso: é o nascer dos arranha-céus. O afã do progresso e da modernidade ordena e justifica o processo de transformação das áreas urbanas mais consolidadas, regido pelos incorporadores e pela especulação imobiliária. O automóvel, símbolo máximo do sucesso, que já tinha sido o grande privilegiado da reforma urbana que o prefeito Prestes Maia implantou nas décadas de 30 e 40, passa definitivamente a ser o senhor das ruas e avenidas, ordenando alargamentos e demolições e exigindo crescentemente recursos públicos para viabilizar sua circulação.³⁸

O nascimento da paulicéia moderna e a ordenação social desse novo modelo, que aparece nesse excerto dos autores, se refletiram intensamente nos inúmeros registros grafados pelos paulistanos na época, testemunhando os grandes sobressaltos urbanos, diluídos nos periódicos e muitas vezes perdidos em poluídas páginas repletas de anúncios e propagandas. Essas narrativas são emblemáticas no processo de captura e aproximação da memória social pelo movimento da história, na medida em que possuem uma natureza social que escapa da ação institucional da comemoração, depositando silenciosamente em

³⁶ [...] acontecimentos que merecem ser conservados porque o grupo vê um fator de unificação nos monumentos da sua unidade passada, ou, o que é equivalente, porque retêm do seu passado as confirmações da sua unidade presente. BOURDIEU, Pierre in: LE GOFF, Jacques. *Memória e História*, p. 460.

³⁷ Idem, p. 466.

³⁸ KOWARICK, Lúcio e BONDUKI, Nabil. “Espaço Urbano e Espaço Político”. In: *As lutas sociais e a cidade. São Paulo: passado e presente*. KOWARICK, Lúcio (org). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p. 141.

seu interior apenas a rafia quase apagada do momento que se configurou. Depositária de importantes registros, a memória social funciona como uma ponte entre o passado da Cidade e os acontecimentos que operaram na época como reposição e recomposição desse passado.

A natureza desses problemas, nos aproxima dos endereçamentos propostos por Le Goff acerca do discernimento das relações entre história e memória social: *o que fica do passado no vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado.*³⁹

A resposta a essa difícil questão, formulada por Pierre Nora e apresentada aqui por Le Goff para o descortinamento do assunto, compõe algumas categorias de análise que consideramos cruciais para o estudo do IV Centenário. A configuração de uma indústria de comunicação de massa introduziu nas sociedades assistidas pelo seu crescimento um elemento de uniformização e divulgação das narrativas que se transformam por sua exposição midiático-pública, em uma função social coletiva, braço direito dos discursos dominantes. Invariavelmente a história se alimenta dessa memória coletiva, resgatada com base nos problemas do presente, nas articulações entre as narrativas individuais e nos relatos que caminham em direção ao coletivo social, lugares em que essa memória social se cristaliza: *lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários.*⁴⁰

Observados em conjunto, os periódicos do período formaram um grande corpo com fidelidade temática, ou seja, uma memória social. Apesar de algumas especificidades endereçadas pelos editoriais, no geral as edições comemorativas e as reportagens que prenunciaram as festividades do IV Centenário circularam por uma via extremamente homóloga, crivando quase sempre os mesmos temas e representações, circunscrevendo um significado hegemônico e dominante à memória histórica, se aproximando da caracterização elaborada por Le Goff:

A memória coletiva faz parte das grandes questões, das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando, todos, pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção.⁴¹

³⁹ LE GOFF, Jacques. Obra Citada, p. 467.

⁴⁰ Ibidem, p. 467.

⁴¹ Ibidem, p. 469.

A abertura de novas artérias no corpo das cidades modernas insere-se como um grande paradigma frente à aceleração estabelecida pelos mecanismos que socialmente transformam os elos sociais mais vulneráveis. Nesse espaço, o papel da memória coletiva se converte *num reservatório (móvel) da história, rico em arquivos e em documentos/monumentos*.⁴²

O processo de escrita dessas narrativas apresentaram o mito fundador anchietano entrecortado por referências a outros símbolos. Esses símbolos que superficialmente encaminhavam as narrativas históricas para um extrato que procurava diluir o teor das manipulações operaram diretamente no universo simbólico das representações organizadas para as comemorações do IV Centenário. Esses registros se transformaram em um elemento intencional de articulação com o poder, elaborando narrativas organizadas pelos eventos oficiais e sistematizadas no decorrer das festividades.

A presunção é de que o conjunto dessas narrativas apresenta uma relativa coerência, com postulados que unificaram e sistematizaram uma história oficial da Cidade, agregando os principais símbolos e marcos cronológicos que garantiram a consagração desse passado. Isso, em certo sentido, permite nos envolver com *esta luta pela dominação da recordação e da tradição*.⁴³

Como vemos, a complexidade do problema nos alinha na base das reflexões desenvolvidas por Pierre Nora e Jacques Le Goff. No núcleo desse impasse, além das já citadas relações entre história e memória, o tema se desloca para o problema dos lugares e o descortinamento de imbricados e dialéticos conceitos que muitas vezes se apresentam simplificadamente de forma homóloga.

A insistência nesse ponto, a nosso ver, se justifica porque o contato com a documentação do período pode obliterar essas diferenças por conta da insistência e reprodução dos ritos preconizados durante as festas e, por conseguinte, nublando os limites entre o processo histórico que submergiu no universo das narrativas que apresentavam o passado sobre a fundação da Cidade.

⁴² Ibidem, p. 469.

⁴³ Ibidem, p. 470.

Os ritos preconizados no encadeamento da festa possibilitaram que o tema do mito fundador José de Anchieta se constituísse no principal fio condutor da tradição paulistana e na reelaboração dos elementos fundantes e no arquivamento dessa memória.

As dissonâncias que encontramos no período e que analisaremos com mais profundidade no capítulo quatro – Nóbrega ou Anchieta: quem foi o verdadeiro fundador de São Paulo – são divergências postadas em um campo ideológico muito próximo, mas que elaboravam acepções diferentes em relação aos vínculos com a paisagem moderna da Cidade. No entanto, essas divergências circulavam até o limite sem descaracterizar as estruturas identitárias comuns em relação à tradição cristã. Isso claramente não esteve em jogo durante o IV Centenário.

A Cidade de São Paulo e sua história constituída com base nessa memória social difundiram um tipo paulistano contemporâneo à fundação do Colégio. Uma Cidade que nasceu congenitamente com a tradição cristã, desafiada pelos empecilhos de ordem geográfico de transpor a serra do mar, mas insuficientes para represar sua vocação original de se transformar, um dia, em uma grande e reluzente metrópole.⁴⁴

A difusão destas narrativas entrelaçou e capitalizou todas as divergências para uma obra histórica marcada, desde os seus primórdios, pelo tempo da continuidade, sem arritmias ou descompassos. Se olharmos com atenção para o núcleo das representações do período, a impressão que se tem é a de um ritmo político e social sem rupturas ou solavancos. A Cidade se constituía, desde o nascedouro, como uma urbe predestinada ao cristianismo e cuidadosamente preparada para sacramentar um percurso histórico que agregou, em tempos diversos, todos os espaços necessários e estratégicos edificadas em símbolos da fundação, como o colégio, a vila e a capela.

⁴⁴ O debate sobre as influências geográficas no desenvolvimento da Cidade de São Paulo é bastante significativo. Caio Prado Júnior e Paulo Prado produziram duas clássicas interpretações. Enquanto que para o primeiro, a localização geográfica de São Paulo foi geradora de seu crescimento comercial e urbano, especialmente porque transformou a cidade em um entreposto comercial com o porto de Santos, para o último, o caminho do mar, ao contrário de aproximar garantiu um distanciamento da gente do planalto das influências negativas e degenerativas do litoral, há muito tempo distante da tradição quinhentista responsável pelo projeto colonizador. No avançar de nossas reflexões, retornaremos a esses autores, e especialmente Paulo Prado terá nossa atenção especial. Acreditamos que sua obra foi definidora na elaboração do tradicional pensamento paulistano, que acabou capitalizando indiretamente para a expansão do mito anchietano.

Fig. 10 a 14. Nessa seqüência de imagens o lugar da fundação – o Pátio do Colégio – aparece como recorrência em várias propagandas. As duas primeiras (fig.10 e 11) fazem parte de uma relação de fotos organizadas na edição especial da revista *O Cruzeiro*. As outras três imagens são anúncios publicitários de empresas que vincularam suas marcas ao movimento em direção ao progresso. Revista *O Cruzeiro*, 23.01.1954. p.32.

Publicada na Revista *O Cruzeiro*, 23.01.1954, p. 04.

1554 1954

Da humilde igreja de Anchieta
— aos blocos de cimento armado!

A cidade em que nascemos e com
a qual crescemos nossa
homenagem em sua data máxima.

São Paulo, 25 de Janeiro de 1954.

Construtora e Imóveis São Paulo
Engenharia — Arquitetura — Construções — Terraplenagem — Pavimentação
CAPITAL CR\$ 12.000.000,00 — RESERVAS CR\$ 2.600.000,00
Rua Boa Vista, 314 — 2.º andar — Telefone 32-5148

anteca

Diretores: M. A. Xavier da Silveira • Cássio da Costa Vidigal • Mauro Pinto • Silva
Geraldo de Camargo Vidigal • Osmar Mesquita • Eulálio Vidigal Pontes • Flávia P. Vidigal

Publicada no Jornal *O Estado de S. Paulo*, 25.01.1954, p. 23.

**a semente
foi um colégio...**

Uma humilde estrutura de barro, argamassada por
mãos indígenas e abençoada por Manuel da Nóbrega e
pela angélica beatitude de Anchieta. Vieram depois os
nobres ensinamentos, o canto coral, a civilização.
O colégio foi se tornando cada vez mais um centro
de cultura e de progresso. O número de "fogos" foi
aumentando em sua volta. E hoje é isto que se vê.
Uma cidade monumental, a 4.ª cidade das continentes
americanas, a 13.ª do mundo. E isto não é tudo:
São Paulo, neste momento em que vê passar o
seu 4.º Centenário, é a cidade de maior índice de
crescimento do mundo — o futuro está aberto para ela!
E a semente de tudo foi um colégio...

Panex
MATIC
A MAIS PERFEITA PANELA DE PRESSÃO

Fidel 1037

Publicada no Jornal *O Estado de S. Paulo*, 25.01.1954, p. 95.

Publicada no Jornal *O Estado de S. Paulo*, 25.01.1954, p. 37.

1.3. O lugar das comemorações e da memória

Não resta dúvida de que o esboço simbólico elaborado em janeiro de 1954, na Cidade de São Paulo, coloca como nuclear as reflexões sobre a natureza das relações entre a memória social e o universo das festividades para pensarmos em que medida as comemorações do IV Centenário foram estruturantes para a constituição dessa memória social.

Nesse caso, estamos muito próximos de uma das problematizações centrais instituídas pelos estudos de Pierre Nora: o conceito de *lugar de memória* e, conseqüentemente, a relação dos espaços e das representações que se emolduram como *documentos/monumentos* de um determinado período social.⁴⁵

O recorte temporal em questão é de fato propício. O “glamour” das comemorações do IV Centenário fundamentou sobremaneira um núcleo instituinte de narrativas e representações hegemônicas na reverberação da memória social. *Os lugares de memória* (e aqui pensamos em especial naqueles espaços mobilizados para a festa de aniversário da Cidade de São Paulo em 1954)

[...] são antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção. O que secreta, veste, estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifício e pela vontade uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação. Valorizando, por natureza, mais o novo do que o antigo, mais o jovem do que o velho, mais o futuro do que o passado. Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade. Daí o aspecto nostálgico desses empreendimentos de piedade, patéticos e glaciais. São os rituais de uma sociedade sem ritual: sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações [...].⁴⁶

Assim, quando regressamos aos tempos da festiva paulicéia, em janeiro de 1954, nos propomos a pensar, como bem destacou Nora, na possível ambigüidade que a memória social tem sobre o grupo em questão e o sentimento de pertencimento e desprendimento da coletividade frente ao que se comemora e relembra.

Trata-se, portanto, de flagrarmos o encontro entre os problemas elaborados no processo de difusão da memória coletiva, com os contornos sobrepostos por aspectos ideológicos e as articulações sincronizadas pelo discurso dominante.

⁴⁵ Ver LE GOFF, Jacques. Obra citada, p. 525.

⁴⁶ NORA, Pierre. “Entre memória e História: a problemática dos lugares”. *Projeto História: História e Cultura*, n.10. São Paulo, Educ, 1993, pp.12-13.

Pierre Bourdieu descreve esse fenômeno de enraizamento do discurso ideológico desferido pelas classes dominantes com base nas *funções políticas dos sistemas simbólicos*.

⁴⁷ Segundo o autor:

As ideologias [...] servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo. A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para uma integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções. Este efeito ideológico, produ-lo a cultura dominante dissimulando a função de divisão na função de comunicação: a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante.⁴⁸

Transpondo os problemas que aparecem nesse excerto de Bourdieu para a perspectiva do IV Centenário, encontramos ali alguns aspectos que vivificam a natureza desses imbricamentos. O sentimento de pertencimento, mesmo que artificial, foi reverberado e sistematizado pelos ícones da festa, que buscaram aplainar as distinções aparentes e petrificar as profundas cisões sociais de classe em uma comunhão de agentes seletos, mas de público expressivo. A comemoração do aniversário privilegiou esse entrelaçamento social, alimentando e reproduzindo uma memória coletiva da Cidade. As configurações dos símbolos que advogaram em nome do IV Centenário acompanharam e dimensionaram tal perspectiva, difundindo uma aura de consenso social:

Os símbolos são os instrumentos por excelência da integração social: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação, eles tornam possível o consensus acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social; a integração lógica é a condição da integração moral.⁴⁹

A multiplicação do espiral do IV Centenário pela Cidade ou mesmo o brasão oficial do município comunicaram e nomearam a intencionalidade das narrativas que emolduraram o caráter social da festa, todavia, como adverte Bourdieu:

⁴⁷ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2006, pp. 10-11.

⁴⁸ Idem, p. 10.

⁴⁹ Ibidem, p.10.

[...] não basta notar que as relações de comunicação são, de modo inseparável, sempre, relações de poder [...]. É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a domesticação dos dominados.⁵⁰

Fig.15 e 16. Os dois anúncios foram vinculados pela Comissão do IV Centenário a programação oficial do dia 25 de janeiro e a divulgando logomarca do espiral dos quatrocentos anos. No cartaz da programação a mão predestinada do jesuíta consagra a vitória da tradição cristã na história da Cidade. Publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, 25.01.1954, p.16.

⁵⁰ Ibidem, p.11.

Publicado no Jornal *O Estado de S. Paulo*, 25.01.1954, p. 83.

Da mesma maneira podemos também pensar no imbricamento entre ideologia e memória social com base nas ponderações de Marilena Chauí:

[...] o discurso ideológico é aquele que pretende coincidir com as coisas, anular a diferença entre o pensar, o dizer e o ser e, destarte engendrar uma lógica da identificação que unifique pensamento, linguagem e realidade para, através dessa lógica, obter a identificação e força porque é um discurso lacunar que não pode ser preenchido. Em outras palavras, a coerência ideológica não é obtida malgrado as lacunas, mas, pelo contrário, graças a ela. Porque jamais poderá dizer de todos os sujeitos sociais com uma imagem particular universalizada, isto é, a imagem da classe dominante. Universalizando o particular pelo apagamento das diferenças e contradições, a ideologia ganha coerência tudo até o fim, a ideologia é aquele discurso

no qual os termos ausentes garantem a suposta veracidade daquilo que está explicitamente afirmado.⁵¹

O discurso simbólico operado pelo mito fundador Anchieta atuou pela via da universalização. As reportagens e as propagandas que transcrevemos dos periódicos da época modulam uma narrativa em que o apóstolo se configura como imagem homogênea. As *lacunas*, como brilhantemente apontou Chauí, incorporadas na elaboração e na estruturação das narrativas atestavam a idoneidade do fundador. O passado emergia regenerado e recomposto pelo gesto iniciador de Anchieta, anunciado-o como um agente da civilização, em recusa à história porque estrategicamente moldado para se firmar com um saber constituído, daí a sua função ideológica de *abolir as diferenças e ocultar as contradições e desarmar toda a tentativa de interrogação [...]*.⁵²

O realce à imagem do apóstolo fundador colava-se de forma subjacente ao projeto de uma São Paulo símbolo do progresso e coração do Brasil. Em revista, outros marcos desse amadurecimento temporão regozijavam a cidade como um abençoado berço da nação. O riacho do Ipiranga transbordava, e suas águas inundaram a programação das rádios, jornais e revistas atualizando e relembrando a população de outras importantes fundações. As marcas históricas de períodos e processos diversos perderam a sua temporalidade ao mesmo tempo em que se sedimentou ao que a autora chamou de *discurso competente*:

O discurso competente é o discurso instituído. É aquele no qual a linguagem sofre uma restrição que poderia ser assim resumida: não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância. O discurso competente confunde-se, pois, com a linguagem institucionalmente permitida ou autorizada, isto é, com um discurso no qual os interlocutores já foram previamente reconhecidos como tendo o direito de falar e ouvir, no qual os lugares e as circunstâncias já foram predeterminadas para que seja permitido ouvir e falar e, enfim, no qual o conteúdo e a forma já foram autorizados segundo os cânones da esfera de sua própria competência.⁵³

O conteúdo das narrativas produzidas em janeiro de 1954 que saltaram da imprensa e ganharam as ruas era autorizado e legitimado por um timbre sonoro afinado na voz

⁵¹ CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo, Cortez, 2006, pp.15-16.

⁵² Idem, p.17.

⁵³ Ibidem, p. 19.

dominante, conferindo-lhe autoridade e credibilidade social, um *discurso competente*. Os cronistas oficiais não pouparam argumentos em alinhar a tradição constitutiva da memória social. Os pontos pendentes (as lacunas) foram ardidamente preenchidos, hiatos foram reatados e a linha histórica cheia de reveses e interrupções, redesenhada. Os novos personagens elaborados com o advento da modernidade foram imediatamente agregados ao antigo roteiro. Os Bandeirantes eram os próprios industriais paulistas que em tempos adversos, protagonizaram naquele momento as novas bandeiras da expansão industrial capitalista. A combatível e espoliada classe operária necessitava, tal qual os índios dos anos iniciais da colonização, cumprir também sua conversão ao novo ritmo acelerado do trabalho. Os saudosos voluntários de 1932 e a sua natural predestinação, imposta somente aos homens em tempos difíceis, não diferiam muito da visão pioneira dos colonos seiscentistas, que ousaram carregar no peito as dificuldades de transpor os inúmeros acidentes geográficos e ocupar o Planalto Piratininga

Fig.17 a 20. A série de imagens configura a extensa associação entre a Cidade Moderna e o mito bandeirante. A caracterização de um processo histórico, cujo desenvolvimento industrial e a verticalização urbana se assemelhavam às incursões realizadas pelos bandeirantes em outras épocas, aparece como recorrente. A imagem da natureza rude e hostil encarnada na figura do indígena aparece sobreposta por referências quase redentoras aos heróis das bandeiras. Publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, 25.01.1954, p. 123.

1954

Quatro séculos de Glória

Lançando-se aos quatro pontos cardiais,
 pelos sertões de outrora, os homens de
 São Paulo dominaram a superfície imensa
 que hoje constitui o chão de nossa pátria.

A constelação que é o nosso símbolo, aberta
 a todos os quadrantes sobre o solo brasileiro,
 é o privilégio de mantermos a maior rede
 aérea doméstica do país, cobrindo todos os
 estados e territórios do Brasil, nos aproximam
 dos grandiosos criadores da vastidão nacional.

Por isso, como desbravadores dos nossos
 mais longos caminhos aéreos, saudamos,
 com especial emoção, neste momento, os
 quatro séculos de glória da Capital Paulista.

Serviços Aéreos
CRUZEIRO DO SUL
 SÍMBOLO DO BRASIL NO CÉU

Visite São Paulo
 no IV Centenário

Publicada no Jornal *O Estado de S. Paulo*, 25.01.1954, p. 08.

O arrôjo de sua gente...

Os índios deram ao planalto o nome de Piratininga,
 os jesuítas fundaram uma igreja e uma escola.
 Casas fôcas se ergueram em meio à palçada.

A vila cresceu, a sua gente varou os sertões,
 cacou o índio, descobriu o ouro. Fundando novas cidades,
 bandeirantes estiveram na Amazônia, no Paraguai e no Peru.
 Deram à Pátria quase seis milhões de quilômetros quadrados.

O arrôjo desses homens varou os séculos. A vila do
 planalto transformou-se numa cidade imensa. Hoje, a gente
 bandeirante impulsiona indústrias. Isso porque os homens
 que nela vivem, herdaram o arrôjo de seus ancestrais.
 Criaram novas fontes de riqueza, novos negócios, novas
 necessidades, impulsionando um grupo empreendedor a organizar
 essa indústria moderna que é **Adezite Filmes Ltda.**

E hoje, ao comemorar-se o IV Centenário da cidade
Adezite Filmes Ltda. — fábrica de fita
 adesivas, inteiramente nacional — saúda São Paulo

ADEZITE FILMES LTDA.
 Rua Tabapuã, 930 — Telefone 80-7881 — São Paulo

Publicada no Jornal *O Estado de S. Paulo*, 25.01.1954, p. 09.

Publicada no Jornal *O Estado de S. Paulo*, 25.01.1954, p.143.

Por tudo isso, o deslumbramento provocado pelo enredo simbólico das manifestações contidas no IV centenário reproduziu um tônus coletivo que operou sobre a

memória coletiva transportando, para a reprodução sistêmica do mito fundador, a função de entronizar o sentimento de pertencimento, funcionando como uma compressa que pudesse estancar e circunscrever, em um limitado espaço, um universo social, tão amplo e envolvente.

Ritos e comemorações: o inventário da festa

As mesmas considerações podemos extrair das importantes reflexões do historiador português Fernando Catroga em referência ao conceito de memória e de sua articulação com o universo dos ritos comemorativos. Ainda que seu foco reflexivo sejam os cemitérios e a institucionalização dos ritos de morte na conservação da memória, no decorrer de seu importante trabalho, o autor se preocupou em estabelecer um significado dos ritos e sua eficácia como multiplicador de representações. Ao empregar o conceito de memória *de alto nível, que enfatiza a recordação e o reconhecimento, e é construído por convocação deliberada, ou por evocação involuntária de cariz autobiográfico ou enciclopédico.*⁵⁴

O caminho palmilhado pelo conceito acentua o significado litúrgico e simbólico da celebração do IV Centenário especialmente por evocarem um público de perfil heterogêneo, ambientado e ordenado pelo pacto da festa, em que se sistematizaram os signos da *recordação e do reconhecimento social*.

Como defende Poul Ricoeur ao comparar a memória com a imaginação, ambas convocam um objecto ausente; mas, se este pode ser ficcional para a imaginação, para a memória, ele já não existe (anterioridade temporal), embora tenha existido realmente (exigência referencial), o que explica que a memória sugira uma dimensão veritativa, e que esta tenda a esconder as razões normativas e pragmáticas que ditam a recomposição e a reconstrução do já acontecido.⁵⁵

Esse processo de elaboração da memória social, apontado por Catroga com base nas reflexões de Ricoeur, desliza a abordagem teórica para o espaço constituinte da

⁵⁴ CATROGA, Fernando. *O Céu da Memória*. Coimbra, Livraria Minerva, 1999, p.13.

⁵⁵ Idem, p. 14.

recordação. Ao examinar os veículos de *produção de cultura e memória* na Europa no limiar do século XVIII, o autor apresentou um cenário que, segundo ele, assegurou a disseminação de monumentos e de seu significado enquanto espaço para a ampliação da memória social:

A palavra latina monumentum deriva da raiz indo-européia men. Esta exprime uma das funções nucleares do espírito (mens), a memória. Deste modo, tudo aquilo que pode evocar o passado e perpetuar a recordação – incluindo os próprios actos escritos – é um monumento.⁵⁶

Para Catroga, o processo de cristianização da Europa ampliou sobremaneira a representatividade desses registros, na medida em que ela se apresenta como uma religião firmada pela força da recordação. Tais asserções se alinham às problematizações que inferem uma dimensão estritamente comemorativa à liturgia cristã. Uma religião que, por essência, se fundamenta na força simbólica dos ritos unidos por um constante *fazer memória*.

Que pese os aspectos conjunturais impostos pela modernidade e o redimensionamento das relações entre a memória histórica e as festas religiosas, que em tempos anteriores pareciam estar mais imbricadas, o calendário da Cidade continuava entoado pelos marcos da liturgia católica.⁵⁷

Esse percurso nos faz refletir sobre o papel e a figura de José de Anchieta na reafirmação do cristianismo na Cidade de São Paulo em 1954 e por consequência, na amplificação da tradição cristã e nas articulações motivadas pelas festividades do IV centenário.⁵⁸ A constatação desse fenômeno e sua explanação na dinâmica social

⁵⁶ Ibidem, p. 20.

⁵⁷ Ver KANTOR, Íris. “Festividades Públicas em São Paulo Colonial: memória e colonização na segunda metade do século XVIII”, pp. 323-324. In: *A Igreja de São Paulo. Presença Católica na História da Cidade*. VILHENA, Maria Ângela e PASSOS, João Décio (orgs). São Paulo, Paulinas, 2005.

⁵⁸ A expansão dessa tradição religiosa e sua função social no espaço de uma Cidade que cada vez mais se movia em função da modernização, por caminhos institucionalmente mais laicos, sugere uma rápida reflexão sobre a dimensão das relações entre Igreja e Estado nos anos 50. Ainda que, em comparação a outros momentos, a ação da Igreja tenha sofrido algum arrefecimento, o período em questão foi marcado pelas tensões da guerra fria e suas especificidades no Brasil no contexto da “República Populista”. O desmantelamento do Estado Novo trouxe ao centro político as arestas insufladas pelas regionalidades. O retorno de Vargas ao poder nas eleições de 1951 ocorre, portanto, nesse momento de reconfiguração do espaço político e os vínculos religiosos, e que invariavelmente acabaram por distender ou aproximar esses dois nichos. Nesse cenário, a imagem do “apóstolo do Brasil” foi amplificada pelo discurso dominante, galgando espaço na elaboração de uma memória coletiva socialmente alienada. Dois interessantes artigos

estabelecem uma injunção que harmoniza, no cenário público, as divergências de ordem social. Esse resultado é aprimorado pelas relações entre memória e comemoração: *Como toda a linguagem é simbólica – isto é, opera por símbolos que exprimem um estado de espírito, uma situação, uma relação, uma pertença ou mesmo uma essência inerente ao grupo.*⁵⁹

Com base nessas formulações teóricas, Catroga emoldura um representativo quadro reflexivo. O fio teórico do autor dirige-se para as articulações entre os ritos de recordação e as comemorações que, apesar da aparente homologia, não podem ser baralhados:

[...] Com efeito, se a recordação revela uma afetividade (cordialidade) que se julga acto individual, a comemoração é manifestação de alteridade, é re-cordare com. Portanto, comemorar será sair do horizonte autárcico em que a recordação pode degenerar, para se entregar numa linguagem comum – uma semiologia coletiva e uma comunicação social da recordação⁶⁰

A primazia dessa afirmação nos induz a reconfigurar o percurso de identificação do conjunto social com a comemoração e dimensionar em que medida esta atua enquanto um expressivo instrumento de agenciamento da memória cidadina, atualizando e ajustando o calendário de acontecimentos aos ritmos mobilizados na esfera do coletivo: *a comemoração procura reintroduzir o acontecimento – ou melhor, a sua interpretação – na vida presente e nas expectativas de futuro.*⁶¹

A arquitetura do cenário estruturado pelas festas do IV Centenário indicia essa versão. A estampa daquelas festividades conseguiu transpor para aquele momento as

apontam para a complexidade do problema. Antonio Aparecido da Silva discorreu sobre a dimensão da vida religiosa, e em particular da presença da Igreja Católica no Brasil, na primeira metade do século XX, portanto, quando se configuravam os traços da Cidade Moderna. Para o autor, dois acontecimentos foram significativos nesse momento: a Conferência Nacional dos Bispos (CNBB) em 1952, e a Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) em 1954. Essa movimentação institucional da igreja ocorreu na perspectiva das alterações impostas pelo advento da modernidade: *É possível constatar que nessa etapa da vida religiosa ocorre a assimilação do espírito da Modernidade não só nos institutos religiosos, mas abrangendo até a Igreja de modo geral.* O artigo de Adailton Maciel Augusto foi um pouco mais incisivo nas características dessa Igreja que se configurou no período, em que *torna-se primordial a restauração de um catolicismo influente e ordenador.* Destaca-se, nessa nova fase, o incentivo a fundação de universidades, a difusão da doutrina católica por meios da ampliação do número de editoras e, finalmente, o combate ao comunismo. SILVA, Antonio Aparecido. “Congregações e Ordens Religiosas nas Últimas Cinco Décadas”; AUGUSTO, Adailton Maciel. “O Laicato Paulistano: Formas e Presenças no Período Pré-Conciliar”. Idem, pp. 222 e 269.

⁵⁹CATROGA, Fernando. Obra citada, p. 20.

⁶⁰ Idem, pp. 22-23.

⁶¹ Ibidem, p. 23.

noções que implementaram os índices de reconstituição do caminho percorrido pela Cidade, desde o ato que desfechou sua fundação até a transformação da capital em uma grande metrópole.

O engastar desses marcos e a oficialização dessas narrativas, que se sagraram em interpretações distintivas e que atualizaram o discurso hegemônico na história da Cidade, ganharam em virtude do impulso das comemorações de 1954 um expressivo vigor na medida em que se agregaram à representatividade do mito fundador Anchieta.

Todas estas práticas identitárias seriam destituídas de sentido se, simultaneamente, elas não convidassem a uma ordenação do tempo histórico (dos indivíduos, dos grupos) enraizada no mito de origem e consubstanciada em acontecimentos. A determinação do momento original consagra o acto fundador [...]. Com efeito, a partir de figuras ou de eventos importantes – a exaltação de ‘grandes acontecimentos’ pressupõe sempre a consagração cívica dos ‘grandes homens’ que terão determinado -, a comemoração, ou melhor, o seu espetáculo coletivo [...] é uma prática sociabilitária apostada em unificar diversidades e antagonismos entre memórias parcelares e com gêneses mais espontâneas. Conseqüentemente, ainda que só os indivíduos possam recordar, o rito comemorativo, tal como o rito religioso propriamente dito, prolonga, modernizando-as, as práticas de vocação holística, com a sua função instituinte de sociabilidades.⁶²

Esse fenômeno foi perene nas representações que se espalharam pela imprensa paulista em janeiro de 1954. A *consagração cívica* de Anchieta cultuado como *grande homem* que, em face de suas raízes de fundador, tornava-se capaz de socialmente *unificar diversidades*. O armistício temporão com os Bandeirantes seguiu finamente essa lógica, amainando contendas passadas e edificando pela reaproximação de símbolos díspares um cenário harmonioso para o presente. A Cidade não podia parar, diziam os anúncios e, para tanto, era necessária a empreitada de todos. A causa do progresso era muito maior, e o poeta com certeza não reclamaria de pousar para uma foto ao lado de um bandeirante ilustre.

A própria popularização do termo “paulista” esteve de alguma forma associada a esse processo de metropolização da Cidade, apontado por Elias Thomé Saliba, como o momento da *segunda fundação*.⁶³ A expressão, como bem destacou o autor, foi gradativamente se distanciando de sua conotação geográfica e se transformando

⁶² Ibidem, p. 23. O autor creditou a expressão *função instituinte de sociabilidades* a Pierre Bourdieu.

⁶³ Ver SALIBA, Elias Thomé. Obra citada, pp. 560-562.

propriamente em um substantivo, e, associando-se *a tudo que havia de gente destemida, algo insolente, altivos, corajosos, persistentes e empreendedores*.⁶⁴

Para Saliba, a associação simbólica entre bandeirante e paulista ocorreu especialmente nesses anos, quando a semântica dessas expressões se transformaram em sinônimos e auxiliaram na difícil tarefa de formatação de uma identidade para São Paulo, com todas as distorções embutidas no curso do processo:

É esta narrativa imperceptível [...] que cria uma identidade que se torna opaca à percepção individual, mas é uma narrativa monumental, cujos marcos nem sempre coincidem com as memórias pessoais. Ela apagou as memórias pessoais, desprezando os destinos plurais de homens e mulheres que desapareceram – porque sequer dispunham de outras palavras – aquelas que não foram cúmplices em narrar ou partilhar do universo do progresso. Se tivermos que entender a identidade de São Paulo, como historiadores, temos que falar dessa narrativa hegemônica, pois ela articula as linhas mestras da história da Cidade – mas também temos que estar atentos a outros testemunhos que formam aquela confusão de vozes que marcam a memória social de São Paulo.⁶⁵

A inserção de Anchieta nesse cenário contribuíu para entronizar no corpo da narrativa hegemônica um forte apelo agregador, que estrategicamente contribuiu, para atenuar a dimensão dessas discrepâncias.⁶⁶

O mito bandeirante não poderia abarcar sozinho toda a reconciliação com o passado. Mesmo porque, cabiam também na locomotiva, além desses “verdadeiros” paulistas oriundos da melhor raça portuguesa, outros importantes personagens do passado Piratininga, entre eles o índio, símbolo do enfrentamento à natureza e das hostilidades do litoral. Talvez, por tudo isso Anchieta precisava participar dessa viagem, resgatado como um mito fundador e agregado e sintonizado ao mito Bandeirante⁶⁷.

⁶⁴ Idem, p. 561.

⁶⁵ Ibidem, p. 561. A análise de Katia Abud em relação ao tema é lapidar. A hegemonização do discurso que estabeleceu os significados da paulistanidade com base no mito do bandeirantismo foi explorada com profundidade na pesquisa da autora. Ver ABUD, Katia M. *O Sangue Intimorato e as Nobilíssimas Tradições; a Construção de um símbolo paulista, o Bandeirante*. Tese de Doutorado. São Paulo, FFLCH-USP, 1985.

⁶⁶ No capítulo 4, tocamos com profundidade no problema destacando o grupo que procurou destemidamente difundir e associar a idéia de brasilidade ao bandeirantismo.

⁶⁷ SALIBA, Elias Thomé. Obra citada, p. 574.

Seja como for, paulista e bandeirante, com sentidos já sinônimos a partir de 1938, serão designações estendidas para todos aqueles que se integrassem na vida paulista, ou seja, que trabalhassem para São Paulo crescer.⁶⁸

Fig.21a 23. A apresentação do sentido da paulistanidade pelo viés do bandeirantismo emoldurou um campo simbólico de extrema redundância. De maneira homóloga paulista e bandeirantes aparecem agora como um mesmo corpo. A idéia de uma história linear e conciliada aproximou também Anchieta dos bandeirantes. Na propaganda da indústria de pneus toda a população da Cidade - 2.600.00 habitantes – era agora a própria reencarnação de Fernão Dias.

Publicada no Jornal *O Estado de S. Paulo*, 25.01.1954, p.120.

Publicada no Jornal *O Estado de São Paulo*, 25.01.1954, p. 80.

⁶⁸ Idem, p. 575.

Publicada no Jornal *Estado de S. Paulo*, 25.01.1954, p. 07.

Como podemos perceber, não estava em questão, naquele momento, reavivar a antiga fenda entre a tradição bandeirante paulista e a Ordem dos seguidores de Loyola, um casamento que só a pungência do rito comemorativo poderia reconciliar:

É que a memória, reavivada pelo rito, tem uma função pragmática e normativa consubstanciada no intento de, em nome de um patrimônio (espiritual e material) comum, integrar os indivíduos em cadeias de filiação identitária [...]. O seu efeito tende a soldar-se numa mensagem, a qual, ao unificar recordações pessoais ou

memórias coletivas, constrói e conserva uma unidade que domestica a fluidez do tempo, num presente que dura.⁶⁹

Os atos comemorativos que ocorreram no IV Centenário da Cidade de São Paulo tiveram a conotação *de integração, de identidade e de filiação*, produzidos extensivamente nos espaços públicos da Cidade, criteriosamente adornados para o acontecimento da festa. A chuva de prata que revestiu de brilho o olhar compassivo do poeta-santo denunciava a todos os recônditos da Cidade a preocupação de uma sociedade que buscava *no passado a legitimação (ou a crítica) do presente*⁷⁰. Assim, a reinvenção do passado, à guisa das releituras que partiam do presente, justifica o repertório das festividades do IV Centenário na medida em que o evento permitia, com base na *repetição, na recordação e, sobretudo na comemoração [...] teatralizar uma prática de reescrita da(s) história(s) [...] uma recordação que veicula mensagens para um tempo fictício tecido pelo diálogo entre o presente-passado e o presente-futuro*.⁷¹

A reincidência de ritos no horizonte da sociedade moderna amplia essa possibilidade de leitura. Através da *repetição do rito comemorativo*, incrustado na cronologia do calendário oficial, modula-se um ímã que vigorosamente atrai, para o núcleo da festa e da comemoração, períodos, momentos e acontecimentos diversos e [...] *organizando a passagem de um antes a um depois, do qual o presente, ponto nodal dessa tensão, é simultaneamente o intérprete e a referência [...]*⁷². Portanto, conferindo à memória coletiva o estatuto de identidade aplanada como um *consenso social*. Por tudo isso, enfeixa com propriedade o autor:

[...] recordar é em si mesmo um acto de alteridade: a exigência de fidelidade leva a que se apele sempre para as recordações do outro, e, muitas vezes, as recordações próprias são recepções de narrações recebidas de outros; por sua vez, a busca de sentido acaba por inscrevê-las, directa ou indirectamente, em narrações coletivas, as quais, para se reproduzirem e reforçarem recorrem comumente a comemorações e a celebrações públicas, isto é, a evocações ritualizadas de acontecimentos capazes de darem uma finalidade diacrônica à vida dos grupos a que os celebrantes pertencem.⁷³

⁶⁹ CATROGA, Fernando. Obra citada, p.24.

⁷⁰ Idem, p. 27.

⁷¹ Ibidem, p. 32.

⁷² Ibidem, p. 33.

⁷³ Ibidem, p. 33.

A reprodução do mito fundador Anchieta costurou um elo intencionado a ligar toda a sociedade paulistana ao seu passado, respaldado e legitimado pelos vestígios e reminiscências de sua memória social, ainda que o que verdadeiramente interessasse era a elaboração e a urgência de uma história que respaldasse as contradições daquele presente.

Nas palavras de Ecléa Bosi:

Parece que há sempre uma narrativa coletiva privilegiada no interior de um mito ou de uma ideologia. E essa narrativa explicadora e legitimadora serve ao poder que a transmite e difunde [...]. Há, portanto uma memória coletiva produzida no interior de uma classe, mas com o poder de difusão, que se alimenta de imagens, sentimentos, idéias e valores que dão identidade àquela classe.⁷⁴

A imagem do apóstolo ganhou, nas proximidades das festividades de 1954, o “status” de legítimo e único fundador da Cidade de São Paulo, difundido com a força simbólica de um mito que, em face da festa, consagrava-se e revigorava-se na exteriorização litúrgica da comemoração, atualizando tempos distintos embutidos na atmosfera citadina.

1.4. O mito fundador e outros quatrocentos anos

Os registros midiáticos impressos em janeiro de 1954 travestiram a figura de José de Anchieta com os mesmos adereços e clichês que eram utilizados para abrilhantar a Cidade de São Paulo, na aurora dos seus quatrocentos anos.

Nesse sentido, as atribuições simbólicas que se difundiram com base nos significados constituídos e relativos ao *mito fundador* deram um suporte aos ingredientes da composição da memória social do IV Centenário. Por isso, estaremos operando esse conceito, como bem sugere Marilena Chauí:

⁷⁴ BOSI, Ecléa. *O Tempo Vivo da Memória. Ensaios de Psicologia Social*. São Paulo, Ateliê Editorial, pp.17-18.

[...] no sentido antropológico, de solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no plano simbólico e muito menos no plano real. Mito fundador porque, à maneira de toda fundatio, impõe um vínculo interno com o passado como origem, isto é, com um passado que não cessa que não permite o trabalho da diferença temporal e se conserva como perenemente presente [...] aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e idéias, de tal modo que quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo⁷⁵.

A compreensão sobre os significados da dimensão simbólica do mito fundador referendam a vocação providencialista de sua nomeação, garantindo um percurso genealógico tracejado em ponte para futuro, na medida em que encarna em si a representação completa e idealizada da obra espelhada pelas mãos redentoras do fundador.

Nesse sentido, toda a tradição cristã inserida na Cidade se apresenta num percurso histórico de caminho lógico e natural, resultante menos das proposições de contexto político e mais de um legado providencial. Esse legado só imprime legitimidade na medida em que é novamente entronizado no universo das representações solidificadas e atualizadas no corpus constitutivo da memória social da Cidade: *A matriz mítica se conserva porque é periodicamente refeita com noções que correspondem ao presente histórico.*⁷⁶

Esse embaraçamento com o discurso dominante decorrente da reprodução paulatina do mito fundador desloca o curso de nossas preocupações para a urgência em procurarmos, nos diversos registros que intercederam nos periódicos da época, aquilo que aparentemente se compõe de maneira contígua. A força das palavras de Chauí ressoa como um grande alerta:

Se comemorar significa trazer à memória e nela conservar o passado como uma opacidade enfim decifrada e compreendida para que não se repita – ou, na expressão tão conhecida: para que, tragédia na primeira vez, não se torne a comédia da segunda

⁷⁵ CHAUI, Marilena. “O que Comemorar?” *Revista do projeto História: sentidos da colonização*. São Paulo, EDUC, 1981, nº. 20, p. 49. José Murilo de Carvalho igualmente discorreu sobre o problema. No compasso de elaboração do mito fundador da república no Brasil, o autor analisou, com atenção, sobre a impossibilidade de concluir sua configuração no interior do novo regime. A carência de representatividade popular transformou a batalha simbólica em um elemento central para os republicanos. Nessa direção, a difusão dos ingredientes que dariam conta da referência social compilou um processo, o qual o autor de maneira inteligente nomeou de *compensação simbólica*, colando na representatividade do mito fundador a função de encarnar as atribuições identitárias. Obra citada, pp. 55-58.

⁷⁶ Idem, p. 54.

vez - então não será demais rememorar a construção do mito fundador e esperar, com isso, iniciar sua desconstrução [...].⁷⁷

O ponto central dessas inflexões dá um norte para as análises que faremos com base no feito institucional das solenidades organizadas nas comemorações do IV Centenário e nas representações e narrativas que difundiram e fomentaram, na imprensa escrita, Anchieta como um mito um fundador.

Nesse ponto, as admiráveis proposições feitas por Walter Benjamin e relacionadas às reflexões que faremos sobre memória e passado, podem contribuir para melhor circunscrever o que Chauí nomeou de *opacidade do passado*.

São clássicas as elaborações de Benjamin em referência ao tema. Em *Rua de Mão Única*, por exemplo, o autor testemunhou, com detalhes, as reminiscências de seu passeio pela modernidade, que estranhamente tudo decompunha e transformava⁷⁸:

Eu ia de manhã cedo, de automóvel, através de Marselha em direção à estação e, assim que no caminho me deparavam lugares conhecidos, depois novos, desconhecidos, ou outros de que eu só conseguia lembrar-me inexatamente, a cidade tornou-se em minhas mãos um livro, no qual eu lançava ainda rapidamente alguns olhares, antes que ele me desaparecesse dos olhos no baú do depósito por quem sabe quanto tempo.⁷⁹

A experiência de contemplar um tempo cuja velocidade alterava completamente as estruturas das paisagens urbanas provocava um sentimento de desprendimento social modulador na elaboração da memória citadina:

[...] Uma geração que ainda fora à escola num bonde puxado por cavalos se encontrou ao ar livre numa paisagem em que nada permanecera inalterado, exceto as

⁷⁷ Ibidem, p. 57.

⁷⁸ Sabemos que esse “passeio de Benjamin” pela modernidade foi constituído na perspectiva de quem via a periferia (o Terceiro Mundo) a partir do centro (a Europa). Entretanto, como bem observou Willi Bolle, é possível e necessária uma inversão de olhar: *Na época em que Benjamin redigiu seus retratos de cidades, as megalópoles do Terceiro Mundo ainda não existiam. Diante das diferenças históricas e geográficas entre os dois mundos, como extrair dos retratos benjaminianos de cidades um modelo também válido para a representação de uma metrópole sul-americana? É que determinadas estruturas de nossas grandes cidades foram antecipadas, de modo visionário pelas ‘radiografias’ da Modernidade, de autoria de Benjamin.* BOLLE, Willi. *Fisiognomia da Metrópole Moderna: Representação da História em Walter Benjamin*. São Paulo, Edusp, 2000, pp. 32-33.

⁷⁹ BENJAMIN, Walter. *Rua de Mão Única*. Obras escolhidas, vol. II. São Paulo, Brasiliense, 2000, p.56.

nuvens, e debaixo delas, num campo de forças de torrentes e explosões, o frágil e minúsculo corpo humano.⁸⁰

Reiterando a *metáfora da escavação*, Benjamin indicia a abordagem analítica e a demarcação de um caminho singular de regresso ao passado. A memória individual, dimensionada pelas agruras sociais, é o próprio meio pelo qual nos aproximamos desse tempo.⁸¹

A filósofa Olgária Matos, em um expressivo artigo, examinou com minúcias a perspectiva metodológica do autor em suas *Teses sobre o Conceito de História*. O caminho proposto por Benjamin define um corpo de referências imprescindíveis que nortearam nossa pesquisa e o repertório do *corpus documental* elaborado no IV Centenário.

O seu alerta metodológico nos permite ataviar um percurso analítico, entronizando um tratamento que transforma em premissa a crítica à concepção progressiva das narrativas históricas concebidas à sombra de um tempo histórico linear e vazio. Consideramos essas proposições condição *sine qua non* para os ajustes do cenário por onde teceremos nossas apreciações.

Para Benjamin o passado não permanece tal como gostaríamos que permanecesse como dele só nos restam fragmentos que nos vêm aos pedaços, recebemos uma tradição como herança, mas uma herança sem testamento, não recebemos o que fazer dela, não existe um controle do tempo histórico, segundo o qual o presente possa compreender em toda sua inteligibilidade o passado. Benjamin diz ser possível reingressarmos numa verdade fechada do passado para contá-la de outra maneira, porque o passado não é um continuum passado, presente, futuro. [...]. O passado não é devir abstrato do tempo, o passado são fragmentos, do passado só resta um monte de tijolos [...]. Somos nós que ao construirmos o passado atribuímos um sentido ou vários sentidos para esses documentos, o que significa escrever a história [...]⁸².

Segundo a filósofa, o que está em jogo nas observações de Benjamin é a própria viabilidade de reabrirmos o conjunto das narrativas que constituíram e formataram o passado e que, em geral, apareceram no presente como unanimidade e, por tudo isso, como constitutiva e agente da fundação. Nesse sentido, somente poderemos compreender o

⁸⁰ BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política*. Obras escolhidas, vol. I. São Paulo, Brasiliense, 1996, p.198.

⁸¹ Idem, pp. 239-240. Ver também: FREIRE, Cristina. Obra citada, p.130-131.

⁸² MATTOS, Olgária. “Memória e História em Walter Benjamin”. In: *O direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania*. Departamento do Patrimônio Histórico, São Paulo, 1992, pp.152-153.

que esteve de fato em jogo na constituição daquele repertório e das articulações que se embaralharam pela esfera do poder, na medida em que tratarmos das narrativas sob a lógica dos problemas contemporâneos, que reiteradamente se manifestam com especial furor nos momentos em que o Estado utiliza as festas e as comemorações para operar um corpo de representações, emoldurando um discurso dominante.

É no interior dessas ordenações que se apoiaram as narrativas hegemônicas que circularam nos principais periódicos do IV Centenário, não eximindo esforços políticos para sintonizar e estilizar, no corpo citadino, os alicerces que arregimentariam a vida social da Cidade.

Nessa dimensão, somos impelidos a procurar o foco das narrativas que reverberaram e se alimentaram em 1954 e acompanhá-las à luz da essência das advertências sugeridas por Benjamin:

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de perigo [...] ⁸³ posto que o cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história [...]. ⁸⁴

A perspectiva de Benjamin é de que possamos *despertar no passado as centelhas da esperança*, isso pressupõe um incansável esforço de análise e de procura ordenada *a contrapelo*. Os fragmentos (os tijolos) que podemos utilizar na tentativa de recomposição dos acontecimentos de janeiro de 1954 são *documentos/monumentos* produzidos no calor daquelas festividades. Se tomarmos suas indicativas como naturais e consensuais, com certeza não traremos à luz de nosso tempo as contradições de seus agentes, e a *parede* por nós reconstruída ocultará, aos olhos do presente, as vozes silenciadas e que destoaram naquele momento.

Essa assertiva torna-se ainda mais forte na medida em que vislumbramos o retorno do mito fundador nos estribos do calendário atual, pois, via de regra, ainda que os tempos sejam outros e a necessidade de reafirmação da fundação tenha conquistado novas

⁸³ BENJAMIN, Walter. Obra citada, p. 224.

⁸⁴ Idem, p. 223.

preocupações e narrativas, subliminarmente a Cidade de São Paulo é ainda comemorada a partir do gesto providencial do apóstolo e os tradicionais versos rabiscados na areia.⁸⁵

A maneira pela qual o Estado vem reordenando seu calendário comemorativo oficial configura ainda mais essa hipótese. Novos marcos cronológicos que atualizam um discurso constituinte sobre a Cidade foram, nos últimos anos, incorporados ao calendário oficial e se transformaram rapidamente em estandartes que emolduram a memória histórica de São Paulo. Aqui pensamos, particularmente, na institucionalização do feriado estadual de 9 de julho em referência às celebrações da Revolução Constitucionalista de 1932, criado por um decreto do governo do Estado de São Paulo em março de 1997, e configurado também em estandarte para as comemorações de 1954.

Em um recente artigo publicado na obra “História da Cidade de São Paulo” editada em referência aos 450 anos da Cidade de São Paulo, as historiadoras Vavy Pacheco Borges e Ilka Stern Cohen, com lucidez discutiram sobre o assunto.

Em 1954, por conta das festividades motivadas pelo IV Centenário ocorreu um

[...] momento de reforço da identidade paulista. Nesta data inaugurou-se, finalmente, o parque do Ibirapuera, num projeto bastante arrojado, executado por Oscar Niemeyer. Junto ao parque, no final da Avenida 23 de Maio, erigiu-se o Obelisco – mausoléu em homenagem aos mortos de 1932. Na inauguração do monumento foram transportados em cerimônia solene os restos mortais dos heróis de 1932, numa tradição que chega até os nossos dias. Em 7 de julho de 1954, foi fundada a Sociedade de Veteranos - MMDC, ‘de Direito privado, de fins cívicos e patrióticos’, que se ocupa dessas cerimônias. Como se percebe, foi-se elaborando uma versão do evento que permaneceu intocada, instituída pelas elites políticas que o conduziram. Muitas falas de políticos, empresários e mesmo intelectuais pronunciadas hoje em dia, se tiradas de seu contexto, parecem ter sido pronunciadas naquele momento [...].⁸⁶

⁸⁵ A tradicional tela de Portinari tornou-se emblemática no advento das comemorações da Cidade de São Paulo. Nas festividades dos 450 anos, por exemplo, ainda que a sua estilização tenha sido menor, a imagem também prevaleceu. Em nossa dissertação de mestrado já tínhamos apontado para o problema: *Em janeiro de 1965, o presidente Castello Branco então no leme do regime militar, instituiu o ‘Dia Nacional de Anchieta’. Passavam-se quase quinhentos anos, mas a obra do principal apóstolo do Brasil ainda continuava em evidência, independente do crítico momento político vivido pelo país. No ano 2000, durante as comemorações oficiais dos ‘500 anos de Brasil’, muitas foram as referências ao trabalho de Anchieta, sempre apontado como um dos responsáveis pela consolidação de uma nação de tradição católica nos trópicos. Reiteradas vezes juntam-se às festividades da fundação de São Paulo o espectro do jovem missionário que, entre um milagre e outro, aguarda pacientemente na longa fila pela sua canonização.* QUARENTA, Ednilson Aparecido. *Teatro de Anchieta: demonização e catarse no Brasil colonial*. Dissertação de mestrado apresentada à USP. São Paulo, 2002, p. 9.

⁸⁶ BORGES, Vavy Pacheco e COHEN, Ilka Stern. “A Cidade como palco: os movimentos armados de 1924, 1930 e 1932”. In: PORTA, Paula (org). Obra citada, p. 338.

Essa prática, como bem destacou Le Goff, acaba por dimensionar o tempo com base num ritmo social, corporificado nas divisões impostas pelo calendário, transformando-o em um imprescindível *instrumento do poder religioso ou laico, e em particular do poder do Estado. Permite de fato realizar, com o controle do tempo, o controle dos homens nas suas atividades econômico-sociais que, através do calendário são ritualmente separadas do tempo [...]*.⁸⁷

Ao dimensionar o tempo de feriar e o tempo de trabalhar, o calendário incorpora os seus aspectos de poder e de controle social na medida em que reflete as inferências históricas, elaborando uma cronologia dos fatos que devem ser lembrados e comemorados. Para nós, essas ponderações valem como uma advertência, especialmente por tratarmos de um repertório que fundamentalmente coloca como ponto de divisa esses marcos.

O que os paulistanos comemoraram?

Pensar nos 400 anos é, ao mesmo tempo, articular outros ícones constitutivos e realçados institucionalmente para a modulação da teia que direciona a essência da fundação, bem como aqueles acontecimentos que foram de alguma forma, esquecidos e, por isso, não foram incorporados ao leque de ritos oficiais.

A esta altura das nossas proposições acreditamos tornar-se importante identificar em que lugar a memória coletiva ou social, tal qual nos sugere Paul Connerton, acaba por sistematizar mais estruturalmente o seu leque de registros⁸⁸.

De fato as problematizações apontadas pelo autor compõem um arcabouço estruturante na recomposição do cenário arquitetado para as comemorações de janeiro de 1954. Ao perguntar *Como as Sociedades Recordam*, frase que intitula a obra, o autor revelou *a priori*, uma indicativa de observações muito significativas e que invariavelmente

⁸⁷ LE GOFF, Jacques. Obra citada, p. 477. Atentemos também, para a bela citação de Maurice Halbwachs: [...] *A necessidade de se diferenciar dos outros quanto à maneira de dividir e regular seu tempo se manifestaria mais se, no que diz respeito a nossas ocupações e distrações, não fôssemos obrigados a nos dobrar à disciplina social. Mesmo querendo, não posso ir ao meu escritório no momento em que não há trabalho, quando os empregados não estão mais lá. A divisão do trabalho social arrasta o conjunto dos homens num mesmo encadeamento mecânico das atividades [...]*. HALBWACHS, Maurice. Obra citada, p. 114.

⁸⁸ CONNERTON, Paul. *Como as sociedades recordam*. Oeiras, Celta Editoras, 1993.

acabaremos também por incorporar no decorrer deste trabalho. Um primeiro ponto que consideramos importante é o aspecto legitimador de uma ordem social presente com base na composição da memória social.

No que diz respeito, em particular, à memória social, constatamos que as imagens do passado legitimam geralmente uma ordem social presente. É uma regra implícita pressupor uma memória partilhada entre os participantes em qualquer ordem social. Se as memórias que têm do passado da sociedade divergem, os seus membros não podem partilhar experiências ou opiniões.⁸⁹

A assertiva nos remete ao ponto central para a consagração de José de Anchieta como um mito fundador da Cidade de São Paulo, pois, recuperando o debate da época, encontramos vários expoentes que indicavam outros mitos de fundação – Padre Manuel da Nóbrega, João Ramalho, Martim Afonso de Sousa e até o índio Tibiriçá. Não cabe neste momento ainda discutirmos as razões para a escolha de Anchieta e não de um outro ícone para fundação - tarefa que pretendemos fazer nos outros capítulos – mas é curioso pensar no percurso de unificação dos discursos sobre a fundação da Cidade, que resultaram na constituição de narrativas esmeradas pela lógica do consenso.

De fato, o momento é representativo para o saneamento dessas divergências, ou pelo menos um período em que as narrativas de recomposição do passado da Cidade caminharam e partilharam experiências endereçadas por um mesmo caminho. O recorte cronológico é de fato significativo para tais abordagens: dentro ou fora da academia, pelos jornais e revistas, nas propagandas das principais empresas da época ou nas campanhas de instituições públicas, todos de alguma forma optaram por um determinado caminho – por uma determinada memória – e a impressão é que, após 1954, esse trabalho de configuração, segundo nossa hipótese, parece finalmente estar definido e determinado. Em 1965, por exemplo, quando da institucionalização do dia nacional de José de Anchieta pela ditadura militar, os debates não incorporaram com o mesmo vigor o leque de divergências presentes em 1954, e as contendas com os nobregueses pareciam estar cicatrizadas.

Outro problema apresentado pelo autor e de igual maneira pétreo ao nosso caminho relaciona-se aos instrumentos que garantem a incorporação e a difusão da memória histórica selecionada ao corpo social.

⁸⁹ Idem, p. 3.

O olhar reflexivo do autor fixa-se no universo das comemorações, lugar de junção das tradições que reincidentem sobre elementos fermentados no passado, escritos pela cultura e transportados às tradições do presente pelo rito e pela festa.

É que as imagens do passado e o conhecimento dele recolhido são transmitidos e conservados através de performances (mais ou menos rituais) na perspectiva de que [...] se a memória social existe, é provável que a encontraremos nas cerimônias comemorativas.⁹⁰

Essa conexão entre a difusão da memória social, elaborada e constituída no passado, e as performances outorgadas nos espaços públicos da festa atualiza, a nosso ver, as significações do que se comemora, ou, ainda, distendem e aparam, pelo seu caráter seletivo, as possíveis divergências compiladas no decorrer do percurso de sua elaboração. Em síntese, as comemorações do IV Centenário funcionaram nessa lógica. O conjunto de representações e narrativas sistematizadas nos dias que antecederam as festividades de janeiro de 1954, por mais que o debate sobre mito fundador ainda continuasse aceso, parecia estar definido. A imagem de apóstolo-poeta ganhou reverberação, e os jornais e as revistas espalharam sua presença. Um simples observador não teria dúvidas de que a urbe paulistana nascera do gesto predestinado de Anchieta. Atentemos para o texto extraído do anúncio do Grande Prêmio Anchieta promovido pelo Jockey Club de São Paulo na época:

Quando Anchieta cavaleiro da mística aventura no topo da colina do Pátio do Colégio, plantou a cruz que foi a primeira raiz deste querido São Paulo, ante o seu olhar maravilhado de taumaturgo, apareceu da claridade da tela, este milagre de seu povo [...]. Hoje, São Paulo ou Brasil uno e indivisível, vive dentro da realidade palpável, o maravilhoso sonho de Anchieta [...].⁹¹

⁹⁰ Ibidem, p.4-5.

⁹¹ Jornal *Diário de S. Paulo*. Dia 10 de janeiro de 1954, p.12.

**GRANDE PRÊMIO
ANCHIETA**

IV CENTENÁRIO DA CIDADE DE SÃO PAULO

ANCHIETA

Quando Anchieta, "cavaleiro da mística aventura" no topo da colina do Pátio do Colégio, plantou a cruz, que foi a primeira raiz deste querido São Paulo, ante o seu olhar maravilhado de taumaturgo, apareceu, na clareza da tela, este milagre de seu povo:

O casario branco da cidade, que se estendia e se alargava, através dos montes e planícies, transpondo os rios e as selvas; depois a charua retalhando os campos, que, no dizer do poeta máximo: "fêz, aos teijos do sol, o ouro brotar do trigo"; e a alma bravia de seus filhos, casando as fronteiras da pátria; e mais longe ainda, entre as brumas de um futuro incerto, que se tornou glorioso, a metrópole gigante, forja de trabalho, formando este grandioso parque industrial, fruto de um labor intenso, produto da ordem e da disciplina, do esforço tenaz da nossa gente; e, como cúpula, coroando o edifício monumental: o profundo sentimento de unidade e do patriotismo que anima os filhos do planalto de Piratininga.

Hoje, São Paulo, no Brasil uno e indivisível, vive dentro da realidade palpável, o maravilhoso sonho de Anchieta.

E será, por certo, motivo de orgulho e glória para todo brasileiro, a civilização que construímos em plena selva tropical.

Fazendo realizar como segunda prova do seu programa para janeiro de 1954 o "Grande Prêmio José de Anchieta" o Jockey Club de São Paulo incorpora-se às homenagens que a Cidade tributa ao homem e a pósto que muito a amou e criou.

DIA 10 DE JANEIRO
Cr \$ 250.000,00
ao vencedor!

Sensacional disputa, ao longo de 2.000 metros, entre os favoritos:
MANCERBO, RANCHITO, ACAPULCO, EL CERRITO, TITANIC, IMPRESIVA E BREVE

JOCKEY CLUB DE SÃO PAULO
RIFÓRBO FAVULISTANO - CIBARE JARDIM

Fig.24. A recorrência à imagem de Anchieta na publicidade da época foi de grande intensidade. A representação do apóstolo acompanhou uma variedade ímpar de produtos e serviços. Os textos que emolduram o sentido desses anúncios, em geral, apresentam-no como pré-requisito para o sucesso da colonização. Se tomássemos apenas como base essas imagens, a questão do mito fundador parecia estar totalmente resolvido. Publicada no Jornal *Diário de S. Paulo*, 10.01.1954, p.12.

De igual importância são as ressalvas de Paul Connerton em distinguir a memória social do trabalho de reconstituição histórica. Tal distinção torna-se presente e necessária,

na medida em que o ofício do historiador não pode depender exclusivamente da memória social.⁹²

A mesma diferenciação vislumbrou Maurice Halbwachs em sua obra póstuma:

A memória coletiva se distingue da história sob pelo menos dois aspectos. Ela é uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, pois não retém do passado senão o que ainda está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém.⁹³

Neste momento, o autor parece não prever ainda que estas narrativas possam imputar-se como dominantes e se perpetuarem como registros oficiais, independente do tempo em que foram elaboradas. Muitas vezes “o que permanece vivo” continua vivo por uma ação deliberada do discurso hegemônico. Ousamos dizer, que nem a memória social e coletiva ou muito menos a história estão totalmente livres dessa contaminação.

O próprio autor reconheceu anteriormente o problema:

Durante o curso de minha vida, o grupo nacional de que faço parte foi teatro de certo número de acontecimentos a respeito dos quais digo que me lembro, mas que só conheci através de jornais ou pelo testemunho dos que neles estiveram diretamente. Esses fatos ocupam um lugar na memória da nação, mas eu mesmo não assisti. Quando os evoco, sou obrigado a me remeter inteiramente à memória de outros [...].⁹⁴

Em outras palavras, Halbwachs reconhece que

[...] não é possível questionar o fato de que freqüentemente reintegramos nossas lembranças em um espaço e em um tempo sobre cujas divisões nos entendemos com os outros, de que nos situamos também entre datas que não têm sentido senão em relação aos grupos de que fazíamos parte [...].⁹⁵

Uma organização temporal, que para nós encontra a sua principal cognição, no atributo das festas e das comemorações.

Essa distinção permite que transitemos pelos vestígios e reminiscências do período com maior liberdade e discernimento, aproximando-nos e distanciando-nos

⁹² CONNERTON, Paul. Idem, p. 16.

⁹³ HALBWACHS, Maurice. Obra citada, p. 102.

⁹⁴ Idem, p. 72.

⁹⁵ Ibidem, p. 76.

estrategicamente da memória social para procurar, em suas indeterminações e contradições, os elementos que amplificaram ou dessoraram a constituição de Anchieta como um mito fundador da Cidade de São Paulo. Esta observação possibilita uma maior independência em nossas proposições, bem como um olhar mais crítico em relação aos registros midiáticos impressos no período, que darão subsídio ao corpo de nossas reflexões. Sabemos que os inúmeros testemunhos dos cronistas, garimpados durante o nosso trabalho de pesquisa, precisam ser lidos e questionados em suas ausências, silêncios e dissimulações, nas suas buscas pelo consenso social e nos compromissos ocultados no esforço de narrativa.

Um dos aspectos que aparece como central nas análises proferidas por Connerton em relação à memória social se refere à questão da transmissão e permanência da recordação com base na sua constante repetição no universo social pelas cerimônias comemorativas. Esse universo são os locais privilegiados para ver *as imagens do passado e o conhecimento recordado do passado*.⁹⁶

Após descrever com minúcias as diversas possibilidades de atribuições e significados dos ritos para a configuração da memória coletiva e social, Connerton toca em um impasse analítico central: *se poderemos ter um bom motivo para pensar que os rituais, que são representados como sendo explicitamente comemorativos, têm na verdade a importância, como meios de transmissão da memória social, que os seus participantes reivindicam para eles*.⁹⁷

Para responder ao problema, o autor apontou dois possíveis caminhos para tratar do significado das cerimônias comemorativas na perspectiva das sociedades modernas: igualá-las ao protótipo das outras formas de rituais ou tratá-las como específicas e singulares no repertório de representações sociais. Em ambas as interpretações existem problemas de significado cujo entendimento pode discernir as possibilidades de leituras e compreensão.

A primeira hipótese apresenta um problema intrínseco, justamente por nublarem o sentido entre mito e rito:

Aquilo que a recitação de um mito não faz e que um ritual faz essencialmente, é especificar a relação que prevalece entre os atores do ritual e aquilo que estes estão a

⁹⁶ CONNERTON, Paul. Obra citada, p. 48.

⁹⁷ Idem, p. 63.

executar. Daqui resulta a existência de um elemento de invariância codificado na estrutura do ritual que não se encontra presente no mito.⁹⁸

Esse discernimento nos permite atribuir um papel nodal às significações entrelaçadas pelas comemorações do IV Centenário e, ao mesmo tempo, decodificar as ingerências do mito fundador Anchieta nesse universo, para talvez pensarmos em uma via de mão dupla, em que mito fundador e comemoração se auto-alimentaram, mesmo porque a nossa percepção é que a imagem de Anchieta associou-se à fundação no mesmo ritmo em que os cronistas arrematavam seus testemunhos pelos meios de comunicação.

Por outro lado, a hipótese de que as cerimônias comemorativas precisam ser compreendidas como um tipo particular de celebração é a melhor proposição para analisarmos o recorte cronológico e a hipótese estruturante prevista para este trabalho.

O corpo das cerimônias organizadas para o aniversário dos 400 anos da Cidade de São Paulo enfatizou as celebrações-protótipos, entrelaçando expoentes passados, costurados em uma malha fina de acontecimentos. Foi nesse cenário que o mito fundador Anchieta se configurou como instrumento constitutivo e que a cerimônia comemorativa cravou sua especificidade:

Em virtude desse facto, os ritos deste gênero possuem uma outra característica que lhes é distintivamente própria, que podemos descrever como a reencenação ritual. Esta característica é de importância fundamental na configuração da memória comunitária [...].⁹⁹

Contudo, essa assertiva ainda não está livre de um último problema, especialmente se pensarmos nas demandas sociais firmadas pelos discursos constituídos na esfera da modernidade.

Os 400 anos se apresentaram como cimento para a junção das narrativas que se colocavam mais reticentes ao estandarte do crescimento urbano da Cidade, alardeada como uma pungente urbe do progresso. As contradições e as oscilações deste projeto modernizador, que abruptamente verticalizava a geografia citadina e que, por tudo isso, definia melhor o centro e a periferia, parecia provocar, como nos indicou o autor, um interessante paradoxo fomentado pelos ícones da comemoração: *quanto mais radical é a*

⁹⁸ Ibidem, p. 65.

⁹⁹ Ibidem, p. 75.

*rejeição de tudo o que veio antes, maior a dependência relativamente ao passado.*¹⁰⁰ Esse tênue limite, que embaraçou discursos, manipulou e reconstituiu narrativas, alimentou contendas e esmiuçou um ponto de partida – um passado, uma memória – para ser comungado por todos os paulistanos convidados ou não à festa, ainda que muitas vezes, tal qual descreveu o inesquecível personagem do conto de Mário de Andrade que citamos bem no começo deste capítulo, nem todos compreendessem muito bem o que estavam de fato comemorando:

Esses movimentos coletivos de recusa, acordaram a covardia do 35. Não era medo, que ele se sentia fortíssimo, era pânico. Era um puxar unânime, uma fraternidade, era carícia dolorosa por todos aqueles companheiros fortes tão fracos que estavam ali também pra... pra celebrar? pra....O 35 não sabia mais pra quê.¹⁰¹

* * *

¹⁰⁰ Ibidem, p. 75.

¹⁰¹ ANDRADE, Mario de. Obra citada, p. 40.

Capítulo II

Constitucionalistas, bandeirantes, jesuítas e outros paulistas.

Naquele tempo o Tietê e o Tamanduateí, extravasando nas cheias, formavam, durante muitos meses do ano; um espraiado lago [...] As névoas da manhã alargavam a extensão das águas e atufavam em nuvens as elevações do povoado de Piratininga. Só eram visíveis para quem de longe, das paragens predestinadas do Ipiranga, contemplasse aquele espetáculo, as igrejas: e só as cruzes emergiam das nuvens, elevadas com os mastros grandes navios. Naquela ilusão do mar enevoadado, os corpos das igrejas, justamente chamados naves, representavam uma esquadra ancorada nas alturas, esquadra do ideal, esquadra vigilante, tangendo nas nuvens as suas campanas, aos perigos e escuridões do mar, e lembrando aos homens que a terra é uma estação, onde não devemos ter demora e donde devemos todos partir, aligeirados de remorsos, em viagem para o infinito!

Eduardo Prado¹⁰²

¹⁰² PRADO, Eduardo. *Conferências Anchiitanas*. Rio de Janeiro, Comissão Nacional para as Comemorações do dia de Anchieta, 1979, p. 35.

2.1. O Nove de Julho do IV Centenário

Ao Público.

Solidários com as comemorações do IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo, a fim de possibilitar a seus funcionários a participação nos festejos programados para a gloriosa data de 9 de julho, as organizações varejistas abaixo relacionadas comunicam ao público que as suas lojas e escritórios permanecerão fechados hoje, dia 9, independente de ser declarado feriado municipal¹⁰³

Impressos no rodapé do anúncio, seguiam os nomes de pouco mais de dez empresas, todas alocadas na praça comercial da Cidade São Paulo. A mensagem, multiplicada nos principais periódicos em circulação na capital, amplificava os significados políticos reverenciados no alvorecer daquele dia – nove de julho – quando novamente se comemorava a memória da solitária revolução paulista. O ano – 1954 – ainda regorjeava os alaridos de um especial janeiro, cujo fôlego se estenderia pelo correr do ano inteiro, entrelaçando os símbolos aclamados pela elite paulistana como definidores de sua paulistanidade.

A compulsória folga concedida a esses funcionários demarcava o estreito limite entre as ações de caráter público e privado, argutamente aproximadas com o furor dos festejos de 1954, na medida que, ao deliberar sobre a participação de seus comerciários na difusão da memória constitucionalista, os empresários nomeavam e reafirmavam o que deveria ser lembrado e comemorado. A homogeneidade de tais narrativas se transformou em moldura na imprensa do período.

No anúncio abaixo o tema enredou a montagem da vitrine. Premiada, em janeiro de 1954, em um concurso organizado pela Comissão do IV Centenário, a apoteótica imagem retornava para mais uma semana na galeria de loja, embelezada especialmente para o aniversário da Revolução Constitucionalista. Os quatro ciclos reverenciados como ícones da história de São Paulo grafavam em totens a singularidade do périplo paulista:

¹⁰³ Jornal *Correio Paulistano*, 09.07.1954, p. 3.

A história da Fundação de São Paulo, contada em uma VITRINA!...

1.º PRÊMIO

Em homenagem a São Paulo, à sua laboriosa população e a todos que, no momento, visitam esta grandiosa cidade nos festejos do IV CENTENÁRIO DE SUA FUNDAÇÃO e, outrossim, atendendo a inúmeras solicitações que nos foram encaminhadas, resolvemos reapresentar em nossa loja, da dia 9 a 16 deste mês, a vitrina de apoteose a São Paulo e que foi distinguida, em Janeiro último, com o 1.º prêmio pela Comissão do IV Centenário.

ELECTROLANDIA

RUA SÃO BENTO, 220 - FONE: 37-2191 (rede interna)

Fig. 25. Provavelmente não encontramos uma imagem na época carregada de tanta significação. Vencedora no concurso de vitrine, organizado pela Comissão do IV Centenário, o arranjo combinou em um pequeno espaço a simbologia da memória social da Cidade. Iniciando pela catequese e chegando finalmente à imigração, a Cidade tinha o seu caminho todo regenerado de maneira ascensional. Jornal *O Estado de S. Paulo*, 09.07.1954, p.19.

A Associação das Emissoras de São Paulo, em um anúncio de página inteira, divulgou com alarido sua programação para o período.

O texto de apresentação foi bastante efusivo:

Tudo pronto para as festas da cidade em homenagem ao IV Centenário. Você vai exultar exaltando São Paulo. Vai confraternizar com a população nas ruas, Vai demonstrar, publicamente, comparecendo a todas as festas organizadas pela Associação das Emissoras de São Paulo – a vibração, a alegria, o entusiasmo e o orgulho que lhe merecem as comemorações do IV Centenário.¹⁰⁴

Em seguida, o anúncio enumerava o cronograma de eventos previstos para os três dias de comemoração: chuva de prata realizada por uma esquadrilha da FAB; carreata e “buzinaço” de automóveis; missa campal na Praça da Sé; desfile de bandas e militares; queima de fogos e shows, entre outros.

Chamam a atenção as atividades previstas para as 19:30 horas do dia 9:

Partida e um archote. Do túnel 9 de julho, pelo mesmo trajeto do desfile de bandas, o qual será transmitido de grupo a grupo de atletas até o Pátio do Colégio.¹⁰⁵

A geografia escolhida em particular para esse deslocamento continuava coerente aos princípios reafirmados desde o início de 1954. A luz do archote tinha como norte o Pátio do Colégio, citado também pela vitrine campeã como o 1º ciclo na evolução histórica da Cidade. De mão em mão, a história de São Paulo regressava a sua manjedoura, ao *lugar de memória* da sua fundação. Desvelado pela chama que vertia da tocha, o passado socialmente se constituía.

Ainda com pouca expressividade na difusão de eventos no período, a televisão também ingressava na preconização desses acontecimentos, repercutindo com anúncios nos jornais o teor especial da sua programação.

¹⁰⁴ Jornal *O Estado de S. Paulo*, 07.07.1954, p. 11.

¹⁰⁵ Idem, p. 11.

Fig. 26. Divulgação da programação do IV Centenário da TV nos jornais. Ainda sem muita presença como veículo midiático, a emissora recorreu ao prestígio e à popularidade dos jornais para conquistar representatividade nas comemorações. Jornal *O Estado de S. Paulo*, 09.07.1954, p. 6.

De igual representatividade é o próximo anúncio, publicado por uma imobiliária no dia 9 julho de 1954: *Glória aos heróis!* É o título, grafado no topo da página, entremeada pelo espraiair das bandeiras do Brasil e do Estado de São Paulo. A imagem é carregada de simbologia e merece atenção. Na parte baixa da folha, um grande capacete militar e uma aliança, de onde avançam a figura de um soldado constitucionalista, sombreado de perto por um Bandeirante. Hierarquicamente o anúncio atualizava os desafios de São Paulo. O anônimo soldado do exército constitucionalista reencarnava os conflitos dos antigos bandeirantes, e a aliança “do ouro para o bem de São Paulo” selava o casamento de tempos

e personagens diversos. O texto, escrito em tom messiânico, fazia desde as primeiras frases, uma apologia à gente paulista.

Louvado seja o teu nome, herói Paulista! Se vives entre nós, aceita o nosso profundo agradecimento [...]. Foste Bravo, como os bravos que fundaram esta nossa terra [...]. Louvado seja, Herói Paulista! São Paulo orgulhoso de ti, neste 9 de julho glorioso!¹⁰⁶

Fig. 27. Essa é uma das imagens mais fortes que encontramos na época. Nela aparecem clivados alguns dos principais aspectos identitários que marcaram o debate no IV Centenário e que foram mesclados aos marcos do progresso. O tom bélico com que a propaganda foi endereçada testemunha o quanto internamente a Revolução Constitucionalista era ainda um assunto mal resolvido na memória social da Cidade.

Jornal *O Estado de S. Paulo*, 09.07.1954, p. 27.

Leal ao princípio das imagens, o enredo das narrativas contribuiu intensivamente para a atualização do mito da fundação, que ora deslocava o seu centro de gravidade para o lócus da origem – o Pátio do Colégio – ora para os protagonistas nomeados como responsáveis pelo sucesso dessa façanha – bandeirantes e jesuítas.

¹⁰⁶ Jornal *O Estado de S. Paulo*, 09.07.1954, p. 27.

Colados aos discursos de reprodução dessa memória coletiva, outros signos igualmente contribuíam na montagem do cenário ambientado para essa festa. No anúncio abaixo, uma tradicional rede de lojas de roupas estampou, em sua marca, o espiral do IV Centenário, o brasão oficial da Cidade e a bandeira paulista.

O texto enaltecia o passado de glória da Cidade e associava a epopéia de seu progresso à idéia do trabalho, principal instrumento da integração social.

Fig. 28. A propaganda da loja de roupas contempla a incorporação dos três principais símbolos heráldicos difundidos como panteão no IV Centenário: o espiral comemorativo, o Brasão do Município e a Bandeira de treze listras.
Jornal O Estado de S. Paulo, 09.07.1954, p.19.

Na mesma edição do *Jornal Correio Paulistano* dedicada às comemorações do 9 de julho do IV Centenário da Cidade de São Paulo, encontramos os *Cantos Constitucionalistas* escritos por Guilherme de Almeida. Trata-se de quatro poemas do autor, intitulados *Nossa Bandeira*, *Credo*, *Moeda paulista* e *O Passo do Soldado*.

O poema *Credo* traduz com perfeição o caminho reflexivo desse trabalho. Atentemos para ele:

Creio em São Paulo todo poderoso
criador, para mim de um céu na terra:
e um ideal Paulista, um só, glorioso,
nosso senhor na paz como na guerra,
o qual foi concebido nas Bandeiras,
nasceu da virgem alma das trincheiras,
padeceu sob o julgo dos invasores:
crucificado, morto e sepultado,
desceu ao vil inferno dos traidores,
mas, para, um dia ressurgir dos mortos,
subir ao nosso céu e estar sentado
a direita do Apostolo-Soldado,
julgando a todos nós vivos ou mortos.
Creio no Pavilhão das Treze Listras
na santa união de todos os Paulistas,
na comunhão da terra adolescente,
na remissão da nossa pobre gente,
numa ressurreição do nosso bem,
na vida eterna de São Paulo – Amém.¹⁰⁷

Nessa profissão de fé à paulistanidade, o poeta paulista expunha em público antigas feridas ainda não cicatrizadas e que voltaram à tona com a presença de Vargas no poder, especialmente em um momento em que a crise política que resultaria na tragédia do 24 de agosto se aproximava da porta do Palácio do Catete.

O tom apologético do poeta, que naquele momento acumulava também o cargo de presidente da comissão do IV Centenário, perfazia cuidadosamente os passos enumerados como centrais na epopéia citadina de São Paulo, lembrados com entusiasmo naqueles dias de festa.

Concebida nas bandeiras, a Cidade precisou, segundo o poema, impor nas trincheiras de 32, sua vocação de esplendor nacional, expurgando os invasores para regressar combalida ao colo de sua gente. Predestinada a ser grande e espelhar na nação o ideal de progresso, a memória de São Paulo era, no entender do poeta, um efusivo louvor à modernidade: adolescente em um velho país que se arrastou pelo passado entre percalços e

¹⁰⁷ Jornal *Correio Paulistano*, 09.07.1954, p. 6.

equivocos, numa seara de atrasos, guiada por um povo que não compreendeu a mensagem do seu apóstolo-soldado.

O 9 de julho do IV Centenário se constituía, assim, como a própria redenção federativa de São Paulo e de sua gente. A chave das narrativas dominantes atuou na métrica das rimas de Guilherme de Almeida e de outros poetas e escritores comprometidos com a difusão da tradição de São Paulo.

O editorial do jornal *Correio Paulistano* reproduziu com alarde o tema. O ambiente político colocava em campana os interesses políticos de São Paulo naquele festivo 1954. Inquieto, o editor advertia:

Ocupado, depredado, saqueado, imerecidamente vilipendiado tinha de reagir. E de que maneira o fez em 32. Na história pátria, não há mais belas páginas de heroísmo e brasilidade do que as escritas pelos paulistas, com o seu sangue e o seu sacrifício, naquele ano decisivo.¹⁰⁸

A indigesta derrota de São Paulo em 1932 alimentava as desavenças e deslocava o temor para o cenário político que se armava em 1954:

Uma ditadura amorfa e bronca chegou a esmagar o país e ainda neste momento, através dos mesmos agentes, faz notórias e maléficas tentativas de reimplantação. Não há exagero em afirmá-lo. Tornou-se precária a existência da federação.¹⁰⁹

A dedução de tais contendas não arrefecia o projeto local. Vencidas as mazelas do passado, a memória social cumpria a atualização dos impasses históricos para o presente:

O júbilo, com que se comemora o 9 de julho é sagrado. E tanto mais quanto São Paulo é chamado, neste ano do IV centenário, a reproduzir, nas urnas a epopéia de 32.¹¹⁰

Entretanto, como nos revela com clareza o editor, os constitucionalistas tinham naquele ano de 1954 uma dupla batalha: reafirmar, pela força simbólica da Cidade quatrocentona, a vocação empreendedora do Estado bandeirante e finalmente derrotar a

¹⁰⁸ Jornal *Correio Paulistano*, 09.07.1954, p. 4.

¹⁰⁹ Idem, p. 4.

¹¹⁰ Ibidem, p. 4.

intrépida corja de inimigos no “front” maior das “trincheiras” nas eleições presidenciais. As peças deslocavam-se estrategicamente e compunham o jogo político da federação, antesala do *derby* maior que seriam as eleições presidenciais para a sucessão de Getúlio Vargas.

No artigo *A Sociedade*, essas perspectiva tornava-se explícita. O retorno do autor ao passado se dava pelo recrudescimento do jogo político previsto pelas contradições do presente. As peças, no imbricado tabuleiro, moviam-se estrategicamente, exorcizando qualquer referência à tradição política trabalhista, nomeada pelo autor como *sonhos cesarianos* que atentavam contra a democracia.

As atuais condições sociais e políticas do Brasil, às vésperas de um pleito presidencial ainda envolto em perspectivas confusas, criaram uma atmosfera propícia à agitação embrionária de ambições inconfessáveis. Não se sabe que sinistros sonhos cesarianos rondam os destinos da democracia, reimplantado em nossa terra à custa de tantas lutas e tantos sacrifícios. Neste momento perigoso para o futuro da nacionalidade vale a pena lembrar a epopéia de 1932 [...]. Vale a pena lembrar esse momento romântico e generoso que deu ao Brasil uma data inesquecível, que é um símbolo: 9 de julho de 1932.

Tudo aconteceu num passado ainda tão recente, de que a maioria dos homens desta geração foi testemunho – mas, pela sua beleza, parece ter entrado no domínio das lendas, parece ter ocorrido numa época fabulosa e heróica em que se forjavam os mitos eternos da nacionalidade¹¹¹.

Atento às fragilidades políticas do momento, o Partido Republicano tornou público seu compromisso com o evento. O júbilo ao movimento de 32 representava a própria garantia do jogo democrático. Receoso com a difusão de rumores que alimentavam a oposição ao governo federal, marcou sua presença no evento:

O Partido Republicano, secção de São Paulo não pode deixar de estar presente nas homenagens a 9 de julho. Participe, por seus membros na direção revolucionária e na luta armada que tanto honrou o povo paulista, relembra com orgulho os dias gloriosos de luta pela liberdade e pela Constituição e reafirma seus propósitos de manter nas suas decisões, os compromissos daquela jornada inesquecível selada com sangue por S. Paulo e pela lei.¹¹²

Nas páginas do jornal *O Dia* essa tensão política foi ainda mais explícita. Sete meses antes, o editorial do periódico escancarou o problema, antecipando as divergências que se acentuariam à medida que aproximavam as eleições:

¹¹¹Jornal *O Estado de S. Paulo*, 09.07.1954, p. 6.

¹¹² Jornal *Correio Paulistano*, 09.07.1954, p. 4.

São Paulo comemoraria com maior dignidade a sua grande data, proclamando a sua soberania estadual. Nessa divisão de poderes políticos que a Constituição fixou, São Paulo vêm abrindo mão do que é legitimamente seu, para uso e fruto de elementos alheios à vida paulista. Grande gesto seria o do governador do estado se, neste dia em que se festeja o IV Centenário da cidade, proclamasse a todos os paulistas que São Paulo não se deixaria subordinar às influências estranhas, - a Getúlio, para sermos mais precisos. O lema de São Paulo deveria ser: Obediência ao governo federal, nos assuntos nacionais; soberania estadual naquilo que compete ao Estado resolver. Mas, infelizmente, o atual governador não é homem para gestos de amplitude e hombridade. E assim, naquilo que é nosso, estritamente nosso, temos de seguir rumos impostos pelo Rio de Janeiro, ou melhor, por políticos que lá se instalaram com o propósito de dominar e subjugar o Brasil inteiro [...].¹¹³

Elevando o tom das críticas dirigidas à capital da República, o editor não poupou o governador de São Paulo, por sua “obediência” ao governo federal. Sem rodeios, o texto atacou o diálogo do Estado com o governo federal que acentuava, no entender do autor, a subserviência e a fraqueza de São Paulo em relação à federação. A inserção desse tema no debate tinha como objetivo atacar os grupos políticos que apoiaram Getúlio no passado, municiando esses adversários políticos para a elaboração de seus discursos.

O espaço dedicado aos festejos do 9 de julho do IV Centenário, no jornal *O Estado de S. Paulo* foi também igualmente significativo. Sob o título, *São Paulo reverencia hoje os heróis da Revolução Constitucionalista de 32*, compilaram-se vários artigos sobre o tema. *Unida a população da cidade e do estado na homenagem aos que lutaram na epopéia de 32*, aludia o periódico em sua página central.¹¹⁴

Apesar da pouca representatividade política que tinha em São Paulo, a UDN igualmente se solidarizou com o evento. Principal opositora do governo Getúlio, a agremiação anunciou seu compromisso com a comemoração:

A União Democrática Nacional, secção de São Paulo, convida seus correligionários e simpatizantes para a sessão cívica que realizará hoje, às 15 horas, na sede central, em comemoração à gloriosa data da Revolução Constitucionalista de 32.¹¹⁵

¹¹³ Jornal *O Dia*, 25.01.1954, p. 06.

¹¹⁴ Jornal *O Estado de S. Paulo*, 09.07.1954, p. 8.

¹¹⁵ Idem, p. 8. No dia 25 de janeiro a secção paulista da União Democrática Nacional já havia publicado uma nota comemorativa ao IV Centenário. O texto possui uma moldura semelhante à tradição que estamos percorrendo: *Quatro séculos já viveu a Cidade de São Paulo, durante as quais se expandiu em todas as dimensões e levou aos mais afastados recantos do Brasil a ação fecunda do seu exemplo de população laboriosa e os produtos materiais e espirituais da sua cultura. No decurso desse período a Metrópole*

Partindo dos diversos grupos políticos, essas narrativas esboçavam uma mesma lógica, ainda que os interesses no encadeamento do evento tivessem propósitos diferentes. Ao se constituir como porta-voz da memória constitucionalista, o entrelaçamento desses discursos, constituídos na intriga, moldava os atributos simbólicos das comemorações do IV Centenário.

Uma pequena nota em referência ao 9 de julho de 1933, reproduzida novamente pelo jornal em 1954, não ficou à deriva desses atributos constituídos. Os personagens se repetiam, e o fio da memória social resgatava o acontecimento em seu princípio. É interessante notar como tempos diversos se emolduravam na constituição dessa tradição. Atentemos para a reportagem:

Ao aproximar o 1º aniversário da Revolução Constitucionalista, todas as associações de São Paulo começaram a movimentar-se e a divulgar os seus propósitos de cultivar a memória dos seus associados mortos em 32, com romarias aos cemitérios.¹¹⁶

Segundo o colunista, a divulgação dessas manifestações coletivas sofreu dura oposição do interventor militar em exercício. O engenheiro Gastão Moreira, major do Exército Constitucionalista, em desagravo à proibição, publicou o panfleto abaixo. O texto lhe rendeu a prisão no dia seguinte pela Ordem Política e Social.

Paulista! Ergue a tua cabeça! Aproxima-se 9 de julho. Venera com orgulho, respeito e saudade a memória daqueles que bravamente tombaram varados pelas balas assassinas da ditadura [...]. Eleve teu pensamento à memória daqueles bravos! Lembrete que aqueles valentes paulistas ainda não vingados deram suas vidas por S. Paulo, confiantes nos que ficavam. Guarda, pois, em pé e a cabeça descoberta, um minuto de silêncio, ao meio dia de 9 de julho, por aqueles que souberam morrer por nós!¹¹⁷

Impossível pensar em um cenário parecido em 1954, quando as manifestações de apoio à difusão da memória constitucionalista foram disseminadas e cultivadas pela

bandeirante se converteu, igualmente, em cadinho ativíssimo de amálgama e de unificação da sociedade brasileira [...]. matriz de vigorosas forças políticas e sociais propulsoras da evolução brasileira. Contra a rude opressão do colonizador sobre o gentio, atuou em seu alvorecer, a reação jesuítica [...]. Glorificar São Paulo é, portanto, consagrar a caminhada ascensional de uma comunidade [...]. Na data em que São Paulo soleniza o seu Quarto Centenário, a seção Paulista da União Democrática Nacional apresenta à cidade de Anchieta o tributo de sua homenagem [...]. Jornal *O Estado de S. Paulo*, 25.01.1954, p. 1.

¹¹⁶ Jornal *O Estado de S. Paulo*, 09.07.1954, p. 08.

¹¹⁷ *Ibidem*, p. 08.

ingerência do Governo de São Paulo com o apoio e financiamento de entidades da sociedade civil.

Os óbices políticos desse momento compunham uma outra elaboração, de maneira que se torna explícito o propósito de reatualizar na memória social paulistana, as antigas desavenças impulsionadas pelo retorno de Vargas ao poder. É notório que sua volta ao Catete, em 1951, fez emergir as velhas ranhuras políticas pendentes desde a Revolução de 1932. O registro quase nostálgico dessas intrigas na memória social paulistana atuava, portanto, com uma dupla função: se inscrever no rescaldo comemorativo que, desde janeiro, ainda borbulhava os ecos por toda a Cidade e alimentar uma animosidade política interna que pudesse diretamente resvalar na popularidade e na influência política de Vargas nas próximas disputas eleitorais. Desta forma justificam-se as manifestações de apoio da UDN e do Partido Republicano e as outras tantas narrativas que engataram, nas comemorações seus interesses de fundo político-eleitoral.

Esse é o entendimento que podemos extrair, por exemplo, do texto publicado por Júlio de Mesquita Filho no mesmo periódico: “Memórias de um Revolucionário: o que significou para a Nação a vitória de Getúlio Vargas”. Desnublado antigas pendências políticas, o autor procurava justificar o rompimento do Partido Democrático com o interventor pernambucano, apesar do acordo político firmado com a Aliança Liberal nas eleições de 1930 e, posteriormente, no engajamento na Revolução de 1930. A genealogia do movimento ganhava caráter racial. Para Mesquita Filho, o interventor João Alberto

nada compreendeu de tudo quanto aconteceu em São Paulo, desde o momento em que se apoderou dos Campos Elíseos. Era de esperar, pois faltava-lhe a cultura necessária para analisar uma sucessão de fatos que só conhecimentos sociológicos lhe permitiriam perceber .¹¹⁸

O impasse nascera da incompatibilidade de conjugar povos de caráter tão difusos: o paulista e o nordestino:

Assim, era natural que lhe escapasse o sentido real do que a sua volta se desenrolava, o drama resultante do embate entre duas mentalidades, entre duas concepções da vida em sociedade, entre a fronteira e o nordeste de um lado, e a ordem, a disciplina social e o progresso de outro.¹¹⁹

¹¹⁸ Ibidem, p. 9.

¹¹⁹ Ibidem, p. 9.

Faltando-lhe a cultura necessária frente ao altivo momento, o interventor não teria levado em conta o que previra com profundidade o historiador Capistrano de Abreu em seus *Capítulos da História Colonial*. Ali, segundo o nosso cronista, já estavam previstos os impasses culturais entre a planície e o planalto e os perigos que decorriam da sua aproximação:

[...] a presença de uma coletividade que pela sua estrutura, e, por conseguinte, pela sua psique, diferia fundamentalmente das populações do planalto central, do Brasil das montanhas, do além contrafortes da Mantiqueira. Com admirável penetração, ele previra o que um dia muito provavelmente se daria, as perturbações provocadas pela presença desse corpo estranho na organização social nacional¹²⁰.

O inviável matrimônio se consumou posteriormente no escalabro constitucionalista. Avalista nas articulações que resultaram na formação da Aliança Liberal, o Partido Democrático percebeu naquele “corpo estranho”, as perturbações que aviltavam a comunhão nacional.¹²¹ A dicotomia “progresso” *versus* “atraso”, mote temático majoritário das narrativas que se difundiram na conjuntura de 1954, reforçava as pretensões hegemônicas da burguesia paulista ao mesmo tempo que a memória social recuperava os protagonistas responsáveis pela edição da sua epopéia.¹²² Escalonando os testemunhos e unindo as fraturas, moldava-se um nove de julho efusivo para as tradições pretendidas. Em um artigo assinado pelo Ten. Cel. Benjamin Cabello Bidart, essas intenções não são aparentes:

Comemora-se hoje, em ambiente festivo e de imensa alegria, o 9 de julho, a data máxima do calendário histórico do povo paulista.

¹²⁰ Ibidem, p. 9.

¹²¹ Essa associação de temas e de autores de épocas distintas e a convergência de conceitos transportados por outros períodos terão uma abordagem particular quando analisarmos as influências das Conferências Anchiéticas na montagem da tradição do mito anchietano.

¹²² Em uma sessão solene, realizada no dia 9 de junho de 1965, no Teatro Municipal de São Paulo, Júlio Mesquita Filho iniciou uma série de conferências que foram organizadas pelo regime militar na intenção de institucionalizar o “Dia de Anchieta”. Na presença do primeiro presidente militar, o Marechal Castelo Branco, o jornalista referendou a atualidade do mito de Anchieta, açodado pelas contingências históricas daquele momento. Além de destacar a importância de Eduardo Prado na consagração do apóstolo como símbolo para São Paulo e para o Brasil, em referência às Conferências Anchiéticas, o autor enobreceu sua função na elaboração da memória social, transformada pelo rápido desenvolvimento urbano da Cidade. Ver *Anchieta*. Comissão para as comemorações do dia de Anchieta. São Paulo, Gráfica Municipal, 1965, pp. 9-11.

São Paulo das Bandeiras, São Paulo da Independência, só encontra paralelo em São Paulo da Revolução Constitucionalista.¹²³

Para o tenente, o povo de São Paulo fora moldado para o conflito na difícil convivência que tivera com seus interventores:

[...] preparado psicologicamente para a guerra civil, pelos desmandos dos interventores, experiências negativas da ditadura nas esferas políticas e administrativa.¹²⁴

Consternada pela humilhante derrota frente às forças federais, a comemoração do aniversário do nove de julho encontrava, na divulgação da sua memória, o fôlego necessário para atualização do revide, enquanto os holofotes do IV Centenário estrategicamente reeditavam as cenas pinçadas para combalir a folclórica imagem do ex-ditador. Esse nove de Julho era especial. “O nove de julho do IV Centenário”: grafou o anúncio de um manifesto organizado por um seletivo grupo de senhoras da elite paulistana, que prestaram, no passado, serviços à causa constitucionalista.

Um grupo de senhoras que acompanharam a Revolução Constitucionalista de 1932 lançou a 23 de Maio último manifesto conclamando as damas paulistas a se unirem num grande movimento destinado a promover este ano excepcionais comemorações da data que recorda o início do grande movimento¹²⁵.

O texto era acompanhado de uma lista com mais trezentos nomes de senhoras de famílias tradicionais de São Paulo.

Espaço a espaço, as páginas dos principais periódicos foram confeccionando o evento: desfiles de ex-combatentes, anúncios de entidades de classe, manifestações de estudantes, festejos populares, solenidades com hastear de bandeiras, divulgação de histórias e relatos ocorridos no decorrer das batalhas e publicação de memórias.

Selecionados pelo crivo institucional da Comissão do IV Centenário, muitos desses depoimentos foram publicados também em livro, transformando-se em testemunho público e, na medida em que eram enxertados no tecido social, intensificavam sua força identitária.

¹²³ Jornal *O Estado de S. Paulo*. Ibidem, p. 9.

¹²⁴ Ibidem, p. 9.

¹²⁵ Ibidem, p. 2.

Atentemos para o prefácio do livro *Revivendo 32* de José de Assis Pacheco, escrito por Guilherme de Almeida e publicado em 1954. O poeta paulistano saúda a obra como identitária a todos os paulistanos, *inutilmente anônimas* páginas que lhe chegaram às mãos no final de 1953, eram rubricadas como memória da Revolução Constitucionalista, por toda a nação bandeirante:

Pelos fins do ano passado, uns originais datilografados vieram ter às minhas mãos, inutilmente anônimos. Inutilmente, porque a história, que se contavam, era o diário íntimo de um nosso soldado de 32: estava, pois, tacitamente assinada por todos os paulistas de fundamental espírito, origem e ação. [...] Mas eu quis adivinhar – e adivinhei pelo faro do instinto – entre os milhões de tão diferentes, tão amorfos, tão anestesiados paulistas de hoje, aquele, único, que quis fazer com que todos os seus irmãos de alma e de armas revivessem sua própria glória, no completar quatrocentos anos sua cidade heróica. [...] Que mais precioso presente de aniversário poderiam ter os verdadeiros paulistas, no 9 de julho deste ano do IV centenário, do que a presença de si mesmos nestas tão vividas páginas, que revivem o melhor de sua vida?.¹²⁶

Toda essa programação contou com a exclusiva cobertura da *Rádio Nove de Julho*, criada especialmente pela Comissão do IV Centenário. A rádio, que teve sua primeira transmissão naquele dia, tinha como objetivo [...] *divulgar fatos relacionados com as comemorações do IV Centenário e as obras da Comissão responsável pelos festejos, tendo, assim, cunho eminentemente cultural*¹²⁷. Em uma extensa reportagem, o jornal detalhou o percurso da sua criação:

A radioemissora “9 de julho”, estação transmissora instalada pela Comissão do IV Centenário no Ibirapuera, iniciará hoje as suas atividades como contribuição aos festejos em que se comemora a Revolução Constitucionalista de 1932. A estação está montada no Pavilhão da Philips do Brasil, firma que tem contribuído para maior brilho dos festejos do IV Centenário de São Paulo [...]. A cerimônia inaugural da Radio Emissora 9 de julho terá lugar às 19 e 30, no Pavilhão Philips do Brasil, no Ibirapuera, com a presença de altas autoridades e convidados. A nova estação estará no ar, definitivamente, às 20 horas, ocasião em que falarão os Srs. Guilherme de Almeida e o presidente da Philips do Brasil.¹²⁸

¹²⁶ PACHECO, José de Assis. *Revivendo 32. Exumação de um diário de guerra*. Ano do IV centenário da cidade de São Paulo. Edição comemorativa, p. 4.

¹²⁷ Jornal *O Estado de S. Paulo*, 10.07.1954, p. 8.

¹²⁸ Idem, p. 9.

A explícita proximidade com que se reproduziam as narrativas oficiais e as de caráter privados, já apontados no início deste capítulo, compôs um enredo de simbologia indissociável. No dia seguinte ao aniversário, os jornais publicaram com rigor as repercussões dessas festividades: *Vibrante página de civismo constituíram as comemorações da revolução constitucionalista*¹²⁹; *Grande massa de povo compareceu aos festejos, numa demonstração de patriotismo*¹³⁰; *Glória Eterna aos mortos da Revolução Constitucionalista*¹³¹; *Um 9 de julho à altura dos maiores dias de Piratininga*¹³²; *Compacta multidão tomou ontem todas as ruas e praças centrais da paulicéia, para ver o dia da revolução*¹³³.

Foi notória a preocupação de conferir ao evento uma dimensão de caráter popular. A força com que se difundiam essas narrativas, estabelecendo, na sua propagação um princípio de legitimidade, cingia os protocolos que dimensionariam a memória social.

Em meio às fotos e às imagens da festa, a divulgação do conteúdo de um telegrama na página central do jornal era inegavelmente reveladora. Assinado por um grupo de ex-combatentes e endereçado ao presidente da República, a mensagem antecipava a gravidade da crise que levaria Getúlio à morte naquele ano. Colocavam-se em jogo interesses políticos ameaçados em face da grande animosidade com que se defrontavam governo e oposição. Nessa perspectiva, o teor do telegrama não destoava da insistência dos cronistas em propalar as festividades do 9 de julho do IV Centenário como a própria redenção de São Paulo e seu povo, irmanados no trabalho e no progresso.

Ao avalizar a permanência do jogo democrático, conferia-se autoridade às fortes pretensões políticas de São Paulo, legitimadas pelo civismo demonstrado ao longo de todo o ano de 1954.

Os paulistas, irmanados [...] em 1930, nesta hora de sofrimento e angústia do Povo Brasileiro, esperam que V. Exa. faça cumprir nossa Carta Magna, terminando o

¹²⁹ Ibidem, p. 5.

¹³⁰ Ibidem, p. 5.

¹³¹ Ibidem, p. 11.

¹³² *Jornal Correio Paulistano*, 10.07.1954, p. 6.

¹³³ Idem, p. 6. O Jornal organizou um encarte especial para esse dia. A primeira página reproduziu uma sequência de fotos, perpassando os principais pontos da programação. O texto seguiu o teor das outras chamadas: *São Paulo comemorou como nunca havia feito a data de 9 de julho. A série de comemorações programadas para os festejos da data da Revolução Constitucionalista de 1932 teve a condição de entusiasmar todo o povo que, deixando a típica reserva paulista, vibrou com os festejos*. Ibidem, p. 1.

seu mandato sem pressão de aventureiros ambiciosos e contumazes, e realizando eleições livres em 1955. Que Deus ilumine V. Exa. E seus auxiliares de governo para menos sofrimento do povo brasileiro¹³⁴.

O emissário do telegrama falava em *angústia e sofrimento*, da população que, segundo ele, seriam ainda maiores caso ocorresse alguma virada de mesa em relação ao calendário eleitoral. Na memória do preocupado autor soavam as proféticas palavras: *lembramos de 1937!*

A divulgação do discurso proferido por Guilherme de Almeida na inauguração da emissora 9 de julho também se encaixa nessa chave histórica. *A nova mensagem*, à qual o autor se refere, não mais *de luta, mas de concórdia*, pode ser traduzida como um apelo à manutenção da agenda eleitoral estadual e federal.

Nesta data viril, há vinte e dois anos, de São Paulo, partia endereçada a convivência nacional, um épico chamado as armas em prol da lei. Por três meses – glorificado a ferro e fogo e sangue suor e lágrima – pelo claro clamor de seus clarins, chamou a clarividência o clã paulista. E do heróico clamor uma voz então [...].

Ora, decorridos duas décadas e dois anos, neste mesmo Nove de Julho, deste mesmo São Paulo, uma nova emissora manda agora uma nova mensagem, não mais exaltada, mas serena: não mais de luta, mas de concórdia. Voz oficial do IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo [...]. Dirá sim a todos os homens do mundo tudo o que é hoje, a quadrisecular grandeza de São Paulo: essa que culmina em modernidade, consubstanciando na ousada estrutura de ferro, cimento e vidro deste audacioso jogo de volumes simétricos, que é o Ibirapuera – celebração de um grande passado pela previsão de um grandioso futuro. Está no ar a voz mais moça e mais antiga de São Paulo: a que no instantâneo relâmpago do seu nascimento exprime a responsabilidade de quatro séculos.¹³⁵

Atento às particularidades daquele 9 de julho, esses cronistas se filiavam ao enredo estabelecido como referencial para as comemorações do IV Centenário e, vergados em direção ao Pátio do Colégio, nutriam em prosa e verso o mito da fundação da Cidade.

No geral, o enredo que estruturou os periódicos em julho de 1954 não difere muito do corpo temático organizado em janeiro. Muitas empresas repetiram as mesmas propagandas ou incorporaram aos velhos clichês referências à Revolução Constitucionalista. No caso específico de Anchieta, por mais que o espaço do religioso nos tablóides naquele momento não alcançasse a mesma intensidade que em janeiro, as

¹³⁴ Jornal *O Estado de S. Paulo*, 10.07.1954, p. 5.

¹³⁵ Idem, p. 7.

referências ao apóstolo foram mesmo assim recorrentes, em particular quando as narrativas transcendiam a nomenclatura de apelo constitucionalista, e a ação se deslocava para o Pátio de Colégio.¹³⁶

Exemplar, nesse sentido, é que um dos atos oficiais previstos para o evento foi a visita do Governador do Estado à cabana de Anchieta.

A convite dos diretores do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e da Companhia de Jesus, o governador Lucas Nogueira Garcez acompanhado das altas autoridades civis, militares e eclesiásticas, fez uma visita a cabana erguida no local onde primitivamente existiu o Colégio dos Jesuítas, fundado por José de Anchieta¹³⁷.

Em um texto de autor não identificado, as referências ao apóstolo foram também extensivas. O sugestivo título antecipava o teor de suas proposituras: “O sentido espiritual do dia nove de julho”.

Se eu tivesse que escolher um (ILEGÍVEL) á moda dos antigos oradores, para esta cerimônia religiosa, após o augusto sacrifício da Missa, na esplanada de uma Catedral, eu lançaria mão indubitavelmente daqueles sonoros versos – “Cavaleiro da Mística Aventura” – que o maior dos nossos poetas aplicou aos fundadores da cidade de São Paulo, venerável Padre José de Anchieta [...].¹³⁸

Ao citar o poeta Olavo Bilac, o autor transpôs para o contexto do Nove de julho do IV Centenário toda a tradição que se empenhou intensamente na propagação do mito de José de Anchieta em fins do século XIX. A mística e a heróica aventura do apóstolo intensificava a dimensão épica da Revolução Constitucionalista. As barreiras transpostas na edificação histórica da cidade filiavam-se a quadras anteriores, períodos que regressavam pela força dos ritos desenvolvidos durante aquelas comemorações.

¹³⁶ As hipóteses que encaminham esse problema serão tratadas com mais profundidade no capítulo 4 e também nos dois últimos itens que compõem este capítulo 2. O que podemos afirmar, com relativa tranqüilidade, é que o número de reportagens, crônicas, artigos e propagandas que trataram do tema da fundação e do debate do fundador, foram nesse momento infinitamente menor, dando a impressão de que se a peleja sobre o fundador não estava totalmente resolvida, ao menos a mídia impressa não divulgou como fizera em janeiro, igual vitalidade. Por outro lado, é bem provável que o 9 de julho do IV Centenário tenha se cercado de uma simbologia menos recorrente ao mito da fundação, porque a data era sempre utilizada na Cidade, para engastar a predestinada tradição bandeirante às alegorias dos constitucionalistas de “comandar e nunca ser comandado”. Sabemos que no intercurso das comemorações do IV Centenário esses ingredientes identitários da paulistanidade se aproximaram ou se distanciaram estrategicamente, dependendo do momento e da liturgia que o rito comemorativo previa.

¹³⁷ Jornal *O Estado de S. Paulo*, 10.07.1954, p. 5.

¹³⁸ Idem, p. 05.

Bandeirante de entradas mais suaves, diziam as rimas de Bilac no poema em homenagem a José de Anchieta, publicado em 1918, na obra *Tarde*. Imbricadas em outras redondilhas, esses e outros versos foram narrativas dominantes naquele 1954. Contudo, a inspiração e o fio condutor que dava corpo ao conjunto da obra vinham de longe, com raízes mais sólidas e profundas.

2.2. As Conferências Anchietanas.

Principal palco de difusão da memória de José Anchieta, as Conferências Anchietanas representaram, em fins do século XIX, a feitura máxima na organização e sistematização da tradição constitutiva de um mito. O engajamento de inúmeros intelectuais e de personalidades em sua confecção qualificou o evento para que, no decorrer do século XX, a imagem do apóstolo despontasse revigorada e passível de adoção como mito fundador da Cidade de São Paulo. A análise dos registros e discursos proferidos nessas conferências é um ponto chave para que possamos descortinar a intermediação e a articulação dessas falas com as narrativas que se firmaram como hegemônicas em 1954¹³⁹.

Elaboradas com o propósito de rememorar os trezentos anos da morte de José de Anchieta, essas conferências representaram, segundo Américo Jacobina Lacombi, presidente da Comissão Nacional criada para organizar as Comemorações do Dia de Anchieta, instituído pelo regime militar em 1965, a “primeira clarinada pelo reexame da ação dos jesuítas no Brasil”¹⁴⁰. No prefácio da obra *Anchietana* editada no mesmo ano, o

¹³⁹ Essas conferências anteciparam, para fins do século XIX, o debate sobre o fundador de São Paulo que ocorreu com grande intensidade durante do IV Centenário. A corrente que defendeu Anchieta, por exemplo, se amparou principalmente no conteúdo dessas conferências para constituir as suas fundamentações.

Em um artigo publicado em 1954, Francisco Augusto Nunes esclareceu essa vinculação: *Hoje, dia fulgurante para a querida Piratininga, as comemorações da nossa mais brilhante efeméride, por certo, não seria completa com a ausência do nome de Anchieta, nome que está profundamente radicado à fundação de São Paulo e que, portanto, ocupa um lugar privilegiado, primeiro espaço nos seus anais [...]. As Comemorações Anchietanas nas quais fulguraram os europeus das inteligências mais preclaras de São Paulo como Eduardo Prado, Brasília Machado e muitos outros, devem hoje ser lembrados, porque constituíram a maior apoteose aos méritos excepcionais do meigo, pobre e humilde jesuíta canariano*. NUNES, Francisco Augusto. “Anchieta, o Mestre-Escola”. *Jornal Correio Paulistano*, 26.01.1954, p. 7.

¹⁴⁰ NABUCO, Joaquim; MACHADO, Brasília; PRADO, Eduardo. *Conferência Anchietanas*. Rio de Janeiro: Comissão Nacional para as Comemorações do Dia de Anchieta. Fundação Casa Rui Barbosa, 1979, p. 1.

jornalista Júlio de Mesquita Filho destacou com efusão a importância dessas conferências na exaltação histórica de José de Anchieta:

Em 1887, para assinalarem devidamente a passagem do 3º centenário da morte do padre José de Anchieta, alguma figuras, dentre as que mais se destacavam nesta cidade pela sua cultura e prestígio social, deliberaram realizar um ciclo de conferências sobre a fascinante personalidade do grande taumaturgo, estudando-a em todos os seus aspectos [...] esses trabalhos marcaram com certeza uma época na história da evolução cultural da terra paulistana. Nesse verdadeiro curso sobre os primórdios de Piratininga [...].¹⁴¹

Para nós, essas conferências são importantes especialmente sob dois aspectos: primeiro, porque representaram um significativo ponto de inflexão em relação ao papel desempenhado por Anchieta na fundação de São Paulo; em segundo lugar, porque estabeleceram um elo entre a *geração de 70* da literatura portuguesa e os escritores e intelectuais que, no decorrer da primeira metade do século XX, procuraram obstinadamente estabelecer os fundamentos da paulistanidade¹⁴².

Nesse sentido, o papel desempenhado pelo escritor Paulo Prado na década de 1920 foi dos mais representativos. Uma campanha organizada por ele, nas páginas do tablóide *Terra roxa e outras terras*, no ano de 1926, pelo resgate de uma carta de José de Anchieta que se encontrava à venda em um antiquário em Londres, pode ser o ponto de partida para calibrarmos a medida desses entrelaçamentos¹⁴³. Recuando no tempo, o escritor recompunha a cena inicial da fundação da Cidade, com contornos idílicos, mensurando as dificuldades que se apresentavam naquele momento ao apóstolo:

Em 1579 Anchieta já era provincial da Companhia de Jesus e estava em vésperas de partir para outras missões no Rio de Janeiro, Bahia e Espírito Santo. Ao deixar São Paulo dava em sua carta algumas providências de missionário e

¹⁴¹ Idem, p. 5.

¹⁴² Em relação à expressão *geração de 70*, valemo-nos aqui da forma utilizada por Carlos Eduardo Ornelas Berriel, no belo trabalho *Tietê, Tejo, Sena. A obra de Paulo Prado*. Para o autor, a chave para o entendimento do pensamento de Paulo Prado está na sua filiação com a geração de 70: *a presença de um corpo de idéias geradas no interior de uma família, idéias que têm continuidade e são desdobradas a partir de um núcleo temático – o que ajuda, neste caso, a configurar sua dimensão oligárquica e aristocratizante. A originalidade não reside nessa condição básica de classe, mas sim nos dois elementos pressupostos: primeiro, o de ser um pensamento organizado com certo rigor ideológico, com coerência interna, e segundo, o fato de esse pensamento ter continuidade, desdobrar-se e ter efetiva função social*. BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas. *Tietê, Tejo, Sena. A Obra de Paulo Prado*. Campinas, SP, Papirus Editora, 2000, pp. 17-18.

¹⁴³ Ver PRADO, Paulo. *Paulística etc*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004, pp. 29-30.

administrador. Preocupava-o naturalmente a duvidosa sorte do colégio que deixava perdido “sertão e cabo do mundo” [...] a carta do Padre Anchieta evoca a visão da outra Piratininga de hoje, erguendo-se tumultuariamente, num claro dia de sol, dos antigos campos que também conhecera o jesuíta. É o documento de família que dá à cidade moderna o atestado de longa ascendência que não possuem os novos-ricos. Da pobreza primitiva, heróica e fecunda, da “paupérrima e estreitíssima casinha” de 25 de janeiro de 1554, cerca de quatro séculos mais tarde a semente plantada pelo jesuíta frutificaria como talvez nunca o sonhara a sua imaginação de poeta e de missionário [...]. Governo ou particular, dinheiro do Tesouro ou subscrição pública, seja como for, é preciso que o autógrafo de Anchieta volte para donde partiu séculos atrás. Custa duzentas libras: o valor de trinta sacas de café¹⁴⁴.

Após cinco dias, a propalada campanha conseguiu finalmente devolver a carta à Cidade de São Paulo em uma cerimônia que representou, para o entusiasmo do autor, *uma homenagem do presente ao passado*¹⁴⁵. O *atestado de longa ascendência*, destacado por Paulo Prado no texto, vale aqui não apenas para a obra de Anchieta, mas também como veremos no avançar deste trabalho, para o repertório de temas que organizaram sua retórica, filiando-o à força da tradição que deu corpo e fundamentou as comemorações do IV Centenário em 1954.

Recolhida ao Museu Paulista, essa carta se agregava ao corpo de outras memórias constitutivas do passado paulista, sempre requisitadas pelas narrativas que constituíam os discursos da fundação. Vale lembrar que, acompanhando a orientação de Afonso de Taunay, o museu constituiu-se como um local majoritariamente fiel à tradição bandeirante, dispondo de raras referências aos jesuítas.

Este museu é, sobretudo, o museu do nosso passado paulista, ainda palpitante, ainda com o calor e o interesse da vida de outrora [...]. Seria infantil ignorar o que se passou antes de nós. É o desenvolvimento desse sentimento humano que se chama a paixão histórica. Só no culto dessa paixão conseguiremos compreender e realizar integralmente a consciência social e artística e intelectual do nosso hoje, do nosso profundo hoje [...]¹⁴⁶.

Morto em 1941, Paulo Prado não chegou a presenciar as festividades que ocorreriam no IV Centenário. Todavia, os desdobramentos ideológicos de seu pensamento apareceram revigorados e diluídos entre as inúmeras narrativas que se tornaram

¹⁴⁴ Idem, pp. 263-264.

¹⁴⁵ Ibidem, p. 265.

¹⁴⁶ Ibidem, p. 266.

hegemônicas naquele ano. Como bem observou Carlos Berriel, esses desdobramentos de temas, que originalmente apareceram pela voz da *Geração de 70* na primeira quadra do século XX, apontavam para a filiação ideológica entre autores e gerações, afinando com rigor a relação daquilo que estrategicamente interessava no passado, prontamente transformado em constitutivo na difusão da memória social.

As articulações entre o pensamento de Paulo Prado e o de seu tio, Eduardo Prado, evidenciam com ainda mais propriedade essa hipótese. As formulações de Eduardo Prado, elaboradas em concurso com a *Geração de 70*, perfizeram um caminho que *representou certa matriz do pensamento conservador brasileiro, de cunho singularmente aristocrático*.¹⁴⁷ Dois aspectos no pensamento de Eduardo Prado são bastante singulares:

[...] a questão da importação de idéias européias para o emprego na vida ideológica nacional e a tese da superioridade do paulista com relação aos demais brasileiros expressa por meio da insubmissão do habitante do planalto ao dominador português e ao jesuíta¹⁴⁸.

Decisivo na modelação das idéias que posteriormente acompanhariam Paulo Prado por toda vida, o conceito da superioridade do homem paulista foi nuclear na elaboração do pensamento de Eduardo Prado, aparecendo com entusiasmo na argüição proferida por ele na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1886, durante as Conferências Anchiéticas.

Publicada posteriormente em livro, essa conferência, a segunda de uma série prevista para as Conferências Anchiéticas, se transformou em base para as elaborações que se filiaram ao pensamento conservador de Eduardo Prado. No total, foram planejadas doze conferências para as comemorações do terceiro centenário da morte de Anchieta. No entanto, somente seis foram pronunciadas, e outras três, apenas escritas. Além da conferência proferida por Eduardo Prado, que merecerá de nossa parte uma atenção especial, o conteúdo da explanação de outros dois autores pode contribuir para que possamos dimensionar melhor em que medida o núcleo dessas idéias se projetou com força institucional nas décadas subseqüentes.

Na conferência escrita por Joaquim Nabuco, e que não chegou a ser pronunciada - “Da significação nacional do centenário de Anchieta” - um aspecto bastante curioso são as

¹⁴⁷ BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas. Obra citada, p. 52.

¹⁴⁸ Idem, p. 52.

raras referências feitas por ele a José de Anchieta. O autor passou todas as páginas acentuando as qualidades da Companhia de Jesus no processo de colonização e da conquista espiritual da América. Mais do que um tributo a Anchieta, segundo ele, cabia uma homenagem a toda a Companhia:

Anchieta pertence a um calendário cujas biografias são todas a mesma, cujo tom dominante é o da vida interior que se não vê [...], na medida que o catolicismo no Brasil foi, por muito tempo, no período de formação, a Sociedade de Jesus, e não só o catolicismo; o descobrimento, a exploração, a posse dos territórios na época da apropriação do Novo Mundo¹⁴⁹.

Outros pontos foram ainda destacados pelo autor, sempre reafirmando a epopéia da Companhia na vanguarda da ação católica.

De certa maneira, nesse texto, a figura de Nóbrega recebeu a mesma importância dada a Anchieta. O próprio autor iniciou sua argumentação afirmando que:

Antes de tudo, como separar Anchieta de Nóbrega? Podeis compreender um sem o outro, ver o jovem irmão sem que o Fundador se mostre o lado dele? [...] Como unidade histórica, Anchieta é tão inseparável de Nóbrega [...] como de Simão Rodrigues e Inácio de Loyola.¹⁵⁰

Em contrapartida, na Conferência proferida por Brasília Machado, “Narração da Vida de Anchieta”, ocorreu uma associação direta do apóstolo com a fundação da Cidade de São Paulo. Reconstituindo as contingências históricas da chegada dos jesuítas ao Brasil e os conflitos com as populações locais, o autor cravou a referência ao emérito fundador:

Preparando a celebração do centenário de Anchieta, sem dúvida que S. Paulo presta expressivo culto a memória do seu fundador [...] ele, o mais fervoroso mestre da casa, em cujas cercanias se vieram condensando as populações primitivas [...] ele, o amigo leal dos índios [...] ele, finalmente, quem mais avivou e engrandeceu o fogo sagrado do nosso santuário e fixou para sempre a divindade nesta terra, antes de todas pujante com as premissas do missionário. Nem tanto exigia o povo antigo para instituir contínuo o culto ao fundador [...].¹⁵¹

¹⁴⁹ NABUCO, Joaquim; MACHADO, Brasília; PRADO, Eduardo. Obra citada, pp. 81-82.

¹⁵⁰ Idem, p. 81.

¹⁵¹ Ibidem, pp. 74-75.

Pela discrepância estampada na fala desses dois autores, podemos concluir que as elaborações organizadas no decorrer dessas conferências anteciparam, em certa medida, a intensidade do debate sobre o fundador da Cidade de São Paulo, atualizando temas e conceitos que procuravam transpor, em fins do século XIX, os conhecimentos que dariam nexos à genealogia da paulistanidade. Nesse sentido, Eduardo Prado foi o exemplo mais radical. Apesar de se referir à fundação da Cidade como um feito jesuítico, não distinguindo naquele momento o papel de Anchieta dos outros inicianos, o autor circundou igualmente o corpo do problema, colocando em questão as especificidades históricas da ocupação do planalto Piratininga e as qualidades dessa geração de missionários e colonizadores, que tinha no apóstolo seu mais seletivo exemplo.¹⁵² Essa elaboração estava a um passo do debate que posteriormente incorreu nas discussões sobre o mito fundador:

O maior serviço da Companhia foi porém, a fundação da Cidade de S. Paulo, onde hoje estão reunidos [...] os descendentes das raças fundidas, e onde, depois de quase três séculos e meio, há a vontade de afirmar, pelo modo mais solene, a nossa existência social, prestando homenagem a um herói da nossa velha história.¹⁵³

Requisitando as contingências geográficas como um princípio norteador na ocupação do Planalto Piratininga, Eduardo Prado constitui o conceito-chave de seu pensamento, *São Paulo: oficina de homens*.¹⁵⁴

[...] O contato imediato com a gente do mar, forasteiros e aventureiros, era corruptor e fatal; e por outro lado a raça européia não podia medrar, ao começo da sua imigração tropical, na costa, onde o clima lhe é decididamente desfavorável. A aclimação definitiva da planta humana européia não era possível num país tórrido, sem o enxerto da planta indígena, e este enxerto se robustece e frutifica na perfeição, quando a raça imigrante encontra um meio climatérico não muito diverso daquele da sua origem [...].¹⁵⁵

¹⁵² Riolando Azzi destacou o significado político dessas conferências e a estreita relação de Eduardo Prado com a difusão do evento, que tinha como principal objetivo *demonstrar que a fé cristã, introduzida no país pelos membros da Companhia de Jesus, constituía a base da formação social brasileira*. Segundo Azzi, se tratava, ao mesmo tempo, naquele instante, de uma ordenação religiosa que estruturalmente procurava se reencontrar na nova configuração urbana da Cidade e nesse sentido demarcar o “espaço do religioso”, frente ao predomínio laico da modernização. AZZI, Riolando. “Entre o trono e o altar: A Igreja católica em São Paulo como poder espiritual”. In: VILHENA, Maria Angela e PASSOS, João Décio. Obra citada, pp. 417-422.

¹⁵³ NABUCO, Joaquim; MACHADO, Brasília; PRADO, Eduardo. Obra citada, p. 27.

¹⁵⁴ Ver BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas. Obra citada, p. 56.

¹⁵⁵ NABUCO, Joaquim; MACHADO, Brasília; PRADO, Eduardo. Obra citada, p. 27.

No entender de Eduardo Prado, as qualidades do homem paulista decorriam de seu encontro com as populações indígenas locais, aclimatadas pelas condições geográficas favoráveis e possibilitadas pela ação sistemática dos jesuítas:

Não tivessem os jesuítas tornado os índios sedentários e mansos, e esse cruzamento, a que devemos, pode-se dizer que a quase totalidade da população brasileira, não teria se dado.¹⁵⁶

Dessa forma moldava-se um tipo social único, forjado pelo entrelaçamento racial que marcará a história da São Paulo:

Nesse cruzamento, se o branco entra com um cérebro mais desenvolvido, que se produz no seu descendente, o índio traz para o novo tipo a agudeza da sensibilidade dos seus sentidos e músculos um tanto atrofiados no homem civilizado.¹⁵⁷

Enaltecendo a ação dos jesuítas e contornando as ranhuras históricas que tanto marcaram o processo de colonização, Eduardo Prado firmou, nessa conferência, uma idéia consensual de passado e, ao mesmo tempo, pesou cada um dos personagens que nublaram temerariamente o projeto de colonização:

Os portugueses, ou teriam destruído todos os índios, ou estes teriam destruído todos os primeiros estabelecimentos portugueses, retardando por um ou dois séculos, quem sabe, o povoamento e a civilização do Brasil. Graças aos jesuítas, escapou a humanidade, no Brasil, a esses desastres.¹⁵⁸

Joaquim Nabuco apontou, em sua conferência, para o mesmo problema, destacando os conflitos entre colonos e religiosos pela posse do gentio e a ação católico-jesuítica na mediação desse impasse:

Quanto à população, acreditais que sem o catolicismo tivesse sido possível fundir, pelo modo por que foram, em uma nacionalidade homogenia, o indígena, o português e africano? O Indígena? Duvidais de que sem a ação do catolicismo o indígena teria sido exterminado pelo mais bárbaro dos cativos após as mais terríveis de todas as razias [...] ?¹⁵⁹

¹⁵⁶ Idem, p. 29.

¹⁵⁷ Ibidem, p. 29.

¹⁵⁸ Ibidem, p. 30.

¹⁵⁹ Ibidem, p. 82.

Remido ao modelo de colonização desenvolvido em São Paulo, o Brasil teria explanado um outro destino. *Oficina de homens* para o Brasil, São Paulo teria sido, também, um exemplo para outras colônias portuguesas, como bem aferiu o historiador Oliveira Martins, uma das principais referências citadas por Eduardo Prado: *De S. Paulo, dizia, pode sair a raça que fez o Brasil: tivéssemos nós tido outro S. Paulo e teríamos criado em África outro Brasil*.¹⁶⁰ Essa idéia, que posteriormente ganhou contornos mais elaborados com Paulo Prado, se constituiu em referência para as narrativas que se propagaram durante a primeira metade do século XX, vinculando-se de forma obsessiva às publicações difundidas no período.

O pano de fundo dessas proposições projetou, em 1954, a imagem de uma São Paulo e de um povo símbolo para o Brasil. Da mesma maneira que as oligarquias cafeeiras, nos primeiros anos da República, os novos setores econômicos produzidos pelo surto industrial firmaram seus discursos nessa tradição, incorporando as nomenclaturas do passado que, revigorado, se transformava em alimento para os impasses que se apresentavam naquele momento. Se outrora São Paulo resistiu [...] *ao ataque dos Tamoios inimigos e, dessa data em diante, ficou seguro o seu futuro e começou a funcionar como uma oficina de homens*¹⁶¹, que novos inimigos poderiam se colocar em seu caminho?

O estratégico arrefecimento das fraturas intraclasses ocultava as divergências que se formavam quando era necessário nomear o fundador, fato que observaremos com mais atenção em outro momento deste trabalho.

Eduardo Prado concluiu a sua conferência afirmando que, após trezentos anos, os paulistas continuavam católicos: *Tudo mudou, a religião persistiu*.¹⁶²

Esse prognóstico foi igualmente defendido na conferência proferida por Theodoro Sampaio, intitulada “S. Paulo no tempo de Anchieta”, associado diretamente à fundação de São Paulo pelas mãos de Anchieta:

¹⁶⁰ Ibidem, p. 30. O tema da superioridade do paulista em relação ao restante da população do país, da qual tanto Eduardo Prado quanto Paulo Prado se obrigaram a defender, tinha sua filiação nos trabalhos do historiador português Oliveira Martins que, de certa maneira, *lançou as bases para uma diferenciação conceitual da população brasileira entre Norte e o Sul, com notável vantagem, para estes, os paulistas*. BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas. Obra citada, p. 61.

¹⁶¹ NABUCO, Joaquim; MACHADO, Brasília; PRADO, Eduardo. Obra citada, p. 29.

¹⁶² Idem, p. 34.

Quaisquer que sejam as nossas divergências, por mais acirrados que lavrem ódios sectários, jamais, a luz da verdade, se poderá contestar a José de Anchieta, na evangelização da América, nesse período heróico da Companhia de Jesus, a glória suprema e a honra insigne de patriarca da nossa nacionalidade.

E como recusar-lhe as nossas homenagens, como fugir aos declames da justiça incorruptível se, para nos dar o mais solene desmentido, aí está em pleno florescimento, como uma cidade, de palácios, esta São Paulo, fruto outrora dos desvelos seus indefesos companheiros.

Sim, fundar S. Paulo, de fato, levantar o primeiro baluarte para a conquista do planalto brasileiro [...].¹⁶³

Sessenta e sete anos depois, a previsão de Eduardo Prado continuava revigorada, especialmente se levarmos em conta o conteúdo dos anúncios, artigos e publicações produzidas para o IV Centenário, evidenciando que a tese de que o Brasil era uma obra de São Paulo continuava imaculada, especialmente pela força da produção de Paulo Prado. Para tanto, as três décadas que antecederam os quatrocentos anos da cidade de São Paulo foram fundamentais, período em que sua produção foi mais fortemente difundida.

A morte do autor em 1943 não impediu que suas proposições sobre a singularidade do caráter étnico e social do homem paulista se transformassem em recheio constitutivo nas festas de 1954; muito pelo contrário, os fundamentos dessas comemorações tiveram como eixo a difusão dessa tradição. O poeta Guilherme de Almeida, por exemplo, já citado anteriormente, por conta da sua grande ascendência na imprensa do período, filiou sua produção a essa temática, assim como outros tantos escritores e intelectuais.¹⁶⁴ Para qualificarmos esse endereçamento de influências, precisamos olhar com profundidade o que talvez tenha sido o núcleo da teoria de Paulo Prado sobre a história do povo paulista: *No largo quadro da história paulista, pelos claros-escuros das diferentes épocas, percebe-se nitidamente traçada uma linha curva que assinala a sua grandeza, sua decadência e a sua regeneração [...].*¹⁶⁵

¹⁶³ SAMPAIO, Theodoro. “S. Paulo no tempo de Anchieta”. In: III Centenário do venerável Joseph de Anchieta. Lisboa, editora Aillaud & Cia, 1900, p. 106.

¹⁶⁴ O critério para a escolha dos autores que citamos no decorrer deste trabalho levou em conta sua vinculação com a mídia impressa na época, bem como a reincidência no tratamento do tema. Em geral são autores com forte presença nos principais periódicos que circulavam na época e de grande influência no meio intelectual nacional e paulista.

¹⁶⁵ PRADO, Paulo. Obra citada, p. 59.

Procurando evidenciar essa teoria, o autor representou graficamente o assunto.¹⁶⁶ Ascensão, clímax, decadência e regeneração: a redentora epopéia paulista transcreveu sua natural parábola. Entre as duas pontas, ascensão e regeneração, o período de decadência que fora à sombra de uma São Paulo amorfa e refém no cenário nacional.

Regenerada pela força das idéias do Movimento Modernista e com as armas da Revolução Constitucionalista de 32, São Paulo estabeleceria no progresso a sentença final e o revide. E em reforço à idéia da natural insubmissão do paulista, Paulo Prado associava a constituição e a tipificação racial do homem de São Paulo às particularidades geográficas fundamentadas pelo Caminho do Mar. Essa teoria se filiava ao conceito de *oficina de homens* elaborada por Eduardo Prado¹⁶⁷. Atentemos para as palavras do autor:

Essas dificuldades – subidas a pique pela mata virgem, atoleiros fundos de serra acima, rios a vadear - isolaram durante séculos a montanha da capitania da estreita faixa litorânea, e, portanto, do contato pela navegação com mundo civilizado.

Nas predestinações históricas e étnicas do paulista essa função seletiva do Caminho do Mar é incontestável e providencial para a formação do seu caráter e tipo. A população do planalto conservou-se afastada dos contágios decadentes da raça descobridora [...].¹⁶⁸

Ao contrário de facilitar o contato com o *mundo civilizado*, o Caminho do Mar representou, no entendimento de Paulo Prado, uma possibilidade para o distanciamento. Essa curiosa inversão – um caminho que afasta – possuía muitos imbricamentos, de maneira que o autor arrolou várias justificativas para sistematizar sua modulação.¹⁶⁹ A

¹⁶⁶ Idem, p. 59.

¹⁶⁷ Ver notas 147 e 148.

¹⁶⁸ PRADO, Paulo. Obra citada, pp. 71-72.

¹⁶⁹ Essa proposição é bastante polêmica. Diferente de seu primo, o historiador Caio Prado Júnior desenvolveu uma teoria inversa. Para ele, o caminho do mar teve um caráter singular na história de São Paulo. No clássico estudo “O fator Geográfico na formação e no desenvolvimento da Cidade de São Paulo”, publicado no ano de 1935, o autor fundamentou com clareza a sua teoria: *Como se vê, através de toda a história colonial da capitania, São Paulo ocupa o centro do sistema de comunicações do planalto. Todos os caminhos fluviais ou terrestres que cortam o território paulista vão dar nele e nele se articulam. O contato entre as diferentes regiões povoadas e colonizadas se faz necessariamente pela capital [...]. Mas, não é só esta posição central na grande encruzilhada do planalto que dá a São Paulo na era colonial a preeminência que sempre desfrutou. É ele, além disto, o ponto intermediário, a escala necessária das comunicações entre o planalto e o litoral. É pelo Caminho do Mar, a antiga trilha dos índios transformada em principal artéria da capitania, que se realiza quase todo o contato entre aquelas duas seções do território paulista [...]. Por isso ele é o verdadeiro ponto de articulação da capitania com o mundo exterior [...].* Contrapondo-se a teoria de Paulo Prado que associou o Caminho do Mar à possibilidade de afastamento da população de São Paulo do contato pernicioso do litoral, Caio Prado compreendeu o caminho como o centro da organização econômica da Cidade, principal artéria por onde se bombeava o sangue irrigando o coração da economia brasileira: *Entre o*

decomposição demográfica de Portugal no período da colonização rapidamente levou a cabo o genuíno elemento português, digno da melhor estirpe, ao mesmo tempo que: [...] *a mestiçagem e a corrupção desvirtuavam as qualidades do caráter nacional*.¹⁷⁰ Exilada pelas características geográficas e afastada do contato pernicioso com uma corrupta gente, desenvolveu-se, no Planalto Piratininga um tipo social único e herdeiro direto dos primeiros colonizadores:

Nessa lenta desagregação, na decomposição que foi a morte do Portugal heróico, no deserto piratiningano [...] isolava-se, ao findar o século XVI, um núcleo de rude população quinhentista, que ia aumentar e proliferar protegido pela própria Natureza hostil.¹⁷¹

Guardado pelo clima do planalto e pelas contingências desse caminho, se estabeleceu a própria singularidade de uma região que, em rápido espaço de tempo, consumou a história de São Paulo:

Admirável aplicação tem essa lei biológica na constituição étnica do tipo paulista, habitante segregado do mundo altiplano que defendia uma quase intransitável via de comunicação [...].¹⁷²

Nesse cenário, o encontro do melhor tipo português do século XVI, filho das principais linhagens e gerações lusitanas, com o índio nômade deram origem à *planta-homem*:

Do cruzamento desse índio nômade, habituado ao sertão como um animal à sua mata, e do branco aventureiro, audacioso e forte, surgiu uma raça nova, criada na aspereza de um clima duro, no limiar de uma terra desconhecida. No desenvolvimento

planalto e o litoral, pelo Caminho do Mar, há portanto um intercâmbio intenso. São Paulo como ponto intermediário, como escala necessária deste intercâmbio, auferir dele grandes proveitos. Desde logo, há entre estes dois núcleos, São Paulo e Santos, uma ação recíproca permanente, e a importância de um se projeta fatalmente sobre o outro. Ambos se completam, e no sistema econômico da capitania satisfazem cada qual uma destas funções conexas e inseparavelmente ligadas: centro natural do planalto e porto marítimo. Não fosse a fatalidade da Serra do Mar, e estas duas funções caberiam a um só centro, que englobaria o que hoje constitui as duas cidades. A configuração geográfica do território apartou estas funções. O Caminho do Mar que as articula, restabelecendo a unidade que necessariamente as deve englobar, tira daí toda sua considerável importância [...]. PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1969, pp. 104-107.

¹⁷⁰ PRADO, Paulo. Obra citada, p. 73.

¹⁷¹ Idem, p. 73.

¹⁷² Ibidem, p. 74.

fatal dos elementos étnicos num meio propício, mais do que em outras regiões do país, em São Paulo medrou forte, rude e frondosa a planta-homem.¹⁷³

Modelado nas agruras geográficas do século XVI, esse novo tipo social - o paulista - enfim estaria pronto para uma tarefa mais ousada, a de fazer o Brasil:

Ao findar o século XVI, o caldeamento dos elementos étnicos estava, por assim dizer, realizado no planalto e, com as características de uma raça nova, ia surgir o paulista. Durante quase dois séculos a sua ação na história geral da colônia será contínua e especial. O processo de segregamento, contribuindo tão poderosamente para lhe dar a feição específica, já o preparou para a tarefa que lhe iria competir na formação da nacionalidade brasileira.¹⁷⁴

Entendemos que esses contornos étnicos relativos ao homem paulista, configurados especialmente na obra de Eduardo e Paulo Prado, foram decisivos e providenciais para o desenvolvimento das narrativas publicadas no IV Centenário, provendo seus autores de referências teóricas que se diluíram em congratulações elogiosas ao progresso, à metropolização da cidade e às incomparáveis qualidades de seu povo.

Por outro lado, toda essa tradição correlata ao seletivo núcleo de colonizadores portugueses do século XVI também contribuiu para alimentar as inúmeras narrativas referentes ao mito fundador. A configuração étnica do povo paulista, com base nesse cenário, acentuou sobremaneira o papel dos jesuítas quinhentistas na ocupação do planalto. O enquadramento de José de Anchieta nessa moldura estancou temporariamente o debate sobre sua nacionalidade, na medida em que ele era sempre associado ao grupo de missionários inacianos. O recrudescimento do tema da origem espanhola de Anchieta esteve diretamente articulado às discussões sobre a fundação da Cidade de São Paulo em 1954 e teve como eixo as divergências relativas à escolha do mito fundador, um intrincado debate que precisamos recuperar.

Após recompor rapidamente o encadeamento desse pensamento, bem como as suas origens e filiações, podemos, enfim, retornar ao *corpus* documental.

¹⁷³ Ibidem, p. 78.

¹⁷⁴ Ibidem, p. 79.

2.3. No prenúncio de um conclamado janeiro

O período de maturação das comemorações do IV Centenário de Cidade de São Paulo não se limitou apenas ao ano do aniversário. Em janeiro de 1953, a imprensa já prenunciava com intensidade a escalada do tema. Em campanha política, o então candidato a prefeito Francisco Cardoso, derrotado nas eleições que ocorreriam naquele ano, entremeou sua imagem no enredo constitutivo das comemorações. O texto circundava as referências estabelecidas como paradigmas para as comemorações e a imagem, fiel à moldura da tradição paulista, preconizava os símbolos da melhor linhagem Piratininga: Anchieta, Bandeirantes e o processo de metropolização da Cidade.

Mensagem à Gente de Minha Terra
Paulistas

São Paulo faz hoje, 399 anos. Dentro de 12 meses, a cidade completará seu quarto centenário. De todos os cantos da terra, homens seduzidos pelos índices de nosso surto industrial econômico acorrerão a visitar o planalto Piratininga.

Devemos empenhar-nos para que, então a água jorre mais abundante das torneiras de todas as nossas casas, para que o milagre da energia elétrica ilumine fartamente as nossas ruas e acione generosamente, num regime de pleno rendimento, a maquinaria de todas as fábricas.

Devemos cuidar de que a nossa população e os nossos visitantes desfrutem transporte suficiente e adequado. As nossas ruas precisam ser calçadas – os bairros e as vilas reclamam saneamento, criando-se, para o Povo, condições de vida indispensáveis à própria vida humana. São Paulo exige a multiplicação de suas escolas, parques infantis, centros de saúde, e postos de puericultura.

A metrópole cresceu depressa demais. E é disto que São Paulo padece, mas é também disto que São Paulo se orgulha.

A cidade, contudo, dispõe de seiva e de força para suprir aos reclamos de um progresso incoercível. Aos que não desanimam diante de obstáculos mais aparentes do que reais – e que são todos os que aqui vivem e trabalham – aos que crêem em São Paulo – o prodígio de que o Brasil se desvanecer – a minha saudação de quem acredita firmemente, profundamente, na fibra dos que estão a construir esta maravilhosa metrópole gigantesca.¹⁷⁵

¹⁷⁵ Jornal *O Estado de S. Paulo*, 25.01.1953, p. 5.

Fig. 29. O cartaz do candidato loteou de símbolos todos os espaços possíveis da propaganda: Anchieta, Bandeirante, Bandeiras do Brasil e de São Paulo e a imagem da Cidade já verticalizada com o Banco Banespa ao fundo. Jornal *O Estado de S. Paulo*, 25.01.1954, p. 5.

Preocupado em agradar a todos os grupos sociais da Cidade, o candidato estrategicamente fixou sua fala entre os interstícios do progresso e do atraso. É fato que o desenvolvimento de São Paulo no período não se fez sem ampliar as contradições econômicas e sociais.¹⁷⁶ Contudo, a imagem que acompanhava a propaganda instituiu uma rota para a redenção, inserindo-a na mesma paisagem também escolhida por outros

¹⁷⁶ No capítulo 3 discutiremos com mais profundidade o crescimento das tensões sociais e das contradições geradas pelo afluxo da modernidade na Cidade de São Paulo. Pensamos, especificamente, de que maneira o tema também foi apresentado nos jornais, à contrapelo dos louvores que amplificavam o jargão “a cidade que mais cresce no mundo”.

anúncios para vender bens de consumo ou divulgar a expansão de serviços e atividades. Essa ambigüidade na formatação da narrativa, que apareceu outras vezes em muitos documentos, faz pensar nos quatrocentos anos como um espaço privilegiado para remir as divergências que pudessem ameaçar a consagração da urbe paulistana à frente do cenário nacional.¹⁷⁷

A perspectiva do evento, que só ocorreria um ano depois, elaborou o encadeamento de temas que contrapunham os símbolos da modernidade paulista à letargia nacional. Tratava-se, naquele momento, de fazer o Brasil espelhado nos exemplos que reverenciavam São Paulo. *Oficina de homens*, e *planta-gente* do país, a Cidade apresentava o seu projeto para toda a nação.

Uma campanha lançada no mesmo jornal, no mesmo dia 25 de janeiro de 1953, dimensionou essa missão em tom de cruzada: *Campanha Pela Formação de Uma Elite Nacional*.

Uma geração melhor para o Brasil! Homens de boa vontade lançam as bases da educação integral da juventude para formar brasileiros responsáveis e, sobretudo dotadas de plena consciência dos seus deveres cívicos e morais!¹⁷⁸

O texto que justificava a campanha era igualmente seletivo.

O Brasil reclama Homens, na Integral acepção da palavra, para o comando dos seus destinos. Ressente-se do concurso de espíritos esclarecidos e caracteres bem formados. Carece de gerentes, diretores, chefes, condutores e líderes. Onde recrutá-los? Só uma juventude bem formada nos sadios princípios da educação integral poderá responder [...]. Daí a campanha pela formação de uma elite nacional [...].¹⁷⁹

Seguiu na elaboração do texto, as principais ações desenvolvidas pela campanha: criação de escolas para a formação de homens públicos, futuros dirigentes e administradores; culto de dever cívico e moral como fundamento da educação da

¹⁷⁷ Todavia, essas contradições eram bem maiores do que previa o candidato, de forma que o lema de sua campanha “Para uma grande cidade – um grande Prefeito” não decolou, talvez, porque a mensagem repicou apenas nos setores mais beneficiados pelo progresso. Mais adiante, retornaremos novamente ao tema, arrolando outros documentos em que essa contradição se perfaz.

¹⁷⁸ Jornal *O Estado de S. Paulo*. 25.01.1953, p. 11.

¹⁷⁹ Idem, p.11.

juventude; seleção de valores morais e intelectuais sem distinção de classes sociais; e bolsas gratuitas para os melhores alunos primários do Brasil.¹⁸⁰

A lógica da renovação, sugerida pelo artigo, vinculava-se ao desenvolvimento de um projeto de conciliação nacional endereçada à redenção imposta pela modernidade que repercutia nas transformações urbanas. Dessa maneira, a *seiva paulista*, como então sugeria o candidato derrotado, falhou na tentativa de articular os diversos grupos sociais com interesses diferentes e de difícil conciliação na modulação do espaço na Cidade. Malgrado esses impasses, a quase quatrocentona Cidade aparentemente despertava das páginas de seus periódicos, jovial e renovada, preparada para encarar os novos desafios impostos pelo mundo moderno. Engajados nessa *batalha pela renovação*¹⁸¹, notórias expressões da sociedade brasileira assinaram o artigo.

Analisada como um evento isolado no extenso repertório de ações que já prenunciavam, em 1953, o glamour das comemorações que ocorreriam somente em 1954, essa campanha não possuiu grande significado. Todavia, quando dimensionamos e entremeamos o tema com base em outros eventos que aconteceram em 1953, o assunto ganha outras proporções. Um fato em particular espelhou e sinalizou a viabilidade dessa articulação: a inauguração do Monumento às Bandeiras.

Tratado pela imprensa como um dos acontecimentos mais significativos daquele aniversário, o evento enunciou, na arquitetura da cidade, vários temas que apareciam diluídos entre falas e discursos, mas que estruturalmente se constituíam como hegemônicos na formação dos atributos da paulistanidade:

Despojado e cheio de força, o Monumento às Bandeiras exprime pela linha ascensional que vai da última à primeira figura, a todas unindo num mesmo movimento, o ímpeto que fazia os desbravadores avançarem sempre.¹⁸²

Os verbos “avançar” e “unir” foram aqui conjugados no sentido de paramentar o progresso da Cidade com base nos desafios do passado, atualizando para o século XX a epopéia das Bandeiras. A sinonímia com que se apresentavam as nomenclaturas sobre os

¹⁸⁰ Ibidem, p.11.

¹⁸¹ Ibidem, p.11. A lista de apoios pincelou personalidades de todo o país.

¹⁸² Jornal *O Estado de S. Paulo*, 25.01.1953, p. 13.

moradores da cidade convergia para que a comemoração agregasse, tal qual os personagens modelados por Victor Brecheret, um movimento uniforme e coeso em direção ao futuro.

Na mesma página, destacava-se a íntegra do discurso pronunciado pelo governador Armando Salles de Oliveira, em 1936, no lançamento do projeto. Outra vez, tempos diversos se enovelavam para tecer o fio que compunha e dava sentido à tradição, remontando períodos e acontecimentos que se transformava em fatos coevos.

Nesse sentido, tanto a fala do governador quanto o próprio monumento são coetâneos, na medida em que cingiram, em um mesmo ato, tempos e contextos históricos diferentes.

[...] É como de tudo isso, de autoridade, de disciplina, de hierarquia, de solidariedade, de ação inteligente e construtora, de um largo, generoso e fecundo idealismo – de tudo isto é que o Brasil precisa, propõe-se que esse monumento seja levantado numa praça de São Paulo, atestando o desejo dos paulistas de renovar os princípios e os feitos que constituíram os fundamentos da nacionalidade [...].¹⁸³

No Editorial do Jornal *Correio Paulistano*, de 27 janeiro de 1953, a inauguração do monumento também foi apresentada com entusiasmo. Com elogios ao governador, o editor relevou a importância simbólica do monumento para a Cidade:

Um belo exemplo num grande dia deu o governo do Estado às comemorações do 399.o aniversário da cidade de S. Paulo, que culminaram com a inauguração do Monumento às Bandeiras, um cunho de superior impessoalidade, que devemos aqui assinalar [...].

Uma cidade tem quase sempre o seu fundador, aquele que abriu, com o seu gesto fecundo, mais um caminho para o destino. Porém, esse fundador [...] não fica só com a perene glória da fundação, o que explica, de um certo modo, as divergências que, a esse respeito, existem em quase todas as cidades monumentais, como ainda existe na própria Piratininga a propósito de Nóbrega e Anchieta [...].¹⁸⁴

O editor revelava com muita precisão a intensidade do debate que aconteceria em relação ao fundador da Cidade. O Monumento às Bandeiras não fazia qualquer referência aos jesuítas. Muito menos a região que se completaria, para a festa, com a inauguração do parque, fazia referência aos religiosos. No entanto, se a obra de Brecheret, como bem

¹⁸³ Idem, p. 13.

¹⁸⁴ Jornal *Correio Paulistano*, 27.01.1953, p. 04.

sugeriu o autor, se definia pelo conceito de impessoalidade, em especial com relação à figura dos célebres inacianos, nem por isso ela carecia de significados: índios, negros e brancos apareciam ali muito bem representados.¹⁸⁵

Edificado na praça análoga à extensa área que viria a ser, em 1954, o Parque Ibirapuera, o Monumento às Bandeiras se constituiu, juntamente com o Espiral do IV Centenário e o Monumento e Mausoléu ao Soldado Constitucionalista de 32, em uma imagem reincidente e de referência no chamamento às comemorações¹⁸⁶. Como bem destacou Nicolau Sevcenko, essa *febre estatutária* tinha por objetivo a intensificação de discursos visuais com caráter extensivo que

[...] funcionavam como um cenário simbólico-político a estimular, salientar e confirmar disposições emocionais, regularizadas na interação dos habitantes com o espaço público. A outra parte, a cena propriamente, pela qual ações contínuas se compunham numa narrativa, que tanto era a história da cidade quanto a cidade na história, era desencadeada pelos festivais modernos, nos quais a população como um todo era, ao mesmo tempo, um dos personagens e o público. Tais rituais modernos guardavam relação com seus antecessores arcaicos, na medida em que seu propósito era despertar entusiasmo, gerar euforia [...].¹⁸⁷

Dessa maneira, a simbologia criada por Brecheret foi utilizada como emblema do crescimento da Cidade e evocativa para os discursos recorrentes ao tema da fundação.

A proposta de construção desse monumento remontava às comemorações do centenário da Independência do Brasil, idealizado pelo grupo de intelectuais e de artistas que articularam o Movimento Modernista de 22. A obra protagonizava o papel dos Bandeirantes no intrépido avanço colonizador e na conquista do território paulista e brasileiro, de certa maneira associativos aos desafios enfrentados pelos patrícios de Brecheret em seu périplo imigratório.¹⁸⁸ A identidade paulista, circunscrita nas alegorias da obra, firmava-se por sua origem Bandeirante, compondo novos e velhos personagens em

¹⁸⁵ Ver GARCEZ, Paulo. “O Parque do Ibirapuera e a Construção da Identidade Paulista”. *Anais do Museu Paulista*, vol. 6/7, 2003, p. 18.

¹⁸⁶ Este último teria a sua inauguração parcial apenas em 1955, contudo, em 1954 foram depostos os primeiros restos mortais no mausoléu. Idem, p. 20. Ver também BORGES, Vavy Pacheco e COHEN, Ilka Stern. “A Cidade como palco: os movimentos armados de 1924, 1930 e 1932”. In: PORTA, Paula (org). *Obra citada*, p. 338.

¹⁸⁷ SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992, p. 99.

¹⁸⁸ Ver GARCEZ, Paulo. *Obra Citada*, p. 14.

uma novela ininterrupta e progressiva em direção ao progresso do futuro. O vacilo do governador Washington Luis em encampar o projeto naquele momento decorria das fissuras políticas entre os grupos locais e que, posteriormente, resultariam na criação do Partido Democrático em oposição ao partido do governador.¹⁸⁹ Em resumo, essas contendas sobre a paternidade de um monumento de reverência às Bandeiras embutiam fissuras intraclasses prorrogadas com base na ampliação de novos quadros sociais e econômicos naquele pós-guerra.

Três décadas mais tarde, às voltas com o IV Centenário da Cidade de São Paulo, o monumento ainda guardava suas significações de origem, mas agregava também uma nova força identitária. Exaurido das fraturas regionais que postergaram sua inauguração, o monumento encetava agora uma nova conjuntura nacional e as pretensões protagonistas de São Paulo, irmanando bandeirantes, paulistas e brasileiros. Sobre esse estático cenário desenhou-se uma infinidade de representações que entrelaçaram a festa, a comemoração e seus inúmeros mitos constitutivos. Em fidelidade, o corpo dos textos acompanhou a mesma diretiva.

Neste anúncio, o monumento se transformou na própria Cidade, fundindo e associando os diversos produtos massificados pelo crescimento da indústria de bens de consumo duráveis às variáveis nomeadas como estruturantes do seu progresso.

¹⁸⁹ Nicolau Sevcenko circulou com clareza o momento: *A velha ordem social esboreava por todo lado, assumindo novas configurações, em especial, nos contextos críticos da Guerra e do imediato pós-guerra. Compreendendo, lúcido, todo o potencial político dessa reestruturação, Washington Luís compromete a sua plataforma para o governo estadual de 1920 com os novos grupos emergentes. Desde então, as entidades representativas do grande latifúndio cafeeiro tradicional [...] seriam alijadas do circuito de tomada de decisões e os governos fortes passariam a controlar a situação a partir do apoio das novas classes. Sua resposta viria pela criação do Partido Democrático, em 1926, pelo conselheiro Antônio Prado e pela revolução de 1930.* Obra citada, pp. 245-246.

São Paulo comemora com justo orgulho o 4.º Centenário de sua fundação — 400 anos de uma história rica de episódios em que ressaltam o arrojo e a energia. A cada instante, e por todos os lados, surge o maravilhoso espetáculo de um progresso sem paralelo na América. E no quadro desse vertiginoso desenvolvimento, a General Electric está honrosamente representada por produtos indispensáveis ao conforto da vida moderna: lâmpadas que brilham nas ruas, nas lares e nos escritórios; inúmeros aparelhos de uso doméstico; motores que aceleram o ritmo da produção nas fábricas e oficinas; locomotivas que cortam o Estado em todas as direções.

ÊSTE MONUMENTO QUE É SÃO PAULO

Ao monumento de progresso que é São Paulo se funde o monograma G-E — símbolo de 75 anos de pesquisas e experiências em benefício dos povos. As fábricas Santo André e São Paulo — produzindo motores, refrigeradores, rádios e outros produtos essenciais totalmente absorvidos pelo mercado interno — constituem a melhor afirmativa.

Visite o Pavilhão da G-E na Exposição do 4.º Centenário, para ver o que de mais moderno e aperfeiçoado a G-E produz.

V. pode confiar na
GENERAL ELECTRIC S. A.

SÍMBOLO DE EXCELÊNCIA
NA INDÚSTRIA E NO LAR

Fig. 30. As duas imagens se utilizaram da força simbólica do Monumento às Bandeiras para endereçar suas mensagens. Na publicidade da empresa, seus produtos se fundem às características apontadas como enobrecedoras na configuração moderna da cidade: *São Paulo comemora com justo orgulho o 4º Centenário da sua fundação – 400 anos de uma história rica de episódios em que ressaltam o arrojo e a energia. A cada instante, e por todos os lados, surge o maravilhoso espetáculo de um progresso sem paralelo na América.* Já no cartaz do Grande Prêmio 25 de janeiro, o monumento aparece como emblema da fundação, numa referência explícita ao mito do bandeirantismo. Os versos de Olavo Bilac parecem anacrônicos diante da força monumental do “empurra-empurra”.
Jornal *O Estado de S. Paulo*, 25.01.1954, p. 93.

Com os versos do poeta Olavo Bilac, o Jockey Club de São Paulo anunciou o Grande Prêmio do 25 de janeiro. No cartaz, apenas os cavalos de Brecheret. A batalha eqüestre reencarnava a epopéia bandeirante, e os anônimos atletas do hipódromo paulista deram lugar aos augustos bandeirantes.

GRANDE PRÊMIO

25 DE JANEIRO

**25 DE JANEIRO. FUNDAÇÃO DA CIDADE.
MARCO INICIAL DA EPOPÉIA DAS BANDEIRAS.**

*Foi em março, ao findar das chuvas, quase à entrada
do outono, quando a terra, em sede requemada,
Bebêra longamente as águas da estação,
- Que, em bandeira, buscando esmeraldas e prata,
À frente dos pões filhos da rude mata
Fernão Dias Paes Leme entrou pelo sertão.*

OLAVO BILAC

DIA 25 DE JANEIRO

Cr\$ 500.000,00 à vencedora!

Em 2.000 metros

competindo:

LA VISION, IMPRESIVA, LADY WINT, BÓIA ESTRÊLA, FANFAN, LOCUTORA, EDASTRIA,
EXTRA, OKINAWA, DONA LORENA, JACITARA, RETOUCHE, LA ROUGE,
JUBILOSA, COTE D'ESPAGNE, GRINDELIA e BACKLASH.

JOCKEY CLUB DE SÃO PAULO

HIPÓDROMO PAULISTANO
CIDADE JARDIM

Fig. 31. Jornal *O Estado de S. Paulo*, 25.01.1954, p. 113.

Com a inauguração do Parque Ibirapuera em 1954, a Cidade conquistou também um novo espaço para a evocação de sua memória, de maneira que as imagens que se vinculavam a seu desenvolvimento acoplavam diversas significações. A fixação do monumento no entroncamento da Avenida Brasil e nas mediações do parque materializava uma intrínseca simbologia.

*Ergue-se a grande massa escultórica a simbolizar toda uma fase da vida nacional*¹⁹⁰: assim estampou a ufanista reportagem que o jornal dedicou ao assunto, anunciando o desafio de elaborar os sinais da nacionalidade brasileira, a partir da multiplicação desses marcos que se instituíam na difusão da memória social paulista.

As projeções do que viria a ser o futuro parque vincularam-se com força na mídia. A divulgação do croqui do parque e o anúncio da Exposição-Feira Internacional de São Paulo pela Comissão do IV Centenário revelavam que a vocação do espaço continha atributos que transcendiam os aspectos aeróbicos.

Fig. 32. No croqui do projeto do Parque do Ibirapuera, divulgado com entusiasmo na imprensa na Cidade, aparece a configuração total da sua área, saudada na época como o mais moderno dos parques brasileiros. *Jornal Correio Paulistano*, 29.01.1953, p. 8.

¹⁹⁰ *Jornal O Estado de S. Paulo*, 25.01.1953, p. 13.

A projeção do local como um ponto chave na difusão dos atributos simbólicos endereçados pelas comemorações do IV Centenário beneficiou os empreendimentos que para ali se direcionaram, projetando a visão de uma São Paulo precursora e vanguarda na modernização capitalista expressa na multiplicação de empresas e de serviços.

Fig. 33. O cartaz da Comissão do IV Centenário anuncia as empresas interessadas na realização da *Exposição-Feira Internacional de São Paulo* que aconteceria no Parque do Ibirapuera. A vinculação com a imagem do espiral símbolo dos quatrocentos anos e a projeção de uma Cidade com traços industriais projetaram a importância do evento. *Jornal Correio Paulistano*, 03.01.1953, p. 3.

Guardião da entrada do parque, o espiral anunciava a Exposição-Feira Internacional de São Paulo e enobrecia seus empreendimentos pelos vínculos que se entrelaçavam ao desenvolvimento do país: *Participando das atividades [...] estarão prestigiando um empreendimento de duradoura projeção na vida social, cultural e econômica do Brasil.*¹⁹¹

Passados doze meses, confirmavam-se todas as projeções e o parque estava finalmente pronto para assumir sua função identitária. Em janeiro de 1954, o mesmo jornal anunciava, pela voz da comissão, a extensão da marquise aos setores comerciais:

¹⁹¹ *Jornal Correio Paulistano*, 03.01.1953, p. 3.

Fig. 34. No cartaz a configuração da futura marquise do Ibirapuera reforçou o convite ao comércio de São Paulo para participar do grande certame, a fim de assegurar o seu brilho e êxito. *Jornal Correio Paulistano*, 30.01.1954, p. 5.

Paulo Garcez, em artigo intitulado “O Parque do Ibirapuera e a Construção da Identidade Paulista” constatou o tema. Valemo-nos dele para acompanhar esse entrelaçamento simbólico e demarcar os elementos com função identitária:

Ponto privilegiado de lazer da capital paulista a partir da segunda metade desse século, o parque foi escolhido pelas autoridades públicas para acolher três dos maiores empreendimentos artísticos de caráter monumental realizados até o IV centenário da cidade de São Paulo: o Monumento às Bandeiras, o Monumento e Mausoléu ao Soldado Constitucionalista de 1932 e as edificações da exposição comemorativa do aniversário da cidade, realizado em 1954. Concentram-se ali os símbolos de caráter comunitário, propostos ou subsidiados pelo poder público, todos eles diretamente ligados à representação da identidade paulista, do ser paulista, atos afirmativos

necessariamente impactantes em anos de grandes transformações demográficas, sociais e culturais não só para a cidade, como para seu estado e para o próprio país.¹⁹²

O autor destacou, assim, a preocupação de *círculos culturais articulados ao poder público no esforço por dotar a capital de símbolos que evidenciassem, ou unissem os muitos e múltiplos paulistas*.¹⁹³ Um projeto que resultou na clivagem de tempos e conceitos diferentes, possibilitando que os bandeirantes fossem por isso mesmo agraciados no decorrer do século XX, como sinônimos do *ser paulista*.¹⁹⁴ A genealogia dessa clivagem também remonta, como já dissemos sobre as Conferências Anchiéticas, à filiação temática com a *Geração de 70* e ao esforço intelectual de Paulo Prado e de alguns autores que se filiaram a sua obra.

Ainda que não tenha se referido diretamente a esses autores, Paulo Garcez chegou por outros caminhos ao mesmo problema, demonstrando a pertinência desse entrelaçamento ideológico que possibilitou agregar, em um mesmo campo histórico, personagens de origens diversas:

Estavam, portanto ultimadas as bases para a reconciliação ideológica entre as elites e o passado paulista, lançando mão de uma construção simbólica elástica, capaz não só de permitir a coesão das camadas dirigentes mas também a clivagem entre elas e os demais paulistas do século XX – bem como entre estes e os demais brasileiros.¹⁹⁵

Dessa maneira, a *elasticidade simbólica* apontada pelo autor possibilitou a regeneração da imagem dos bandeirantes no decorrer do século XX, contribuindo para que o mito se transformasse, na medida em que se aproximavam as comemorações previstas para o IV Centenário, em sinônimo identitário para o paulista e contornasse os aspectos históricos que, no passado, os colocavam em conflito com outros agentes que também atuaram na colonização, especialmente os jesuítas.¹⁹⁶

¹⁹² GARCEZ, Paulo. Obra citada, p. 9.

¹⁹³ Ibidem, pp. 9-10.

¹⁹⁴ Ibidem, p. 10.

¹⁹⁵ Ibidem, p. 13.

¹⁹⁶ Nas cartas endereçadas por Anchieta aos seus superiores na Europa, as críticas ao tratamento dispensado pelos colonos aos índios são muito fortes. A política de aldeamento sofreu grande oposição por parte dos colonos portugueses. Nos trechos que escolhemos, a referência ao conflito é explícita: *O que mais espanta aos índios e os faz fugir dos portugueses, e por consequência das igrejas, são as tiranias que com eles usam obrigando-os a servir toda a sua vida como escravos, apartando mulheres de maridos, pais de filhos, ferrando-os, vendendo-os [...]. Por aqui se vê que os maiores impedimentos nascem dos portugueses, e o*

Em geral, na documentação que levantamos sobre o 9 de julho do IV Centenário, essa associação nos parece bastante intensa.

No editorial do jornal *Correio Paulistano*, por exemplo, publicado em homenagem ao aniversário da Revolução Constitucionalista, essa reaproximação foi imediata, sobretudo ao evocar São Paulo como a *cidade de Anchieta* e, em seguida, nomear sua população como a *gente bandeirante*:

[...] a cidade de Anchieta vive horas de intensa emoção e júbilo cívico. As oitenta e duas bandeiras das treze listas enfileiradas dos dois lados da monumental obra de arte, com o topo dos mastros terminando em ponta de lança, evocam os soldados de 32, enfileirados em marcha contra a opressão e dispostos a morrer pelo restabelecimento do regime da lei e das liberdades democráticas, clima em que São Paulo nasceu e se habituou a viver e sem o qual o país todo viria sucumbir sufocado [...].¹⁹⁷

[...] a recordação de toda uma epopéia de desprendimento e sacrifício, durante a qual a gente bandeirante provou ser digna de seus valentes antepassados [...].¹⁹⁸

Em outro artigo, assinado pela colunista Nadyr Martins e publicado dois dias depois no mesmo jornal, novamente o nome de Anchieta aparecia vinculado à epopéia bandeirante:

São Paulo – Traço forte da nacionalidade, berço dos Bandeirantes, ponto de partida de desbravadores de rios e matas, levando aos mais inóspitos e longínquos rincões os princípios de civilização cristã, orientados pela fé em Anchieta, desde os primórdios, S. Paulo foi o batalhador invicto para e pela grande Pátria – o Brasil!

S. Paulo, usina de progresso nacional, de portas abertas a todos quantos aqui aportam no desejo de trabalhar, progredir – VENCER [...].¹⁹⁹

Ao nomear a Cidade como uma grande *usina de progresso*, a colunista lembrou as cisões históricas produzidas no passado. Mais do que uma Cidade e um povo, São Paulo representava a materialização de um princípio familiar em que Bandeirantes e Jesuítas eram os próprios irmãos:

primeiro é não haver neles zelo da salvação dos índios. ANCHIETA, José. *Textos Históricos. Obras completas*. São Paulo: Edições Loyola, 1989, p. 63. Em nossa dissertação de mestrado, destacamos com profundidade o problema. QUARENTA, Ednilson Aparecido. Obra citada, pp. 23-24.

¹⁹⁷ Jornal *Correio Paulistano*, 09.07.1954, p. 7.

¹⁹⁸ Idem, p. 7.

¹⁹⁹ Jornal *Correio Paulistano*, 11.07.1954, p. 11.

No anúncio, uma nova cidade despertava grandiosa na moldura do espiral do IV Centenário, entre as idiossincrasias da simplória imagem de Anchieta a catequizar os índios. Sem interrupções, passado e presente se mesclavam aos inúmeros empreendimentos desenvolvidos pela empresa.

No suplemento especial desse mesmo jornal, um poema em homenagem a Guilherme de Almeida fazia jus a seu nome: “Exortação ao Soldado Paulista”. Numa imagem impávida, a representação do resoluto soldado se fundia à Bandeira do Estado. O poema também pode ser entendido como uma ode ao ciclo do café.

Fig. 36

A imagem do solitário soldado anunciando a Guilherme de Almeida que a história paulista se multiplicava como pés de cafés em soldados constituintes colocou, no centro da cena, a fidelidade com as agruras paulistas do passado. *Jornal Correio Paulistano*, 11.07.1954, p.1.

*Quando um cafeeiro perece, vê que exemplo singular! Outro soldado aparece marchando no seu lugar.*²⁰²

O entroncamento das tradições aqui se articulava também ao ciclo econômico responsável pelo desenvolvimento industrial do Estado. *Imita os teus cafeeiros*²⁰³, aconselhavam as rimas do poema. A dedicatória ao presidente da Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo e o resgate da aristocracia cafeeira com suas tradicionais famílias paulistas desenvolviam o argumento da obra. Como uma orgânica teia, gerações e personagens regressavam à ribalta, subsidiando e alimentando com seus diversos significados o estatuto social daquele momento.

Em um pequeno poema intitulado *Bandeira Paulista*, publicado também na edição de 9 de julho, essa moldura novamente se perfazia. Respondendo às dúvidas da curiosa criança, relativas à bandeira de São Paulo, eufórica a mãe conclamava *o porvir e o passado*.²⁰⁴

No artigo “9 de julho”, assinado pelo cronista Oswaldo Correa, a aproximação de gerações e o conseqüente estreitamento das narrativas que escoltavam as festividades do IV Centenário, os fundamentos da tradição paulista estavam radicalmente colocados.

Com base nos particularismos desse povo, o autor ornamentou a sua narrativa:

A gente paulista [...] Brasileiro como o mais nacionalista dos brasileiros, sempre cumpriu, com desvelo, dedicação e entusiasmo, suas obrigações para com a Pátria [...].

Os pais já contaram a seus filhos e os avôs a seus netos como é que os paulistas procederam. Foram grandes como os bandeirantes há quatrocentos anos²⁰⁵.

O encontro desses antigos e novos paulistas viabilizava o enquadramento da memória social. Comungando os mesmos ícones e estruturando os ritos que se popularizavam no decorrer das festas, essas narrativas protagonizavam a regeneração das

²⁰² Jornal *Correio Paulistano*, 11.07.1954, p. 1.

²⁰³ Todos os versos do curto poema faziam menção direta ao ciclo do café. Vejamos: *Por teu passado e o futuro. Rompendo entre os cafezais. Acerta o passo seguro. Não retrocedas jamais; Deste solo abençoado. Em marcha pelo espigão. Cada cafeeiro é um soldado. A conquista do sertão; Dos cafezais no regaço. Segue o exemplo que te dei. Paulista, acelera o passo. Pela vitória da lei.* Idem, p. 1.

²⁰⁴ Jornal *Correio Paulistano*, 09.07.1954, p. 8. O poema é de autoria de Isabel V. de Serpa e Paiva, e igualmente evoca a tradição paulista para subsidiar os seus argumentos. Nos versos finais, essa aproximação fica ainda mais clara: *E, como brasileiro, tu és paulista! Quando a vires, descobre-te meu filho. Pois ela é tudo o que teu lar encerra! Tua mamãe, teu pai... É esplendor! É brilho! É glória, é tradição, é nossa terra!*

²⁰⁵ Jornal *Correio Paulistano*, 09.07.1954, p. 6.

fissuras e distensões que interromperam a marcha progressiva da hegemonia paulista no cenário nacional.

No anúncio de lançamento de obra *História da Civilização Paulista* do escritor Aureliano Leite, esses pressupostos foram articulados com precisão. Com grandiosas letras, plantadas sobre as treze tradicionais listras da bandeira de São Paulo e sublinhado pelos ramos do café, o compulsório chamamento: *Paulista!*

Um livro que não pode *faltar em cada casa de um verdadeiro paulista*, um povo adjetivado aqui em superioridade ao próprio conceito de brasileiro.

PAULISTA!

CONHEÇA A HISTÓRIA DE SUA TERRA!
dos tempos coloniais aos dias atuais!

A obra máxima de Aureliano Leite, fruto de cuidadosa pesquisa e criteriosa observação dos fatos, com centenas de gravuras ilustrativas, é um livro que não pode faltar em cada casa de um verdadeiro paulista!

- Narrativa de todos os acontecimentos em ordem cronológica
- Dados biográficos sobre as principais famílias de São Paulo
- Reprodução dos Brasões D'Armas de nossas principais cidades
- Seiscentas páginas de leitura proveitosa e empolgante
- Apresentação gráfica luxuosa, em papel couchê, formato 33 x 23.

PREÇO DE CADA EXEMPLAR (BR.)
Cr\$ 600,00

A VENDA EM TODAS AS LIVRARIAS

PEDIDOS: **SARAIVA S.A.** Livreiros Editores

Lga. do Ouvidor, 28
— C. Postal, 2362 - S. Paulo

EDICÃO SARAIVA 1954

Fig. 37. Um compêndio que plasmava num só volume “toda a história da civilização bandeirante”. *Jornal Correio Paulistano*, 09.07.1954, p. 6.

Na análise de Nicolau Sevcenko, esse frisson identitário produziu, já na década de 1920, *o enquadramento de um círculo simbólico*. Com propriedade o autor nos adverte para:

O quanto esses deslizamentos, sobreposições e fusões entre tradição, nativismo, modernidade e cultura popular eram efeitos deliberados, o quanto eram contingências imponderáveis das condições de urbanização, transformação tecnológica e oscilações na estrutura sócio-econômica, é um limiar difícil de distinguir [...].²⁰⁶

Seja como for, a elaboração dessa memória social forjada à baila de inúmeras idiossincrasias e contradições da história paulista projetou para o final da década de 1940 um frenético mosaico de peças disformes e moldura simétrica.

Refazendo o percurso da montagem desse intrincado cenário, o historiador evidenciou que essa tradição prenunciava um deslocamento político que daria o tom às narrativas e aos discursos dominantes subseqüentes:

[...] A mudança drástica que se observava na cena paulista, portanto, era o preâmbulo da mudança de um regime que se assentava até ali sobre a gestão autoritária de uma elite esclarecida europeizada. Do seu desmoronamento derivaria uma nova prática política baseada num consenso criado pela saturação de propaganda nacionalista e popular, controlado por uma categoria de técnicos que se arrogam o poder de transformar a simbologia da modernidade numa utopia concreta.²⁰⁷

A farta divulgação dessas narrativas e imagens, produzidas sob o crivo da tensão identitária, organizou a cena, o enredo do épico drama e a indumentária de seus personagens.

Sem a bucólica neblina, a Cidade abria-se aos devaneios do mundo moderno. A selva urbana, verticalizada pelo cimento armado, projetava no horizonte os seus mitos em uma emblemática imagem, com argumento e roteiro final fidedignos.

²⁰⁶ SEVCENKO, Nicolau. Obra citada, p. 250.

²⁰⁷ Idem, p. 256.

Fig. 38. Como dois aderentes signos, Anchieta e a clássica imagem do bandeirante pousam predestinadamente sobre o desenho da Cidade moderna e verticalizada.
Jornal *O Estado de S. Paulo*, 25.01.1954, p 84.

A mensagem da rede de eletrodomésticos, abaixo, pronuncia o louvor ao trabalho de uma nação edificada sobre o espectro da fé. A *garoante cidade do planalto*, de que o texto nos fala, emerge imponente no horizonte, mas curiosamente sem a sua tradicional garoa. Ao mesmo tempo, o traçado moderno de seus edifícios projeta no céu, como grandes iluminuras, os ardentes símbolos de um passado que se cristaliza sem remorso e como “apanágio” de todos os paulistas e paulistanos.

Data que foge ao significado comum de comemoração ao quarto centenário da fundação da “metrópole do trabalho”. Porque este 25 de janeiro é a festa mesma do próprio trabalho, uma epopéia luminosa da fé no amanhã da nacionalidade, um processo de arrojo escrito com as bênçãos de Deus no alvorecer garoante da cidade do planalto! 25 de janeiro de 1954 – data igualmente festiva para todos os que colaboraram na sinfonia estuarde de operosidade e de progresso, de confiança no futuro da pátria, de labor contínuo para o benefício da coletividade – apanágio dos paulistas e dos paulistanos de todos os tempos.²⁰⁸

A moldura dessa imagem aparece replicada em outras tantas propagandas, anúncios e cartazes que encontramos no período. Uma intrigante e difusa associação que aproximou os bandeirantes dos dois ilustres jesuítas quinhentistas, Nóbrega e Anchieta.

No anúncio da Construtora Monções, por exemplo, essa bricolagem se esforçou para flagrar em uma única lente esses personagens que aparecem em momentos diversos. O título da propaganda denuncia esse complexo alinhamento: *A contribuição da Monções para o progresso de São Paulo*²⁰⁹.

Em uma primeira tomada, pensamos que o texto é efusivo às expedições que partiam pelos rios de São Paulo estabelecendo contato comercial com outras capitânias. No entanto, na medida em que avançamos na leitura do cartaz, percebemos que o anúncio se refere aos empreendimentos difundidos por uma expressiva empresa intimamente envolvida no processo de verticalização em curso na Cidade.

A junção dessa mensagem em um único emblema unificou empreendimentos de tempos diversos – empresa e fato histórico - que, nomeados na mesma esfera simbólica se apresentou como instituições homólogas.

²⁰⁸ Jornal *O Estado de S. Paulo*, 25.01.1954, p. 84.

²⁰⁹ Jornal *Correio Paulistano*, 24.01.1954, p. 32.

No passado das tuas bandeiras, ai está, São Paulo, a melhor certeza do teu futuro magnífico antevisto no esplendor do teu presente .

Terra dos Bandeirantes, os ciclóticos gigantes cujas botas marcaram as coxilhas deixaram rastros na Amazônia, afundaram-se pelo litoral e compassaram o Oeste da Pátria Brasileira... as tuas singulares virtudes permaneceram hoje ainda mais palpitantes do que ontem se os Bandeirantes tiveram o seu progresso limitado pelas divisas da Pátria ou pelas espumas do mar, aos seus filhos de hoje, os paulistas não mais importam essas linhas, resolvidos a fazer-te crescer e expandir no sentido vertical rumo ao céu e aos espaços infinitos, sem outro limite que não o da sua própria inteligência!

Fonte perene de estímulo à iniciativa, às realizações e ao civismo, és um esplêndido monumento homenageando o trabalho e o dinamismo dos teus próprios filhos.

E a Monções, cujo nome propositadamente evoca uma das tuas mais caras epopéias, neste teu dia de glórias, em que, há quatrocentos anos do teu berço, engatinhas os primeiros passos na senda luminosa do futuro, rejubila-se, felicitando-te e felicitando-se, porque tem crescido e crescerá contigo, marchetando o teu busto de imponentes conjuntos arquitetônicos, nos quais a família paulistana tem encontrado o sonhado “lar próprio”. Parabéns. São Paulo, querida!²¹⁰

As imagens que corporificam o cartaz da propaganda complementavam a evocação aos atributos do passado e sua fusão com o presente. As referências a Anchieta e a Nóbrega, a celebração da primeira missa no planalto Piratininga e a moderna São Paulo do século XX, remodelada e verticalizada pelo concreto, representavam a confirmação desse irrefreável caminho.

Dessa maneira, as desbravadoras expedições-monções do passado eram agora renomeadas e associadas às novas tecnologias que se proliferavam, em face do processo de metropolização da cidade e da febre da especulação imobiliária.

As *renovadas Bandeiras* do século XX empunhavam suas novas estratégias de dominação, mas não abandonavam o seu legado constituído, e, por isso mesmo transpunham, para aquele período, toda uma pretérita simbologia que, readequada a esses recentes interesses, contribuía para atualizar as narrativas e entronizar na memória social os novos marcos daquele tempo. A apologia ao progresso como o melhor exemplo da sinergia temporal passado-futuro se espalhou pelos jornais com uma impressionante velocidade.

²¹⁰ Idem, p. 32.

Fig.39 Os empreendimentos imobiliários da empresa foram circunscritos aos emblemas de Nóbrega e Anchieta, selados na celebração da primeira missa no planalto Piratininga. A contradição entre a *evocação ao passado*, preconizada ao lema da empresa, e a projeção do condomínio verticalizado, compõem a parte icônica da imagem. *Jornal Correio Paulistano*, 24.01.1954, p. 32.

No entanto, apesar de nomear a Cidade de São Paulo como a *terra dos Bandeirantes, dos ciclópicos gigantes*, responsáveis pelo alongamento do território nacional, as imagens mais fortes nesse anúncio são paradoxalmente as que fazem referências aos jesuítas.²¹¹ Em outras palavras, texto e imagem perfazem caminhos diversos, sem referências diretas de um ao outro, mas ao mesmo tempo profundamente complementares na escolha da tradição evocativa ao passado.²¹²

Podemos encontrar a mesma dissonância entre imagem e texto, no artigo “Vida Anchieta”, publicado no *Jornal Correio Paulistano*. Contudo, nesse artigo (fig. 40) as funções comunicativas de ambos aparecem agora invertidas.

²¹¹ Essas inversões entre imagem e texto igualmente foram apontadas por Silvio Luiz Lofego, em sua análise sobre o IV Centenário, que constatou, na estrutura dessas propagandas, um apelo em geral extremamente difuso. Ver pp. 126-129. Obra citada.

²¹² Uma das principais características na composição dos anúncios e propagandas produzidos no período é a concorrência entre textos e imagens. A consagração de uma mídia exclusivamente imagética, ao menos na documentação analisada, ainda não se consumou. Os anúncios, em geral, são carregados de informações, com textos descritivos e associativos às marcas e ao histórico da Cidade. Todavia, como observaremos no aprofundar dessas reflexões, nem sempre ambos foram associativos na constituição da sua mensagem. Seja como for, não é nossa intenção analisar as imagens em separado dos textos. Ver nota 8 na página 9.

O texto é um descritivo das atividades desenvolvidas por Anchieta no cotidiano das missões, apresentando todas as contingências históricas no processo de colonização e as inúmeras dificuldades encontradas pelo missionário.

Os conflitos com os índios pela implantação da missão aparecem como elementos centrais:

Mas é na catequese, na doutrinação dos gentios que a sua ação é assombrosa. Lançou-se entre as tribos mais selvagens e indomáveis, sem medo à noite, sem receio das violências dos bárbaros, das inclemências do sertão a pregar a doutrina de cristãos aos ouvidos mais duros da terra [...].²¹³

Finalmente, abaixo do texto estão colocadas as figuras dos dois bandeirantes que, na diagramação do texto, aparecem com maior destaque que a própria imagem de Anchieta, isolado e inexpressivo ao lado direito no topo da página.

Fig.40- Jornal Correio Paulistano, 24.01.1954, p. 3.

²¹³ Jornal Correio Paulistano, 24.01.1954, p. 3.

À primeira vista, essa diagramação nos faz pensar que *os bárbaros* e *os duros ouvidos da terra* de que o texto nos fala é uma crítica direta aos conflitos entre jesuítas e bandeirantes pela posse do gentio. Entretanto, quando concluímos a leitura do artigo e chegamos à legenda inserida no rodapé da imagem dos dois bandeirantes, essa idéia se desfaz: *Os Bandeirantes que, com seu arrojo e tenacidade, levaram aos sertões a civilização do planalto, dilatando a configuração territorial da pátria.*²¹⁴

Essa justaposição entre imagem e texto insinua um caminho dúbio na sua concepção, mas como acabamos de ver, com base na elaboração da narrativa se apresenta de forma homóloga.

No próximo anúncio, essa clivagem agregou à narrativa uma embocadura ainda mais ambivalente.

© DIA São Paulo, Segunda-feira, 25 de Janeiro de 1954 27

Cumpre-se o sonho de Anchieta

Exercício, em 1607, o governador Antonio Pires de Souza, ao governar de Portugal: "Há a villa de São Paulo dignissima de se verificar nella o celebre vaticínio do grande padre Joseph de Anchieta, que ella ha de ser a metropole do Brasil..." Realizouse a predição do immortal missionário. A humilde povoação que se seguiu elle o triângulo histórico, cresceu e agigantou-se na metrópole magnifica, hoje centro cultural e economico de primeira grandura no continente. São Paulo está em festas comemorando o - em - século de vida, trabalho e progresso social. Este acontecimento de proleção mundial encerra um novo capítulo na concepção da gente bandeirante. Que São Paulo se eleva cada vez mais, impulsionado pela fibra e pelo labor do seu povo, para um glorioso porvir no meio da comunidade brasileira. São os sonhos vivos da América Brasil.

AEROVÍAS BRASIL A SERVIÇO DAS AMÉRICAS

Agências em São Paulo:
R. Libero Badurá, 370 • Tel. 25-2153 • R. Constantino, 232 • Tel. 26-4302
Largo do Anchieta, 60 • Telefones 26-2992

QUATRO SÉCULOS DE VIDA, TRABALHO E PROGRESSO SOCIAL

Fig. 41. O texto da propaganda reproduziu a saudosa previsão realizada por Anchieta, de que São Paulo haveria de ser um dia a grande metrópole do Brasil. .
Jornal *O Dia*, 25.01.1954, p. 27.

²¹⁴ Idem, p.3.

O anúncio acima sugere uma estreita associação entre os novos produtos e serviços difundidos com o processo de urbanização da Cidade e os diversos símbolos transplantados do passado com a função de agregar significado e entendimento ao presente.²¹⁵ As ondas sonoras que enovelam o brasão de São Paulo brotam dos principais elementos que forjaram a história do povo paulista: jesuítas, bandeirantes e índios, representados respectivamente ali pela cruz, pela espada e pelo arco e flecha.

O entrelaçamento do título do anúncio – *Cumpre-se o sonho de Anchieta* – às ondas emitidas sobre o brasão pressupõe um conceito de coerência e unidade, vangloriando a forja constituinte do passado, enaltecida pelas vicissitudes obreiras do profeta que, em tempos distantes, predestinara a singela vila ao seu emergente sucesso. Uma *moderna e tecnológica imagem* que possui, como bem sinalizou Nicolau Sevcenko, uma estreita relação com seus *antecessores antigos*.²¹⁶

O santinho do candidato a prefeito que ainda há pouco observamos (fig. 29) circunstanciou sua mensagem nessa simbologia. Essa estratégica e complexa aproximação traduz os limites e as contradições com que os grupos dominantes paulistas endereçavam seus marcos constitutivos e a trajetória da sua memória social nesse contexto histórico e, por isso mesmo, merecedores de um olhar mais aprofundado.

* * *

²¹⁵ O rádio auxiliou profundamente na difusão desses vínculos simbólicos. Todas emissoras organizaram uma programação especial para o IV Centenário. A Rádio Gazeta, por exemplo, preparou uma série de eventos para o dia 25. Destacam-se além da participação de Guilherme de Almeida e Menotti Del Picchia, os dois últimos momentos que foram dedicados especialmente ao apóstolo: V - *Anchieta – poema sinfônico de Orestes Farinello*; VI - *Exaltação a Anchieta – Música de Teodoro Ascendino Nogueira e letra de Judas Isgorogota, pela Orquestra e Coral PRA-6. Esta peça será apresentada em absoluta 1.a audição e foi escrita especialmente para a comemoração do IV Centenário da Fundação de São Paulo. Jornal A Gazeta, 23.01.1954, p. 7.*

²¹⁶ Ver SEVCENKO, Nicolau. Obra citada, p. 99.

Capítulo III

É proibido sonhar

Isto é São Paulo de 1954. Se no século 16 a cidade conseguiu dormir 200 anos, hoje é proibido até sonhar, salvo de olhos abertos, deixando claramente estampados na íris os cifrões da ambição, único passaporte válido do cidadão paulistano. São Paulo não pode parar. E vai levando o seu destino de grandiosidade, de espetacular e espetaculoso, de efervescência. Quatrocentos anos ela completa, e faz questão de não envelhecer nunca, de renovar-se sempre e cada vez com mais indocilidade, com mais fúria progressista. São Paulo entra no seu quinto século de existência e já é um mundo. Mas há um mundo ainda a construir – e essa é a promessa que São Paulo não deixará de cumprir.²¹⁷

Fig. 42. No poema, Guilherme de Almeida enuncia a silhueta social do cotidiano nas Cidades Moderna:

Trama de "trams", businas de "busses", clamor de "Klaxons"; elásticos calafrios dos fios symetricos; paralelepipedos ríspidos; cimentos cinzentos; asphalitos; altos-falantes; assaltos de arranha-céus sob véus de neblinas finas [...].

O Estado de S. Paulo.
25.01.1933, p.34

²¹⁷ Revista Manchete. 23 de janeiro de 1954, p.31.

3.1- O Regresso

A julgarmos pelo artigo publicado no jornal *A Gazeta* no dia 23 de janeiro de 1954, assinado por Maria Antônia, a metrópole paulista era naquele momento uma Cidade que passava por uma radical transformação. Em regresso a São Paulo naquele saudoso dia, a colunista conferiu com detalhes, pela janela do avião que a reconduzia à Cidade natal, a arquitetura e a geografia dessa radical alteração.

Aos seus olhos, enquanto rapidamente a aeronave avançava sobre o território Piratininga, a Cidade de Anchieta despontava como uma agradável e desejosa miragem onde emergiam os prédios, as fábricas, o novo traçado das ruas e avenidas, enfim, uma infinidade de monumentos, testemunhos intrépidos do progresso e do desenvolvimento capitalista.

De forma que, ao avistar ao longe os primeiros contrafortes da Mantiqueira, a nossa solitária viajante sentiu-se novamente na sua casa:

Ali está a fronteira São Paulo-Paraná. E me senti imediatamente em casa. Fora de perigo. Protegida pelas paredes verdes das montanhas, do lado de dentro da cerca de hibisco do meu jardim.²¹⁸

Identificada e solidária ao crescimento urbano que tão intensamente marcava naquele momento a história da Cidade, a cronista teceu uma rara interpretação panorâmica e aérea da Metrópole, uma espécie de topografia do novo mapa que definiria o futuro urbano da capital paulista:

Lá de cima a cidade é uma imensidão de casas, de arranha-céus pontudos como cactos de pedras. São Paulo cresce de repente como adolescente que avança centímetros de mês em mês, perdendo roupa, exigindo mais. Então derrubam-se as casas, fazem-se avenidas largas, cada vez mais largas, porque o menino promete crescer muito, ficar muito grande, embora dentro de dois dias completa apenas quatro séculos.²¹⁹

As mudanças provocadas pelo crescimento industrial foram identificadas pelo olhar criterioso da cronista. Observando do alto, os sinais e os símbolos desse processo

²¹⁸ Jornal *A Gazeta*, 23.01.1954, p. 26.

²¹⁹ Idem, p.26.

ganharam ainda outros contornos, e as feições foram diretamente associadas à festa do IV Centenário:

Agora estou em São Paulo, em 1954, vendo lá embaixo, como uma floresta de eucaliptos, as chaminés multiplicadas das fábricas. E são tantas que seria impossível contar. E é tanto o que elas produzem, que São Paulo menino-grande, que cresce sem parar, está aí para atestar. Elas são estas chaminés, as velinhas do bolo de aniversário da cidade que mais cresce no mundo.²²⁰

Na edição especial da revista *O Cruzeiro* dedicada ao IV Centenário da Cidade de São Paulo, uma série de reportagens tracejou igualmente o assunto. Um artigo em particular possui uma estrutura similar ao *regresso* de Maria Antonia.

“A Semente”, um texto assinado por Dinah Silveira de Queiros, impressiona pelo forte saudosismo com que a autora observa a Cidade de São Paulo nas suas constantes idas e vindas:

Aprendi a querer-te depois que me fiz distante. Cada vez que voltava e te via, São Paulo, eu te olhava com uma ternura um pouco ciumenta. Como cresceste na minha ausência, hem? Passei a compreender-te melhor depois, aqui do Rio. Conheci a tua grande força. Tu não és o que os políticos querem que tu sejas – a massa humana dócil às suas manobras. Tu não serias representada nem por tuas oficinas ou tuas fábricas tão numerosas, nem pelos edifícios que cada dia mais e mais te fecham os horizontes. Tu serias representada e representada pelo que é sempre – um lar.²²¹

A cronista, que escrevia da sede da revista no Rio de Janeiro, reforçou todas as diferenças de São Paulo em relação à capital do país, realçando a manutenção de sua hospitalidade, em que pesem todas as transformações pelas quais a Cidade passava.

Algumas páginas depois, essa comparação com o Rio de Janeiro ganhou, na longa reportagem produzida por Jorge Ferreira, nuances que beiraram a hostilidade. Valemo-nos aqui de um pequeno fragmento dessa reportagem, para acompanharmos o encaminhamento do assunto:

São Paulo ingressa no seu quarto centenário destituída apenas do título de capital geográfico-político do Brasil. Porque no mais, guarda todas as primazias. É a capital artística, porque lá se ensaia o melhor teatro do País: lá se faz o melhor cinema, o cinema que nos está projetando no cenário internacional; a sua arquitetura é a mais

²²⁰ Ibidem, p. 26.

²²¹ Revista *O Cruzeiro*, 23.01.1954, p. 3.

moderna e a mais bonita. É a capital demográfica, porque em número de habitantes já ocupa o primeiro lugar e não encontra quem lhe siga os passos. É a cidade mais limpa, a de melhor trânsito, a dos maiores arranha-céus, a dos mais luxuosos cinemas [...].²²²

Esse paralelo ganha ainda mais significado por se tratar também, tal qual o texto de Dinah Silveira de Queiroz, de um testemunho elaborado por um autor que descreveu a Cidade de São Paulo a partir do Rio de Janeiro.

Um outro aspecto que impressiona no texto *A semente* foi o destaque dado pela autora para a função da mulher paulista no desenvolvimento da Cidade. A introdução da dicotomia planalto-litoral, que encontramos com profundidade nos escritos de Eduardo e Paulo Prado, parece compor a matriz desse pensamento. Essa fidelidade pode não ser proposital, mas, a exemplo de outros documentos, sugere que os conceitos que tinham afinidade com o pensamento conservador paulista reverberavam com recorrência na época. Atentemos para essa aproximação:

E como tudo tem um começo, e como tudo tem uma explicação, eu procuro remontar os séculos e trazer a semente de São Paulo de hoje, nas casas rústicas de Piratininga. Diversa da mulher do litoral, onde a sinhá tinha uma vida mais agradável, plena de ócios tranqüilos, a dona de Piratininga conhecia toda a trama difícil da solidão de outrora. Era uma possuidora de pequena Senhoria. E enquanto os varões paulistanos rompiam a carne mesma da terra brasileira, no impacto das descobertas, a matrona de São Paulo tomava conta das fazendas, orientava os escravos e uma força se amparava de sua fraqueza de mulher.²²³

As crônicas de Maria Antonia e de Dinah Silveira Queiroz e a reportagem de Jorge Ferreira ganham ainda mais sentido em relação às transformações que estavam em curso naquele momento, se atentarmos com mais cuidado para o repertório de temas que organizaram as edições dos jornais, publicados naqueles dias em que se comemorava o IV Centenário da Cidade de São Paulo. O teor desses documentos aponta para a corporificação urbana da cidade, os contornos dessa proliferação e a diversificação dos espaços e equipamentos contidos na definição da metrópole. O ponto de partida para as diversas reportagens é a comparação dos números de São Paulo com outras cidades do Brasil e do mundo. Há uma clara preocupação em enaltecer qualquer aspecto desse desenvolvimento.

²²² Idem, p. 41.

²²³ Idem, p. 3.

Os dados demográficos da Cidade são sempre apresentados como o primeiro testemunho desse crescimento:

Até há pouco a liderança, em matéria de população, estava com Minas Gerais. Pelo quadro abaixo se poderá verificar o número de habitantes atualmente dos cinco Estados mais populosos do Brasil. São Paulo vem à frente:

São Paulo-----	9.134.423
Minas Gerais-----	7.717.192
Bahia-----	4.834.375
Rio Grande do Sul-----	4.164.821
Pernambuco-----	3.395.185

A capital paulista, que em 1950 tinha 2.227.000 habitantes, estava, então, pouco abaixo do Distrito Federal [...]. Através de estimativas merecedoras de crédito, São Paulo ao terminar o ano de 1954, deve estar com população superior a 2.700.000 habitantes, enquanto o Rio de Janeiro deve andar pela casa dos 2.650.000 [...]. De qualquer maneira – embora não se tenha recenseamento oficial recente e baseando-se apenas em estimativas – é quase certo que ao comemorar o seu 4º centenário São Paulo supera, em população, a própria Capital do País.²²⁴

O eletivo demografico de São Paulo na data do seu "IV Centenario"

ANTHOS PAGANO (Duque de Domicopolls)

DATA	População	Densidade
25-4-1954 (censo)	2.227.312	1416
31-12-1950	2.387.629	1446
30-9-1951	2.348.124	1325
31-12-1951	2.385.182	1335
30-6-1952	2.472.243	1373
31-12-1952	2.590.940	1621
30-6-1953	2.669.292	1660
31-12-1953	2.678.092	1703
30-6-1954	2.705.872	1749
31-12-1954	2.824.000	1798

ZONAS	Habitantes	Porcentagem
Urbana	1.294.497	74,17%
Suburbana	695.811	18,59%
Rural	194.622	7,24%
SÃO PAULO NO DIA DO SEU QUARTO CENTENARIO	2.668.297	140,96%

Densidade: 1.516 p. km. quadrado.

Fig. 43. O anúncio de jornal revela os quase três milhões de habitantes que moravam na Cidade, adensados em áreas urbana, suburbana e rural. Nas contas do periódico, a densidade demográfica chegava a pouco mais de 1700 pessoas por quilômetro quadrado.
Jornal *Correio Paulistano*, 26.01.1954, p.11.

Esses números foram apresentados como uma prova incontestável do crescimento paulista. A contraposição com os índices referentes à cidade do Rio de Janeiro continha, além de todo o preconceito paulista para com o Distrito Federal, que igualmente verificamos em documentos anteriores, uma parcela considerável de ressentimento político, que se atualizava com a proximidade das disputas eleitorais.

²²⁴ Jornal *A Gazeta*, 25.01.1954, p. 83.

A insistência no tema estabelece uma espécie de culto do crescimento demográfico, de maneira que os números referentes à população paulistana são apresentados como uma prova cabal, um álibi para a sua exumação:

A população paulistana duplicou em 50 anos.

São Paulo quebrou todos os recordes em crescimento urbano, neste último meio século (1900-1950). Enquanto neste período algumas das grandes capitais do mundo cresceram uma ou duas vezes – destacando-se Tóquio e Moscou que cresceram 4.5 vezes - São Paulo destaca-se na liderança absoluta com um crescimento de quase 10 vezes em relação a 1950.²²⁵

A recorrência ao tema é de fato avassaladora. Nesse mesmo jornal, no encarte da edição especial, publicada no dia 25 de janeiro, encontramos sem muito esforço inúmeros artigos sobre o tema: *Posição de São Paulo entre as vinte maiores cidades do mundo; Nossa população pelas idades; A população paulistana decuplicou em 50 anos.*²²⁶

Na edição comemorativa da revista *O Cruzeiro*, esse esforço não foi menos recorrente. Segundo a reportagem, a cidade de São Paulo tinha, no início do século XX, quadruplicado a sua densidade demográfica:

Em 1920 tem o dobro: 587.072. Em 1933 atinge a casa do milhão, saltando em 1940 para 1.335.215. Em 1950 volta a apresentar índice espantoso de crescimento, tendo então 2.227.512 habitantes. Em 1951 apresenta 2.398.102, em 1952 possui 2.550.040 e em 1953 ultrapassa o Rio de Janeiro, apontando 2.679.002 habitantes. Para 1975 – se mantiver o mesmo ritmo – São Paulo terá uma população de 4 milhões de almas”²²⁷.

A varredura desse tema incorporou ainda outros índices que afinavam melhor o assunto e contribuía para atestar a idoneidade dessas informações.

Em uma curiosa seqüência de gráficos, assinado por Alice Belford, o periódico *Correio Paulistano* percorreu, de maneira subjacente, os aspectos contingenciais desse crescimento, incorporando dados e informações cuja pertinência temática só faz sentido quando analisado à luz da premissa comemorativa. Como podemos observar pelo testemunho das próximas imagens, a transmutação dessas informações em subsídios para as narrativas que procuravam alimentar o brilho do aniversário percorreu significados

²²⁵ Ibidem, p. 60.

²²⁶ Ibidem, p. 62.

²²⁷ Revista *O Cruzeiro*, 23.01.1954, p. 29.

extremos e até bizarros, saturando informações, compilando números e dados que, desarticulados de seu todo, não representavam grande coisa, por exemplo, em relação aos reveses que os índices de metropolização poderiam apresentar.

Fig. 44. O gráfico procurou registrar o índice de qualificação da mão-de-obra na Cidade de São Paulo. O maior número de trabalhadores adestrados e artífices contrastam com os técnicos e engenheiros. *Jornal A Gazeta*, 25.01.1954, p.18.

Fig.45. Confirmando a expansão da rede de “serviços modernos”, a Cidade chegava ao seu IV Centenário muito mais iluminada. Jornal A Gazeta, 25.01.1954, p.116.

Fig.46. O número de prédios novos na Cidade representava, segundo o alegórico gráfico, mais do que o total construído em outras quatro capitais: Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Brasília
Jornal A Gazeta, 25.01.1954, p.82.

Fig.47. Na “vigília” dos seus quatrocentos anos, São Paulo apresentava índices relativos à mortalidade infantil inferiores ao que se verificava em outras capitais. *Jornal A Gazeta*, 23.01.1954, p. 28.

Fig.48. No bizarro gráfico, em determinadas horas, morriam mais paulistanos na Cidade do que nasciam. *Jornal A Gazeta*, 23.01.1954, p.29.

Em uma inusitada reportagem, cuja pauta citava os números do analfabetismo do Brasil, o parâmetro de análise estabeleceu outra vez como principal contraponto os índices apresentados da população de São Paulo e do Rio de Janeiro. O texto é recheado de elogios ao pioneirismo do povo bandeirante no combate ao referido problema. Com o título *S. Paulo na dianteira* a reportagem emoldurou a lógica da preponderância da capital paulista em relação ao cenário nacional, um esforço que, segundo o articulista, não se restringia apenas à sua evolução material:

O analfabetismo é um dos problemas cruciantes do Brasil. São Paulo, a metrópole que está comemorando o seu IV Centenário da fundação, e o Estado de que é cabeça pensante, compreenderam a gravidade do problema, procurando dar-lhe solução. E a Capital, assim demonstra de que não se dedica somente ao trabalho e a produção, mas também cuida da educação popular, tão necessária ao país. Com esse pensamento e ação, deu-se um impulso vigoroso no combate ao analfabetismo na Paulicéia, com surpreendentes resultados, aliás, bastante encorajadores às demais unidades da federação.²²⁸

Com destaque para o crescente número de mulheres que se alfabetizaram nas décadas de 1940 e 1950, a reportagem projetou um futuro diferenciado para o Estado de São Paulo em contraposição à provável penúria da capital fluminense:

Como se observa, o esforço foi coroado de bom êxito, atingindo o aumento a 90% de alfabetizados no período de treze anos. Continuando assim, o problema do analfabetismo em São Paulo, dentro de alguns anos, mais depressa do que se espera, será somente uma reminiscência entristecedora, na dianteira dos outros Estados e mesmo do Distrito Federal.²²⁹

A clivagem desses índices e dados em subsídios que serviram para acentuar e diferenciar o Estado de São Paulo em relação aos demais membros da federação possuía um corpo temático definido, independente da propriedade ou mesmo da relevância de sua informação no cômputo nacional. O próprio articulista acentua os limites desses números, destacando os problemas provocados pela reincidência do surto migratório que paulatinamente transformava o cenário demográfico da Capital paulista:

Há um outro aspecto anulando em parte o esforço paulistano para a supressão do analfabetismo: é que muitas pessoas que afluem para a Capital paulista, em diferentes idades, são analfabetas [...]. Essa gente vem de zonas sertanejas de diferentes

²²⁸ Jornal *A Gazeta*. Dia 23 de janeiro de 1954, p. 13.

²²⁹ Idem, p.13.

unidades da Federação em busca de trabalho. E traz consigo um lastro de analfabetismo que pesa nas estatísticas [...].²³⁰

Enfim, na linha de outras narrativas publicadas nas páginas nas inúmeras edições especiais programadas para aquele dia, a raiz do problema não residia em São Paulo; contudo, a sua equação, essa sim, dependia da intervenção engenhosa do Estado, o único com gabarito para enfrentar institucionalmente o problema.

Essa chave pode ser utilizada para recompor o percurso de outros artigos que, da mesma maneira, fizeram um contraponto entre as questões estruturalmente nacionais banhados na conjuntura dos quatrocentos anos da Cidade de São Paulo.

No artigo “O IV Centenário de São Paulo”, escrito por Cláudio de Souza, que assina como membro da Academia Brasileira de Letras, e publicado nesse mesmo periódico, podemos observar a vulnerabilidade com que se apresentava a composição desses assuntos.

A passagem projetada pelo autor no artigo é lapidar para que possamos compilar o significado dessa embocadura:

Quando na infância me mostrou meu pai um mapa geográfico, encobriu-o com a mão espalmada, deixando à mostra apenas o Brasil, e disse-me, dando o tratamento de segunda pessoa, como o faziam os pais, sendo que estes davam os filhos a terceira, em sinal de respeito:

- Meu filho, antes que vos mostre o resto da terra desejo que olheis esta e que a guardais para sempre em vosso coração, pois é a de nossos avós, de nossos pais, e a vossa!

- Sim, meu pai, seu desejo será satisfeito porque é também o meu.

- Foram nossos avós, continuou ele, que à custa de heroísmo e de muito sofrimento fizeram o Brasil maior, e a ele devemos nosso culto até o sacrifício.

Só então, levantou a mão que todas as manhãs e todas as noites eu beijava [...] e mostrou-me o resto do mundo. Ora tenho diante dos olhos os mapas de São Paulo daquele inesquecível dia e de hoje.

Se tivesse um filho repetiria aquele gesto e aquelas palavras com maior certeza, porque o presente corresponde ao passado, e São Paulo, continua a ser uma das glórias defensoras do Brasil.²³¹

Cristalizada na retina, a imagem daquele dia ainda permanecia intacta em sua memória. Desde menino, o autor foi educado a visualizar o Brasil como centro do mundo, e

²³⁰ Ibidem, p. 13.

²³¹ Ibidem, p. 60.

São Paulo como o farol do Brasil, uma didática geografia que, aprendida na infância, ganhava em 1954 outras nuances e contrastes.

De tal maneira que, na ilusão de ótica montada pelo curioso jogo de mãos do patriarca, projetava-se um conhecimento de acepções invioláveis, sublinhando uma pertinente cartografia de hierarquia incomparável, que tinha estrategicamente São Paulo como epicentro do Brasil e do Mundo.

Radical nos argumentos que estruturaram o texto, enfim o autor se avizinhou da seleta tradição de autores que projetaram nos ingredientes raciais, o saldo do progresso paulista, em especial os conceitos *Oficina Homens e Planta Gente*, defendidos intensivamente por Eduardo e Paulo Prado:

Nenhuma terra pareceu-me mais pujante, nenhuma raça mais digna e mais criadora, nenhum gênio mais vigoroso e mais realizador [...] aquele amor profundo inalterável como o bronze, infindável como o tempo, o amor do paulista da terra e da raça magnífica que o destino lhes deu.²³²

Por fim, encampando todo o ressentimento para com o governo e a capital federal, o autor desferiu com violência duras críticas às articulações políticas que se encaminhavam naquele ano eleitoral e que, em julho, durante as comemorações do aniversário da Revolução Constitucionalista do IV Centenário, seriam ainda muito mais intensas e radicais:

Hoje então, nos dias mais tétricos, mais tristes e mais ameaçadores de toda a nossa História, em que os alicerces da moral [...] são abalados pela cobiça política e pela malversação administrativa [...] nós paulistas, no IV Centenário, encontramos o Brasil pilhado e amesquinhado. Formemos novas bandeiras para desbravar os sertões, a mata fechada das capciosidades e das artimanhas com que os inimigos da Pátria a enxovalham e a destroem! Não nos deixemos enganar por discursos e parolagens demagógicas [...]. Paulistas, como sempre e mais do que sempre, pelo Brasil.²³³

Como podemos perceber, internalizada nessas narrativas, as críticas transitaram sempre entre dois pólos rígidos e subjacentes: ou a fala realçava as qualidades de São Paulo, em geral contrapostas à letargia dos outros estados, principalmente da capital

²³² Ibidem, p. 60.

²³³ Ibidem, p. 60.

federal, ou moldava-se pela própria exaltação do passado paulista, as características étnicas de seu povo e os diversos ícones que testemunhavam seu passado histórico.

Nesse sentido, o mosaico de narrativas que proliferava com a proximidade das comemorações do IV Centenário possuía um núcleo reflexivo comum, mas era elaborado com ingredientes identitários próprios, conforme o extrato social que ela objetiva tocar, uma modelação que, à primeira vista, compõe uma estrutura sem fraturas, ainda que os aspectos utilizados em sua montagem possam parecer disformes.

Fig.49. O ray-ban da loja “A Especialista” foi pequeno para espelhar a grandeza da nova Cidade. Jornal *A Gazeta*, 23.01.1954, p. 11.

Na lente da propaganda que acabamos de observar, por exemplo, a imagem da Capital paulista aparece estática. Sem a força do texto da colunista que pressentiu tudo pela janela do avião e distante do olhar tosco do menino que no mapa só identificava São Paulo e o Brasil, a Cidade reluz adormecida e apequenada.

No texto, o anúncio nos adverte para os limites e entraves desse enquadramento:

Estamos acostumados a ver São Paulo com as lentes embaciadas do hábito de todos os dias. Mas hoje, a cidade engalanada, o ar admirado dos turistas, o rumor dos aplausos, tomam conta da gente, despertando um entusiasmo quase adormecido. E quando avaliamos a grandeza de São Paulo, e de olhos bem abertos, consideramos com orgulho o panorama de todas as conquistas em quatro séculos de Glória!²³⁴

Como bem sugeriu o anúncio dessa rede comercial de óticas, não são poucas as subjacências que podemos diagnosticar com *Um olhar orgulhoso ao panorama paulista*. Despida de seu novo traje, encomendado especialmente para a festa, a debutante urbe tinha em dias normais outra rotina que com certeza não poderia estar contida no estreito limite dessa imagem.

Feliz com o “glamour” das comemorações do IV Centenário, o publicitário reverenciou um sentimento que estava adormecido, mas indiretamente também nos alertou que esta não era a única possibilidade de olharmos para o que estava acontecendo na Cidade.

Portanto, precisamos ainda fazer muitos enquadramentos para nos aproximar de fato do que estava ocorrendo nesses anos na Cidade de São Paulo. Passados os dias de comemoração, o assustador crescimento urbano em curso com o processo de metropolização retornava a alimentar as suas incongruências, apequenando e ampliando todas as contradições implícitas à implementação do mundo moderno.

3.2 – Prédios, fumaça e neblina.

Todas as chaminés, que, dia após dia, despejam fumaça e fuligem nos céus de São Paulo, todos estes monstros de pedra e tijolo, verdadeiros monumentos ao trabalho, representam a nossa grandeza. Durante quatro séculos, o esforço do homem conseguiu criar esta maravilhosa cidade, centro nevrálgico de nosso país [...]. São Paulo, artífice de nosso esplendor e da nossa pujança, na data máxima de nossa terra.²³⁵

²³⁴ Jornal A Gazeta, 23.01.1954, p. 11.

²³⁵ Jornal A Gazeta, 25.01.1954, p. 110.

Fig.50. A grandiosidade da imagem utilizada no anúncio dessa empresa também foi explorada no texto: *Fundadores de Piratininga – que plantaram uma igreja e uma escola – Bandeirantes que dilataram as fronteiras da Pátria e deram sentido de predestinação histórica ao espírito indômito dos paulistas. Pioneiros que atapetaram de ouro e verdes esmeraldas os ínvios caminhos de uma nação em marcha [...] heróis de inúmeras e gloriosas jornadas pela emancipação, a Independência, a República e a Constituição. Homens que vieram de outras terras, juntai o seu sangue e o seu suor para forjar uma raça de bravos [...].*

Jornal Diário de S. Paulo, 25.01.1954, p. 3.

Para uma Cidade que vinha assistindo, desde o último quartel do século XIX, a um ininterrupto processo de transformação, os anos de 1920 a 1950 foram dos mais intensos. A pacata vila com características coloniais perdera de vez os seus traços originais. A mensagem e a imagem circunscrita no texto acima seriam impensáveis no início do século XX.

Em um clássico artigo escrito pelo geógrafo francês Pierre Monbeig, que permaneceu no Brasil entre 1935 e 1946, esse processo foi assim apresentado:

[...] Com efeito foi a partir da primeira década do século XX que a cidade deixou de ser apenas a urbe dos fazendeiros de café. A eletrificação e a indústria deram-lhe um impulso que, embora fraquejando vez por outra, nunca cessou de manter-se desde então. O número das edificações foi crescendo sem cessar, apenas fazendo alguma pausa durante a Primeira Guerra Mundial e no ano da Gripe Espanhola, por ocasião da grande crise de 1920 a 1932, e no início da Segunda Grande Guerra. E, por mais fortes que tenham sido as quedas numéricas, elas não chegaram a alterar a tendência geral, já que as retomadas foram igualmente intensas. Nesse intervalo de quase cinquenta anos, a aglomeração urbana não cessou de anexar novas áreas, ao mesmo tempo em que uma atividade trepidante e uma nova arquitetura subverteram por completo a sua paisagem.²³⁶

Toda essa alteração do espaço urbano, impulsionada pelo desenvolvimento capitalista, beneficiou especialmente aqueles setores que estavam mais ajustados à nova ordem econômica. São eles que aparecem com maior destaque na imprensa da época, associando sem medida as suas marcas e “slogans” ao crescimento da capital paulista, em uma ardente e complexa bricolagem de imagens, símbolos e textos.²³⁷

O ponto mais relevante dessa parafernália simbólica é justamente a forma pela qual ela se apropria dos ícones modernos, utilizando como sustentáculo cognitivo as

²³⁶ MONBEIG, Pierre. “O crescimento da Cidade de São Paulo”. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org). *História Econômica da Cidade de São Paulo*. Editora Globo, São Paulo, p. 59. Em nossa pesquisa descobrimos que este artigo editado pela primeira vez nessa coletânea, foi também publicado na edição especial do jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 25 de janeiro de 1954, pp. 97-99.

²³⁷ Haug revelou o grande refinamento do advento desse *mundo da mercadoria* com a adesão de uma *modalidade de estética* que agregou ao portfólio de produtos uma *manifestação sensível*, em que os aspectos ligados à aparência se tornaram imprescindíveis para a *consumação do ato de comprar*. Em um país ou cidade, recém-egressa do capitalismo tardio e, portanto, precoce na órbita da modernidade, essa sofisticação mercadológica provavelmente não tinha o mesmo rigor que no mundo desenvolvido. Contudo, foi notável o esforço dos publicitários de apresentar os seus artigos com trajes estéticos cujo *valor de uso prometido pela mercadoria* interfere de maneira decisiva no apelo condicional de sua compra. HAUG, Wolfgang Fritz. *Crítica da Estética da Mercadoria*. São Paulo, Fundação Editora da Unesp, 1997, pp. 26-27.

representações e reminiscências canônicas do passado. Como num álbum de fotografia atemporal e difuso, o velho e o novo são retratados lado a lado.²³⁸

Fig.51. No anúncio da cervejaria, a chaminé da empresa supera em altura o alcance simbólico do monumento.
Jornal A Gazeta, 23.01.1954, p. 8.

²³⁸ Em seu clássico trabalho, sobre o advento da sociedade de consumo, Jean Baudrillard discorreu com propriedade sobre o anacronismo em relação à vinculação de imagens em um cenário de expansão dos meios de comunicação e das mercadorias. Uma frase vale aqui como referência para pensarmos esse processo no contexto do recorte cronológico que analisamos: *Em história, semelhante processo chama-se restauração; surge como processo de recusa da história e da ressurreição fixista dos anteriores modelos.* BAUDRILLARD, Jean. *A Sociedade de Consumo*. Lisboa, Edições 70, 2003, p. 103.

Fig.52. O entrelaçamento simbólico da propaganda agregou ainda um fragmento do poema de Guilherme de Almeida em homenagem a Bartira, mulher de João Ramalho. Árvores e torres elétricas "são troncos iguais que se enlaçam por negros cipós em que passam as forças do raio, domados" .
Jornal *Folha da Manhã*, 23.01.1954, p. 8.

Favorecido pelo desenvolvimento de novos empreendimentos imobiliários e por investimentos em obras públicas, o setor da construção civil ocupou com destaque a maior parte dos jornais e revistas com declarações de congratulações à cidade.

De fato esse setor tinha muito a reverenciar na Cidade. A rapidez com que se concretizavam novos empreendimentos produzia desde a década de 1920, como veremos na próxima reportagem, um ascendente *rush* imobiliário:

O número de prédios anualmente em construção na cidade passa de 2.112 para 6.867, o que indica um índice de crescimento equivalente a 118.5%

Estava preparado o terreno para o "rush" imobiliário. O número de prédios anualmente em construção passa de 6.867 para 10.273 e vai num crescendo espetacular. Até alcançar em 1949 o seu índice mais elevado: 19.024! Daí por diante estacionar-se-iam mais ou menos nessa base as construções em geral, para subir o número de apartamentos. Que cresce de 2.268 para 9.937 anualmente.

O crescimento de São Paulo a partir de 1940, em paralelismo com as grandes cidades do continente assim se conta na gélida frieza dos números ²³⁹:

	1940 HABITANTES	1950 HABITANTES	AUMENTO
São Paulo	1.326.261	2.213.300	66,90 %
Los Angeles . .	1.504.000	1.956.000	30,00 %
Buenos Aires . .	2.488.000	3.150.000	26,00 %
Rio de Janeiro	1.896.000	2.300.000	21,30 %
Chicago	3.396.000	3.750.000	10,42 %
Nova Iorque . .	7.455.000	8.160.000	9,45 %
Filadélfia	1.931.000	2.100.000	8,75 %

Quanto ao número de edifícios, a progressão é a seguinte :	
1940	228.894
1945	265.529
1949	339.657
1951	379.798

23 de Janeiro de 1954

Fig. 53. O crescimento populacional e a progressividade do número de edifícios na Cidade se destacam como a contraprova da escalada da Cidade em direção ao progresso. *Revista Manchete*, 23.01.1954, p. 23.

²³⁹ *Revista Manchete*, 23.01.1954, pp. 22-23.